



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**TECENDO MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS:  
RELATOS SOBRE A CIDADE DE AROEIRAS – PB (1970-1990)**

**APARECIDA BARBOSA DA SILVA**

**CAMPINA GRANDE-PB  
MARÇO DE 2014**

**APARECIDA BARBOSA DA SILVA**

**TECENDO MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS: RELATOS SOBRE A CIDADE  
DE AROEIRAS – PB (1970-1990)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em História, Área de Concentração em História, Cultura e Sociedade. **Orientador:** Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza.

CAMPINA GRANDE-PB  
2014



FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S586t Silva, Aparecida Barbosa da.  
Tecendo memórias e vivências: relatos sobre a cidade de Aroeiras. /  
Aparecida Barbosa da Silva. – Campina Grande, 2014.  
144 f. : color.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de  
Campina Grande, Centro de Humanidades, 2014.

"Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza".  
Referências.

1. História – Cultura – Cidade. 2. Transformações Urbanas.  
3. Memórias. I. Souza, Antonio Clarindo Barbosa de. II. Título.

CDU 930.85:316.334.56 (043)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**TECENDO MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS: RELATOS SOBRE A CIDADE  
DE AROEIRAS – PB (1970-1990)**

Dissertação aprovada em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza - PPGH/UFCG  
(Orientador)

---

Professor Dr. Alarcon Agra do Ó - PPGH/ UFCG  
(Examinador Interno)

---

Prof. Dr. José Adilson Filho – UEPB  
(Examinador Externo)

CAMPINA GRANDE-PB  
2014

Você testemunha grandes e pequenos episódios que estão acontecendo à sua volta. Um dia será chamado a contar também. Então verá que o tecido das vidas mais comuns é atravessado por um fio dourado: esse fio é a história.

(Ecléa Bosi)

À minha família: meu filho Álvaro; meu esposo Marlon; e meus pais, Arnaldo e Marineuza, por todo o amor que inspira e torna meus dias mais alegres.

Dedico.

## AGRADECIMENTOS

Então, chegou o tão desejado momento de escrita dos agradecimentos. Respiro, fico imóvel por alguns instantes, sinto a emoção transbordar, ela me parece única, não posso contê-la. Muito embora, mentalmente, este texto já tenha sido digitado algumas vezes, neste instante percebo o quanto ele foi se ressignificando. Por isso, escrevo esses agradecimentos e me inscrevo neste texto ao expressar meus sentimentos para registrar a minha gratidão, para expressar o quanto sou grata àqueles que, de alguma forma, contribuíram para a concretização deste sonho. E é com muito respeito e carinho que expesso meus agradecimentos, pois sou grata a todos que, ao longo desses dois anos, contribuíram para o meu crescimento pessoal e acadêmico.

Eu sou grata a Deus, por ter me dado forças, por ter me concedido sabedoria, inspiração para escrever, vencer o cansaço, as dores físicas e emocionais. Ao longo da escrita, em muitas madrugadas, eu, solitária, acreditei que uma força espiritual me guiava, me dava apoio, quando eu mesma quase não tinha forças para me sustentar. Em Deus eu busquei força. Por isso, inicio direcionando meus agradecimentos a ele.

À minha família...

Meu filho Álvaro, hoje com quase dois anos, desde o seu nascimento trouxe vida para a minha existência, tornou-se fonte inspiração, de sentimentos bons; a doçura do seu sorriso e do brilho de seus olhos é capaz de enxugar qualquer lágrima, de fazer esquecer qualquer angústia. A ele eu agradeço, por ter sido o responsável pelo nascimento de um amor que, diariamente, ao renovar-se, enche meu coração de alegria e minha vida de beleza.

Meu esposo Marlon, por tanto amor, companheirismo, incentivo e por permanecer ao meu lado, me dando forças. A você, meu amor, eu agradeço por ter me acompanhado até aqui, por ter escolhido permanecer ao meu lado. É muito bom tê-lo em minha vida!

A meus pais, Arnaldo e Marineuza, por me amarem, por terem me colocado no caminho da educação. Por tanto amor, incentivo e confiança. A essas pessoas simples, que nasceram na zona rural do município de Aroeiras, eu sou grata pela educação que recebi, pelas orações, palavras de apoio, por estarem sempre ao meu lado. Afinal, vocês também sonharam este sonho, agora realizado e partilhado com vocês, que eu tanto amo.

Ao meu irmão Aduino (*in memoriam*) pela infância partilhada e pelas alegrias vividas.

Agradeço ao meu orientador, professor Antonio Clarindo Barbosa de Souza. Um grande profissional; competente, dedicado e sempre disposto a ajudar, a proporcionar o crescimento de seus alunos. Sou grata por ter me aceito como orientanda, por ter me feito

acreditar que era possível a realização deste trabalho. Suas orientações e suas palavras de incentivo me ajudaram muito ao longo de meu percurso acadêmico. Agradeço também pela confiança em mim depositada, pelos ensinamentos, por orientar sempre tão bem e, sobretudo, pelo compromisso para com a orientação.

Aos professores Alarcon Agra do Ó e José Adilson Filho, que aceitarem avaliar este trabalho e contribuir para pensar as artimanhas da história e os caminhos percorridos ao longo desta pesquisa.

Aos professores Iranilson Buriti, Alarcon Agra, Gervácio Batista, Severino Cabral e Luciano Mendonça, agradeço pelos ensinamentos, pelas lições de vida, por terem contribuído para minha formação. Excelentes professores, cada um destes, sem dúvida, contribuiu de alguma forma para a elaboração deste trabalho.

Agradeço aos colegas da Turma de Mestrado de 2012 do PPGH. As experiências compartilhadas e as incertezas divididas contribuíram para abrir janelas em busca de novos horizontes, para amenizar os desafios. Agradeço indistintamente a todos — não me deterei a citar nomes, pois assim eu precisaria escrever palavras de agradecimentos a cada um de vocês. Obrigado pela oportunidade de conhecê-los, de fazer novas amizades, de dividir experiências.

Aos funcionários do Arquivo da Prefeitura Municipal de Aroeiras e aos funcionários da Câmara Municipal, pela recepção, pela confiança, por terem me acompanhado na busca incessante de fontes que pudessem contribuir para dar viabilidade a esta escrita, durante tantas manhãs nas quais eu desfiz os planos, precisei recomeçar, por não ter encontrado nada que me ajudasse a escrever este texto. A vontade de ajudar dessas pessoas iluminadas me incentivou a não desistir de encontrar os registros úteis para minha pesquisa.

Aos entrevistados, moradores de Aroeiras, que me acolheram em suas casas, confiaram no que estávamos propondo e conosco compartilharam os relatos de memória imprescindíveis para a escrita deste trabalho. Graças a essas pessoas e a tantas com as quais conversamos informalmente, a concretização deste sonho foi possível. Por isso, muito obrigada, senhoras Maria, Raimunda, Severina. Muito obrigada, senhores Gilberto, José Fernandes, José Severino, Manoel, João.

Enfim, a todos os meus amigos, aos meus familiares e àqueles que viveram e também construíram a cidade de Aroeiras.

Cada um de vocês, ao seu modo, contribuiu para a esta escrita desta dissertação, para a realização deste sonho.

Muito obrigada.

## RESUMO

A cidade de Aroeiras, na Paraíba, ao longo dos anos que vão de 1970 a 1990, passou por um significativo processo de transformações urbanas. Paulatinamente, os espaços urbanos e o cotidiano da cidade foram ganhando outras configurações. Refletindo sobre tais aspectos, nosso trabalho consiste em uma proposta de análise sobre a recepção das reformas urbanas e as mais diversas impressões provocadas em seus moradores. Nesse sentido, acreditamos que as transformações acabaram por redefinir certos aspectos do urbano, sem, necessariamente, suplantar os tantos costumes já consolidados, as práticas rurais e o ritmo habitual de uma pequena cidade. A partir da análise de algumas fontes, priorizamos refletir sobre como as memórias de diferentes moradores retratam reformas materiais, experiências vividas, nuances de uma cidade de pequeno porte. Para compreender as dinâmicas da cidade, destacando suas modificações materiais e estruturais, assim como os impactos causados no viver urbano, a memória configura-se como um importante lócus para compreender a experiência cidadina e, ao mesmo tempo, dar visibilidade a diversos olhares sobre o urbano. Atribuímos visibilidade a essas narrativas sobre Aroeiras, no sentido de compreender práticas sociais e culturais, ou seja, buscamos priorizar as formas de experimentar e vivenciar o espaço urbano, ações que demarcam as especificidades de um processo histórico inscrito nas memórias de seus habitantes. As narrativas elaboradas pelo olhar de cada observador que presenciou, experimentou e significou as reformas espaciais — considerando que o cidadão, de alguma forma, tem seu cotidiano impactado quando a cidade em que vive está sendo reformada — atribuem sentido, elaboram discursos de importância para aquilo que está sendo implantado. Sendo assim, neste trabalho, utilizamos a história oral como metodologia de pesquisa, pois priorizamos como as alterações da malha urbana teriam sido vivenciadas e interpretadas por aqueles que viviam no município. Para concretizar tais pretensões, realizamos entrevistas temáticas com pessoas que moravam na zona urbana e na zona rural de Aroeiras. Esses diferentes sujeitos, ao relatarem suas experiências, fornecem os fios que compõem nossa escrita. Tais indivíduos também produzem o contexto social e cultural em que se inserem. Suas experiências narradas são valiosos relatos memorialísticos de pessoas que, através de suas práticas, também constituem a cidade onde vivem.

**Palavras-Chave:** Cidade, Transformações Urbanas, Memórias.

## ABSTRACT

The town of Aroeiras, in the state of Paraíba, from 1970 to 1990, underwent a significant process of urban change. The town's spaces and everyday life were gradually reconfigured in different ways. Pondering over such aspects, this work proposes an analysis of the reception of such urban reformations and the various impressions made on the locals. Thus, we believe that those changes have ended up redefining some aspects of urban life without necessarily replacing that small town's many long-established customs, rural practices and usual pace. Based on an analysis of some sources, we prioritize some reflections upon how a few locals' memories picture specific material urban changes, some experiences they had then, and some nuances of a small town. In order to understand the dynamics of the town, highlighting its material and structural changes, as well as the latter's impact on urban living, memory is an important locus for comprehending small-town life experiences and, at the same time, making different views of urban life visible. We bring those narratives about Aroeiras to light as a means to understand social and cultural practices, that is to say, we seek to prioritize various ways of experiencing and living such an urban space, those actions that define the specificities of a historical process as it is registered in the locals' minds. The narratives elaborated from each eyewitness' viewpoint, concerning the spatial reformations they saw, experienced and gave meaning to — taking into account the fact that urban life has its daily routine somehow impacted when the town they live in is being reformed —, make things meaningful and elaborate discourses of relevance regarding what is being implanted. Thus, we use oral history as a research technique for we give a high priority to how changes in the urban structure have been perceived and interpreted by those who lived in the town by then. So as to make such aims real, we carried out thematic interviews with people who lived either in Aroeiras or in the nearby countryside (or who had houses in both) by the time we focus on here. Those subjects, while sharing their personal experiences, provide us with the threads to sew this piece of writing. Those individuals also produce the social and cultural context they dwell in. Their narrated experiences are valuable memoirs by people who, through their own practices, constitute the town where they live, too.

**Keywords:** Town, Urban changes, Memories.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 REFORMAS URBANAS EM AROEIRAS: AS SEDUÇÕES DA MODERNIZAÇÃO E OS DESEJOS DE CONSTRUIR UM NOVO OLHAR SOBRE A CIDADE</b> .....	24
1.1 ENTRE O RURAL E O URBANO: A CIDADE DE AROEIRAS E AS TENTATIVAS DE CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS .....	29
1.2 AROEIRAS NAS MEMÓRIAS DE SEUS MORADORES: RESSIGNIFICAÇÕES DAS CONFIGURAÇÕES URBANAS.....	37
<b>2 A CIDADE SOB REFORMAS: DAS ALTERAÇÕES DA MATERIALIDADE ÀS REDEFINIÇÕES NO COTIDIANO DE AROEIRAS</b> .....	51
2.1 AROEIRAS NA MIRA DA MODERNIZAÇÃO?.....	53
2.1.1 “Melhorou muito! O povo ficava bom e não queria ir pra casa.”.....	56
2.1.2 “Ali era o canto dos coqueiros, aí foram calçando e o povo passou a andar mais por ali”: a abertura de avenidas .....	60
2.1.3 “Quando chovia interrompia até a feira, o povo ficava sem poder atravessar o riacho”: a construção da ponte .....	69
2.1.3 “Era muito atrasado, aí depois é que começou a se modernizar”: a construção do matadouro .....	77
2.1.4 “Aí a pobreza pôde ter uma casa”: a edificação dos conjuntos habitacionais .....	81
2.1.5 “Água era de cisterna, de barreiro”: alguns relatos acerca do abastecimento de água .....	84
2.2 UMA CIDADE TRANSFORMADA? UM PASSEIO PELOS ESPAÇOS URBANOS DE AROEIRAS.....	87
<b>3 NOS MEANDROS DAS VIVÊNCIAS: LEMBRANÇAS DOS MODOS DE VIVER E SE DIVERTIR NA CIDADE DE PEQUENO PORTE</b> .....	98
3.1 “EU TRABALHEI, EU TRABALHEI MUITO, MINHA VIDA TODA FOI O TRABALHO”: MEMÓRIAS SOBRE O TRABALHO EM AROEIRAS.....	99
3.2 “NÃO ERA SÓ ISSO DE TRABALHAR NÃO, A GENTE TAMBÉM SE DIVERTIA”: AS DIVERSÕES.....	108
3.3 A CIDADE ALEGRE: AS DIVERSÕES ENTRE RUAS E PAVILHÕES.....	117
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	122
<b>FONTES</b> .....	125
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	126
<b>ANEXOS</b> .....	132

## INTRODUÇÃO

O caminho – “meu caminho” – parece se apossar deste texto de caminhante: “Eu ia, vagava... percorri minha estrada... ia... viajante corajoso”: Caminhar e/ou escrever, é um trabalho sem trégua, pela força do desejo, sob as esporas de uma curiosidade ardente que nada poderia deter (CERTEAU, 2002, p. 13).

O desejo incansável de encontrar as marcas do passado nos inquieta, e, assim como um viajante, precisamos escolher os nossos caminhos, vislumbrar algumas trilhas, e nos embrenhar nos labirintos do tempo, munidos de algumas pistas que nos auxiliam na elaboração de interpretações sobre o passado de uma cidade, pensado a partir dos fios das memórias dos seus cidadãos, que nos auxiliam a tecer significações sobre as reformas urbanas e as tramas que a ela estão atreladas. Nesse sentido, a materialidade e a dinâmica de uma cidade dão contornos e atribuem formas ao urbano que também é modelado pelas ações de seus cidadãos.

Ao longo desta escrita, ganharão forma as configurações da cidade de Aroeiras, na Paraíba. Percebemos que, ao longo dos anos que vão de 1970 a 1990, aquela cidade passou por um significativo processo de transformações urbanas. Paulatinamente, os espaços urbanos e o cotidiano da cidade foram ganhando outras configurações. As reformas urbanas acabaram por redefinir certos aspectos da cidade, sem necessariamente suplantarem os tantos costumes já consolidados, assim como as práticas rurais e o ritmo habitual de uma pequena cidade, muito embora, gradativamente, os espaços urbanos e o cotidiano de Aroeiras tenham ganhado outras configurações.

Com tais pretensões, buscamos tecer reflexões sobre as transformações urbanas, contemplando as modificações físicas e estruturais, bem como os impactos causados em seus moradores, pois as reformas modificam as características da paisagem urbana e têm implicações na vida dos cidadãos. Nesse sentido, as transformações são compreendidas como responsáveis por alterar a materialidade dos espaços urbanos e impactar o cotidiano, as sociabilidades dos homens e mulheres que vivem nas cidades.

Abordar historicamente Aroeiras requer ainda considerar que a cidade, enquanto objeto de estudo, localiza-se em um campo de reflexão bastante amplo e complexo. Souza (2010, p. 9) informa que diversos estudos vêm sendo elaborados sobre a temática *cidade*, que é discutida a partir de vários olhares, e de diversas perspectivas historiográficas. Por isso,

acreditamos que escolher refletir sobre o espaço urbano requer considerar essas múltiplas dimensões que permeiam os estudos sobre as cidades.

Neste contexto, diante de um território amplo, que permite muitas possibilidades de trabalho, escolhemos matutar sobre a nova configuração do urbano, atentando para as mudanças e permanências em uma cidade de pequeno porte. Tratar desse processo envolve considerar a recepção das reformas urbanas e as mais diversas impressões provocadas em seus moradores, uma vez que, torna-se importante perceber como as memórias de diferentes moradores retratam reformas materiais, experiências vividas, nuanças de um pequeno espaço urbano que oferece inúmeras possibilidades de interpretação.

Assim, para compreender a dinâmica da cidade, destacando suas modificações materiais e estruturais, assim como os impactos causados no viver urbano, a memória configura-se como um importante lócus na compreensão da experiência cidadina e também possibilita dar visibilidade aos diversos sujeitos que são portadores de múltiplos olhares sobre o urbano. Os relatos de memória de diferentes pessoas que vivenciaram tal contexto são fontes que nos permitem explorar aspectos que dizem respeito às vivências/sociabilidades urbanas.

A memória se configura como uma rica fonte no que diz respeito à problematização das reformas materiais de uma pequena cidade do Estado da Paraíba por permitir refletir sobre como são processadas e significadas as alterações do tecido urbano. Ao longo desta escrita, os relatos de memória das pessoas comuns de uma pequena cidade representam as transformações materiais e a inserção de alguns aparatos existentes nas cidades brasileiras de porte maior. Com tais objetivos, compreendemos que as reflexões elaboradas sobre tal período estão condicionadas pelas memórias dos moradores que vivenciaram essa temporalidade.

Os relatos de memória sugerem que, a partir de 1970, Aroeiras teria passado a vivenciar um período de modernização, concretizado através da aquisição de algumas conquistas materiais.<sup>1</sup> Na nossa compreensão, em 1970, inicia-se um significativo processo de urbanização e expansão que, notadamente, é posto em prática para conferir ares mais urbanos e suplantam os tantos elementos rurais que compunham a malha urbana e permeavam as

---

<sup>1</sup> Sobre o pensado a partir de certas conquistas materiais, sugerimos ver: ARANHA, Gervácio Batista. *Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925)*. In: AGRA DO Ó, Alarcon et al. *A Paraíba no império e na república: estudos de história social e cultural*. 3. ed. João Pessoa: Ideia, 2003.

práticas dos moradores, pois, a partir de então, os espaços se tornam menos insalubres e a vida social da cidade ganha outras conotações.

Tratar, ainda, daquele espaço urbano durante esse recorte temporal é não deixar de considerar as novas conotações das ruas, a abertura de avenidas, assim como a edificação de alguns equipamentos urbanos, elementos que são responsáveis por trazer melhorias para a cidade. Deve-se também considerar que essas reformas motivadas por ideias de progresso e civilização, mesmo não imprimindo ares de desenvolvimento e de crescimento acelerado, acabaram por modificar a paisagem e proporcionar em seus moradores a sensação de que, ao longo dessa temporalidade, a pequena Aroeiras se modificou, ganhou outro ritmo de vida. O processo de modernização desencadeado em Aroeiras ao longo desse período acabou por mesclar-se aos limites físicos e à vivência histórica da cidade por parte dessas pessoas.

Diante disso, para concluir as reflexões, escolhemos a gestão de José Fernandes de Melo (1993-1996), período em que se encerraria a etapa de urbanização que propomos estudar. Acreditamos que as transformações urbanas postas em prática até esse período são responsáveis por conferir a Aroeiras os mais significativos elementos urbanos existentes nos dias atuais. As reformas realizadas até o final do recorte temporal escolhido mudaram de forma significativa a paisagem, redefiniram o cotidiano e impactaram as sociabilidades urbanas, causando alterações na própria relação das pessoas com os espaços habitados.

Refletir sobre as transformações urbanas de Aroeiras requer ainda encará-las como um processo lento e gradual, pois o contexto de um pequeno espaço urbano, diferentemente de outros maiores (como Campina Grande, Recife, Fortaleza e Rio de Janeiro), modifica-se de forma mais lenta e está permeado por elementos rurais que acabam por mesclarem-se mais fortemente com os elementos inseridos para instaurar o novo, graças à evidente preocupação dos gestores com a construção de outro cenário, com a realização de algumas obras que deveriam trazer uma crescente modernização a uma cidade pouco desenvolvida, mas que de alguma forma deveria respirar ares de progresso e, não, deixar de vivenciar a modernidade urbana.

Neste contexto, o estudo das questões urbanas será realizado a partir da consideração das especificidades da realidade local e, também, das articulações com outras cidades paraibanas, pois Aroeiras não existe de forma isolada, estabelecendo cotidianamente relações com outras cidades, com outros municípios. Para a realização de um estudo que contemple tais aspectos, é indispensável a compreensão de que é possível realizar uma aproximação para explicar como poderá ter sido a experiência sensível de outro tempo através dos indícios que o passado deixou, questionando os silêncios, as lacunas das fontes, e tentando fazer emergir as

experiências de alguns sujeitos históricos impactados pelo conjunto das reformas espaciais que contemplamos.

Pesavento (2003, p. 58) aborda as sensibilidades como o objeto a ser capturado do passado e nos fala sobre os discursos que as pessoas utilizam para dizer o urbano. Estes são representações do real que recriam a cidade e fazem emergir as práticas sensíveis. Nesse sentido, os cidadãos também constroem representações para os espaços nos quais elaboravam suas trajetórias, enquanto os tornavam habitáveis.

É importante frisar, também, que consideraremos a diversidade das relações sociais, assim como a multiplicidade de significados dos códigos culturais, vislumbrados a partir de uma diversidade de indícios históricos. Assim, alguns autores são de grande valia por contribuírem para fundamentar teoricamente as reflexões propostas e para analisar das fontes com as quais trabalhamos. Por isso, a seguir discorreremos sobre as contribuições de alguns autores com os quais dialogamos ao longo deste texto.

Santos (2008, p. 9) nos fala a respeito da urbanização brasileira e sobre o desafio que devemos encarar ao propor estudá-la. Desse jeito, contribui para entendermos esse processo associado à pobreza que também é resultante do modelo espacial. Revela ainda que, nesse contexto, o trabalhador da agricultura ocupa cada vez mais as cidades brasileiras, o que nos leva à compreensão de que a urbanização brasileira não permite uma dissociação não fluída entre o que venha a ser a cidade e as regiões rurais. Compreende-se que alguns aspectos do urbano estão inseridos no campo, assim como as atividades rurais com elementos modernos fazem parte da cidade. Com isso, é possível pensar sobre a cidade de Aroeiras e os tantos aspectos rurais que permeiam o urbano.

Nesse percurso que objetivamos trilhar, vislumbramos que as cidades também são constituídas e alteradas pelas relações que os homens estabelecem em sociedade. Os cidadãos também são responsáveis por formar e alterar o urbano. Então, a cidade é modificada pelas práticas cotidianas. Os seus moradores cotidianamente redimensionam os espaços, constroem territorialidades.

As relações que os indivíduos estabelecem entre si configuram-se espacialmente. São processos de subjetivação individual e coletiva e não relações funcionais do tipo uso ou relações de uso: aqui lugar de morar; aqui lugar de trabalhar; aqui lugar de circular. Estas seriam relações puramente funcionais; só que a cidade não é isso, ou não é só isso. Para além delas existe todo o processo de significação, de percepção e de construção dessa territorialidade. Então, uma rua, para além de ser um lugar onde se passa ou se deixa de passar, uma rua está carregada de história, está carregada de memória, está carregada de experiências que o sujeito teve (ROLNIK 1992, p. 28).

Compreende-se, a partir da perspectiva de Rolnik (1992), que a cidade se configura enquanto um território a partir das subjetividades do sujeito, de uma ligação intrínseca do espaço real, vivido, com a ideia de subjetividade. Acreditamos que são essas significações, essas relações que os indivíduos estabelecem com os espaços, que configuram as territorialidades urbanas, também constituídas pelas experiências dos moradores. A esse respeito, as memórias sobre as reformas nos espaços urbanos estão atreladas às experiências vividas, às práticas de trabalho, às relações familiares, ao lazer, enfim, a ações que demarcam as territorialidades das cidades.

É interessante perceber que a caminhada de quem reside e passeia pelas ruas é sempre portadora de sentidos. O espaço urbano não é significado apenas pelo seu uso puramente funcional, visto que também existe uma relação de pertença, de afetividade, do despertar de memórias a partir do contato com os lugares. Nas palavras de Mayol (2009, p.45), “a cidade é, no sentido forte, ‘poetizada’ pelo sujeito: este a refabricou para seu uso próprio, desmontando as correntes do aparelho urbano; ele impõe a ordem externa a sua lei de consumo de espaço”. Dessa maneira, pensar a cidade suscita refletir também sobre espacialidades.

Certeau (1994, p. 71) nos fala sobre as espacialidades e as ações dos praticantes do urbano. Na sua compreensão, o espaço é um lugar trafegável, constituído por experiências fluídas, práticas muitas vezes escorregadias e hostis à estabilidade e à ordem constituída pelo lugar. Essas práticas indisciplináveis são muito significativas para estudar as relações sociais, na busca por uma compreensão de como os moradores se apropriam dos espaços para torná-los habitáveis. Os espaços são resultantes das ações do homem, em outras palavras, são produzidos ao serem praticados.

Assim, o espaço se configura como um lugar praticado, apropriado e reinventado em singularidades cotidianas, através dos passos de seus caminhantes. Por isso, torna-se diferente do lugar por ser um cruzamento de móveis (CERTEAU, 1994, p. 71). Assim, assume uma conotação distinta, difere do lugar que pode ser definido como o estabelecido. O sujeito é que elabora fabricações para o seu uso próprio, muitas vezes subvertendo a “ordem” do urbano, que se inscreve como o lugar da vida cotidiana dos moradores, dos praticantes da cidade. As práticas são as *artes de fazer* manifestadas no cotidiano; ou seja, são as práticas que lhe conferem significado (GUIMARÃES NETO, 2008, p. 157, grifos do autor).

O cotidiano é, portanto, elaborado a partir de mil maneiras de “caça não autorizada”, escapando silenciosamente às conformações, ao estabelecido. Essa possibilidade é construída graças ao que Certeau (1994) denomina as “artes de fazer”, as “astúcias sutis”, as “táticas de resistência” responsáveis por promover mudanças nos objetos e nos códigos, e realizar uma

reapropriação do espaço, transformando todo o lugar ou boa parte dele. Espaços e lugares são constantemente modificados. Partindo desses pressupostos, nosso olhar sobre o cotidiano citadino de Aroeiras será guiado pelos apontamentos teóricos formulados por esse autor.

Buscamos refletir a respeito das práticas cotidianas dos aroeirenses, pois ainda na perspectiva do autor supracitado, elas podem revelar os códigos culturais de um determinado grupo, poderão diferenciá-los uns dos outros, já que as ações cotidianas, em certa medida, tornam diferente a experiência vivida em Aroeiras, em relação às vivências nas demais cidades. A partir desta perspectiva de compreensão, o urbano também pode ser interpretado como um espaço construído por seus moradores.

Sendo assim, a história oral, enquanto metodologia de pesquisa, permite que nos embrenhemos no cotidiano de um espaço urbano de pequeno porte, vislumbrado pelo viés do olhar do morador comum, o qual, através dos seus relatos de memória, possibilita refletir sobre as transformações do urbano. Essas que são vislumbradas através das significações elaboradas por uma diversidade de pessoas que enxergam a cidade a partir de diferentes perspectivas.

Alberti (2004) sugere que a história oral, enquanto metodologia de pesquisa, é capaz de tornar apreensíveis as subjetividades e as representações sobre o passado. Acreditamos que o trabalho com esse tipo de fonte permite transformar a subjetividade em dados objetivos, que se tornam objeto de estudo ao longo desta escrita. Interessa-nos utilizar as fontes produzidas para que seja possível refletir a respeito dos fios de experiências vividas no “cenário” em transformação. Nesta feita, valorizamos o indivíduo, o que contribui para uma história mais rica, tendo em vista o contato direto do pesquisador com os sujeitos (PRINS *apud* JUCÁ, 2003, p. 51). O argumento torna-se pertinente por considerarmos que

[a] pesquisa com fontes orais apoia-se em pontos de vista individuais expressos nas entrevistas; estas são legitimadas como fontes (seja por seu valor informativo, seja por seu valor simbólico), incorporando assim elementos e perspectivas às vezes ausentes de outras práticas – tradicionalmente relacionadas apenas a indivíduos – como a subjetividade, as emoções ou o cotidiano (AMADO, 2006, p. 13-14).

Esta última passagem citada referenda a compreensão de que a subjetividade e as emoções, ao transbordarem desse tipo de fonte, contribuem para significar os desenhos do urbano e refletir sobre as transformações empreendidas pelos gestores, e permitem buscar compreender como as mudanças foram sentidas pelos cidadãos que tiveram suas sociabilidades alteradas. As experiências vividas pelos moradores também são responsáveis por redesenhar a cidade, constituí-la e reconstituí-la dia após dia. A história oral, enquanto

metodologia de pesquisa, enriquece os estudos que contemplam esses aspectos; em outras palavras, possibilita refletir acerca das práticas sem desconsiderar as sensibilidades que permeavam o viver urbano de homens e mulheres.

A sensibilidade das pessoas parece atravessar os seus relatos. Alberti (2004) destaca a riqueza da história oral, enquanto terreno propício para o estudo da subjetividade, e das representações do passado, tomados como dados objetivos. Sugere ainda que a escolha por esse tipo de fonte decorre de toda uma postura em relação à história, posicionamento que privilegia a emergência do vivido conforme a narração de quem viveu, permitindo o acesso a uma pluralidade de memórias, de perspectivas sobre o passado, que ajudam na compreensão do tema escolhido, na elaboração de uma concepção sobre o passado que também é resultante de um processo de negociações e disputas de significados.

Quem pesquisa com os relatos orais de memória, com o que foi elaborado ao longo das entrevistas, precisa dar conta de um conjunto de questões que envolvem a elaboração, a análise crítica e a interpretação dos relatos pessoais de uma configuração histórica e social. Partindo dessas questões que exigem discernimento do pesquisador, nosso olhar sobre as fontes permite que nos embrenhemos no cotidiano de um espaço urbano de pequeno porte através das fissuras abertas pelo olhar do morador comum, sujeitos de um contexto amplo e multifacetado, pelo qual ousamos enveredar, em busca de pistas capazes de permitir o acesso a uma temporalidade transcorrida — captada graças aos indícios (no caso de Sherlock Holmes), graças a signos pictóricos (no caso de Morelli) (GINZBURG, 2007, p. 150).

A história oral utilizada enquanto metodologia de pesquisa é de grande valia quando pensamos as mudanças de Aroeiras ao longo do tempo e as configurações que a cidade ganhou, após serem colocados em prática os desejos de construção de uma nova realidade social e visual. Os relatos das vivências elaborados a partir do presente são, assim, passíveis de análise e interpretação, como qualquer outro tipo de fonte. De modo que se torna possível afirmar que não existe uma homogeneidade no trabalho com a história oral enquanto metodologia de pesquisa interdisciplinar, utilizada em trabalhos de sociólogos, antropólogos, historiadores e pesquisadores de diversas outras áreas de conhecimento. Os caminhos percorridos são escolhidos de acordo com a opção teórica de cada pesquisador, ao passo que são as escolhas consolidadas em procedimentos metodológicos que possibilitam a utilização desse tipo de fonte.

Nesse sentido, a elaboração de um roteiro prévio, os tipos de entrevistas, a relação mais viável de ser mantida entre o historiador e o entrevistado, a transcrição dos depoimentos, bem como a análise dos documentos e a autorização dos colaboradores para que suas falas

sejam utilizadas constituem, todos, processos guiados pelos procedimentos metodológicos da história oral. Assim, vale reiterar e esclarecer: o processo de produção das fontes orais inicia-se com a elaboração de um roteiro prévio, flexível, condizente com os objetivos da pesquisa, e a escolha do tipo de entrevista.

Recuperando Alberti (2010, p. 175), as entrevistas são de dois tipos: temáticas ou de histórias de vida. As entrevistas temáticas são as que versam a respeito da participação do entrevistado no tema escolhido. Neste caso, o tema é mais importante do que a trajetória da pessoa. Já as entrevistas de histórias de vida têm como interesse principal a trajetória individual de sujeitos de uma abordagem em que se prioriza o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou. A esse respeito, esclarece o citado autor:

É possível que em determinado projeto de pesquisa sejam escolhidos ambos os tipos de entrevista como forma de trabalho. Nada impede que se façam entrevistas mais longas, de histórias de vida, com pessoas consideradas em especial representativas ou cujo envolvimento com o tema seja avaliado como mais estratégico, ao lado das entrevistas temáticas com autores e/ou testemunhas (ibid., p. 176).

A partir dos objetivos traçados, optamos por realizar entrevistas temáticas por termos estabelecido como objetivos prévios o estudo das reformas nos espaços da cidade. Nesse processo, as pessoas que residiram em Aroeiras elaboraram relatos sobre suas vivências, a partir dos temas propostos. No entanto, após o processo de transcrição, ao analisarmos as fontes, constatamos que nos relatos dos moradores existiam elementos desses dois tipos de entrevistas. Os relatos de memória misturavam elementos da vida das pessoas com as temáticas suscitadas nas entrevistas. Ao serem convidados a tecer relatos sobre suas vidas, relacionando-os com a história da cidade, essas pessoas se apresentam como testemunhas do vivido e, ao mesmo tempo, como sujeitos das experiências e colaboradores da escrita deste trabalho.

Explorar a relação do sujeito com o momento histórico que estudamos nos possibilita refletir sobre as nuances de uma cidade de pequeno porte. Os relatos carregam as marcas de interpretações dos entrevistados. A presença do fator humano, da subjetividade no processo de transmissão da memória, fornece elementos de como as recordações do passado vão se constituindo no grupo (ALBERTI, 2010, p. 187). Para a composição de uma análise que considera os meandros constitutivos da memória, após entrevistar as pessoas, escolhemos transcrever os depoimentos o mais próximo possível do que foi dito pelos colaboradores, pois consideramos que

A memória se constitui e opera a partir dos impactos, dos reflexos que os acontecimentos exercem sobre os grupos, assim como sobre os indivíduos, influenciando diretamente na constituição das representações. As representações são elaborações tecidas em contato direto com o tempo presente. Elas expressam as concepções que o indivíduo tem do mundo em que vive, dos reflexos das experiências vivenciadas, e através dos quais deixam transparecer os seus valores, as suas crenças, os seus sentimentos, enfim, a sua personalidade (GUIMARÃES NETO, 2008, p. 31).

Nesse sentido, através dos relatos de memória, estudamos as mudanças urbanas e as tramas que as acompanham, principalmente no que se refere às questões que dizem respeito à vida cotidiana, às redefinições das sociabilidades/ sensibilidades, a emergência de novas práticas urbanas, as transformações que trouxeram a possibilidade de melhorias no cotidiano, conferiram ares de progresso e imprimiram sensações de conforto. Assim, percebemos que a memória dos depoentes possibilita compreender como foram vivenciadas e significadas as reformas em Aroeiras, já que nos permite contemplar e elaborar reflexões sobre aspectos que não existem em outros tipos de fontes.

Então, analisaremos os relatos como sinais das experiências, pois embora repletos de individualidades, contados de diversas formas, eles nos remetem às vivências plurais e nos trazem a possibilidade de configurar, colorir e significar o passado de uma cidade.

Trata-se de uma representação da cidade e do território praticado que associa elementos da cartografia convencional com os dados das experiências apoiadas em signos culturais múltiplos, destinados a oferecer uma outra compreensão, para além dos discursos dos planejadores e administradores urbanos (GUIMARÃES NETO, 2008, p. 45).

Considerando esta visão, os relatos de memória são tomados como indícios de uma temporalidade transcorrida. De acordo com Cabral Filho (2004, p. 42): “ao narrar as suas lembranças o indivíduo vai fazendo uma representação do passado, agindo sobre ele”. Nas construções das memórias estão contidas vivências esmiuçadas, ausentes de outros tipos de fontes. Acredita-se que um estudo construído a partir das fontes orais deve deixar transparecer que essas vivências são uma ressignificação, uma reconstrução do passado elaborada a partir do presente. É neste sentido que, ao trabalhar com essa perspectiva de estudo, interessou-nos elaborar uma leitura sobre as vivências de uma cidade contada através de diversos olhares que incidem sobre a espacialidade e as experiências cidadinas.

As pessoas, ao recordarem o passado vivido, relataram suas experiências através de sua memória individual. A memória é, sobretudo, da pessoa, embora a narração das vivências

faça parte de algo maior: as mudanças processadas na urbe e experimentadas pelos cidadãos.<sup>2</sup> Sendo assim, a memória é tomada em seu aspecto individual, pois ela é do indivíduo, dos sujeitos entrevistados. Boa parte das experiências relatadas constitui recordações singulares, representações constituídas pela pessoa que as viveu. Mas também são coletivas, já que no nosso estudo as experiências de alguns moradores de Aroeiras possibilitam refletir a respeito das mudanças e permanências no espaço urbano.<sup>3</sup>

Nesse sentido, as memórias das pessoas entrevistadas também tecem relatos sobre experiências vivenciadas coletivamente pelos cidadãos, mas são memórias individuais de sujeitos que possibilitam conhecer diversas versões sobre o passado. Os entrevistados, por intermédio de sua memória individual, permitem refletir sobre muitas vivências do contexto de um pequeno espaço urbano, cenário de um processo de transformações.<sup>4</sup>

Ainda no que se refere ao trabalho com a história oral, convém ser conhecedor de que as particularidades do tempo da memória não podem ser desconsideradas. A configuração do tempo das etapas do vivido (infância, juventude, vida adulta e coisas recentes), feita pela memória, pouco condiz com o tempo cronológico adotado pelos historiadores. Em alguns casos, baseia-se em acontecimentos marcantes da vida da pessoa, cabendo ao pesquisador atentar para semelhantes questões e realizar a organização das falas seletivas, subordinadas ao

---

<sup>2</sup> Para compreender as conceituações teóricas sobre memória individual e memória coletiva, sugerimos ver: HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2009; POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989; RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007.

<sup>3</sup> Para formular a proposta de trabalho escolhida considerou-se a necessidade de realizar leituras de alguns outros autores que se utilizaram das memórias para produzir seus trabalhos. Para conhecer algumas outras produções, ver: BARROS, Vilarin Barbosa. Facetas de cidades nos (des) caminhos de Quixadá-São Paulo: “Uns se dão bem e outros não”. In: DAMASCENO, Francisco José Gomes; SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de (Org.). *Cidades (re) inventadas: sujeito(s), fonte(s), história(s) na Paraíba e no Ceará*. Fortaleza/Campina Grande, EDUECE/ EDUFCG, 2010; JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. A dimensão metodológica da história oral. *A oralidade dos velhos na polifonia urbana*. Fortaleza: Imprensa Universitária, p. 40-56, 2003; JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *A oralidade dos velhos na polifonia urbana*. 2. ed. Fortaleza: Premius, 2011; CABRAL FILHO. *O pão da memória: velhos padeiros, lembranças, trabalho e história*. João Pessoa: Ed. UFPB, 2004.

<sup>4</sup> A perspectiva de entendimento da memória proposta por Halbwachs contém uma postura defensiva do caráter coletivo da memória. Para ele, a memória, enquanto uma construção social, sobressai-se em relação à memória individual, uma vez que as pessoas, desde cedo, estabelecem vínculos com a coletividade. Por viverem coletivamente, o caráter coletivo da memória se sobressai. Já na perspectiva de Paul Ricoeur, a memória é individual: acionada pelo que vivenciamos em um determinado momento, nossa memória não se confunde com a dos outros. O sentimento de pertencimento da memória do indivíduo seria intransferível e parte integrante das experiências vividas pelo sujeito. Por isso, para ele, a memória é individual, embora considere que não existe o “si” sem o outro. Ver em: HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2009; RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução Alain François et al. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007.

momento, e também condicionadas pelo que marcou a vida dos entrevistados (GUIMARÃES NETO 2007, p. 103).

Para lançar o nosso olhar sobre Aroeiras, além dos relatos de memória, valemo-nos de arquivos documentais e acervos fotográficos. Conseguimos documentos escritos e algumas fotografias que, na nossa compreensão, possibilitam reconhecer os deslocamentos temporais, de sentido (ALBERTI, 2010, p. 155-203). Essas outras fontes, entendidas como fragmentos de memória, fornecem suporte para a investigação que propomos realizar e, sobretudo, para a análise das entrevistas, das informações fornecidas pelos depoentes. Assim, a composição deste trabalho incorpora diversos tipos de fontes que auxiliam na problematização da cidade de Aroeiras.

Refletindo sobre o que ora foi exposto, esclarecemos que consultamos fragmentos escritos deixados nos arquivos da Câmara Municipal e da Prefeitura de Aroeiras (como atas e projetos de lei do Legislativo, decretos do Executivo, entre outros) e utilizamos algumas fotografias. Esses documentos possibilitam estudar com mais propriedade a temporalidade proposta. Assim, realizamos um cruzamento de fontes com a pretensão de enriquecer a análise. Nesse sentido, o presente trabalho foi pautado em fontes como depoimentos orais, documentos escritos e fotografias, todos pensados como elementos de memória, e analisados a partir da metodologia do paradigma indiciário proposta por Ginzburg (1989).<sup>5</sup>

Esse autor propõe que o conhecimento do historiador é indiciário e formado por fragmentos. Por isso, é necessário valer-se dos detalhes presentes nas fontes, das pistas, dos indícios, sinais e rastros que sejam capazes de iluminar contextos sociais e trazer à tona o passado irrecuperável, tal qual ele um dia foi. O transcorrido parece escapar às mãos e só é acessado por meio dos indícios contidos nas fontes. No caso deste estudo, assumem uma posição de destaque os relatos orais de memória, nosso principal fio condutor que nos leva a acessar os sinais do passado de uma cidade, indícios que iluminam a percepção daquele contexto social.

Munidos de tais suportes teóricos e metodológicos, realizamos entrevistas com oito pessoas que moravam no município de Aroeiras, durante os anos de 1970 a 1990. Optamos por um conjunto diversificado de colaboradores. Para constituí-lo, ter vivido no município foi o principal critério utilizado para a escolha dos entrevistados. Após definir quais pessoas

---

<sup>5</sup> Sobre os conceitos de análise propostos por Carlo Ginzburg para recuperar os rastros do passado, sugerimos ver: GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. Tradução Eduardo Brandão. 3. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. Tradução Jonatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

formariam o nosso conjunto de depoentes, realizamos as entrevistas. Fizemos várias visitas e entrevistamos mais de uma vez cada pessoa, porque compreendemos que, devido às inúmeras pequenas temáticas propostas, a realização de tantas perguntas em um único dia seria muito cansativo para o entrevistado e poderia comprometer as informações.

Seguindo tais procedimentos, realizamos a transcrição a partir de princípios éticos e de sentimentos de compromisso para com as pessoas que nos forneceram as informações e foram previamente esclarecidas quanto ao fato de que suas falas seriam utilizadas tal como foram proferidas nas entrevistas, uma vez que suas significações sobre o passado enriquecem esta escrita ao serem utilizadas como objetos de análise ao longo do presente estudo.

Desta forma, este trabalho apresenta-se dividido em três etapas, embora essa divisão não deva ser compreendida como uma fragmentação. A escolha por tal sequência considerou os objetivos que delimitamos e os temas mais recorrentes nos relatos dos entrevistados. Observamos, ao transcrever as entrevistas, que alguns temas eram bem mais frequentes nas memórias dos moradores da cidade. São eles: as características rurais de Aroeiras antes da década de 1970; a chegada de alguns equipamentos urbanos; e as redefinições nos espaços urbanos — ou seja, as mudanças e permanências na paisagem citadina, bem como as significações referentes aos usos dos espaços e aos aspectos do cotidiano; em outras palavras, as vivências dos moradores.

Por isso, ao considerar tais aspectos, no primeiro capítulo — *Reformas urbanas em Aroeiras: as seduções da modernização e os desejos de construir um novo olhar sobre a cidade* —, procuramos refletir sobre a memória enquanto fonte importante para os estudos sobre cidades. Trilhado esse caminho inicial, buscamos trazer para a discussão a cidade no contexto anterior a 1970. Assim, pretendemos, a partir das memórias dos moradores, focar as configurações do espaço urbano de Aroeiras, com suas feições rurais.

Deste modo, contemplaremos as seduções da modernização urbana e algumas reformas que, na nossa compreensão, deveriam conferir ares urbanos, contribuir para a construção de um novo olhar sobre um aglomerado populacional que, à época, havia pouco se emancipado politicamente. Para tanto, pretendemos montar um quadro de práticas habituais da população, enfatizando que vislumbramos nas redefinições dos espaços, realizadas a partir de 1970, uma tentativa de suplantar essas mesmas práticas, expandir a urbanização e atribuir uma feição urbana a cidade.

No segundo capítulo — *A cidade sob reformas: das alterações da materialidade às redefinições no cotidiano de Aroeiras* —, entramos na cidade pelo viés da memória. Neste percurso, pretendemos buscar compreender as reformas na malha urbana responsáveis por

contribuir para a urbanização e expansão de Aroeiras, uma vez que diversas modificações foram realizadas no espaço urbano que, em 1970, era constituído por muitas características rurais.

Assim, analisamos as transformações processadas para conferir-lhe ares urbanos. Nesse sentido, pretendemos lançar nosso olhar sobre as reformas que redefiniram os desenhos dos espaços. Então, consideramos que, depois das mudanças, outras *artes de fazer* emergiram no cotidiano de Aroeiras, que continuou com o ritmo lento de uma cidade de pequeno porte, pacata, muito embora os seus espaços urbanos e as práticas ali verificadas tenham ganhado outras conotações.

No terceiro capítulo — *Nos meandros das vivências: lembranças dos modos de viver e se divertir na cidade de pequeno porte* — destacamos de que forma as memórias dos moradores interpretam algumas vivências desencadeadas em uma cidade que passava por um processo de reformas urbanas. Penetramos nas memórias de seus moradores para compreender as relações travadas nos espaços e as mudanças nas vivências contempladas pelos moradores. Nas entrevistas, ganharam ênfase questões que dizem respeito ao trabalho e a algumas sociabilidades destacadas pelos colaboradores. Estes compreendem que, à medida que a cidade foi mudando, alteraram-se também os modos de viver em Aroeiras.

## **1 REFORMAS URBANAS EM AROEIRAS: AS SEDUÇÕES DA MODERNIZAÇÃO E OS DESEJOS DE CONSTRUIR UM NOVO OLHAR SOBRE A CIDADE**

A cidade é feita de sonhos e desejos. Sonhos e desejos que, um dia, se tornarão recordações, se incorporaram aos inúmeros labirintos da memória, revelarão as faces escuras do passado ou deixarão que elas permaneçam desconhecidas para sempre. Mas sonhos e desejos que se reinventam e se transformam. Assim é a cidade, a grande moradia dos homens. *O nosso olhar percorre suas ruas como se elas fossem "páginas escritas"*, querendo adivinhar as histórias que elas escondem, traduzir a língua difícil dos sentimentos que construíram o seu cotidiano, seus tantos símbolos que os homens teimam em decifrar (REZENDE, 1997, p. 21, grifos nossos).

A cidade de Aroeiras, objeto de investigação desta dissertação, está situada no agreste paraibano, limitando-se, ao sul com a cidade de Umbuzeiro, ao norte com Fagundes e Itatuba, ao oeste com Gado Bravo, ao nordeste com Queimadas e ao leste com Natuba. O Município possui duas estradas: a BR 102, no sentido de Campina Grande a Aroeiras, e a BR 090, no sentido Itatuba a Aroeiras. Está situada a uma distância de aproximadamente 54 km de Campina Grande, cidade polo da região, e a 178 km de João Pessoa, capital do Estado. Possui uma área territorial de 374, 697 km<sup>2</sup>. Segundo os dados do IBGE sua população estimada em 2013 era de 19.259 habitantes. A cidade foi emancipada em 1953. Antes da emancipação pertencia à Comarca de Umbuzeiro.

De acordo com Andrade (1984), a área onde hoje está localizada a cidade de Aroeiras teria sido ocupada desde o século XIX. O português Laurentino de Moura Varejão é apontado como o responsável por iniciar o povoamento da região, e, depois, seus herdeiros teriam dado continuidade a esse processo. Anos mais tarde, João Barbosa Monteiro e a família dos Souzas, possivelmente procedentes do sertão paraibano, teriam continuado o povoamento. Naquela época, João Barbosa Monteiro e seus familiares fixaram residência em Manoelas, atual sítio da zona rural do município. Acredita-se que esta era a localidade mais próspera da região à época.

Semanalmente, naquela localidade, a feira (o registro da primeira feira data de 20 de novembro de 1881) reunia agricultores e proprietários de terras. Entende-se que essa prática mercantil pode ter sido um dos fatores que impulsionaram a atração de novos habitantes. Por isso, na memória local, ela é considerada como um dos elementos que contribuíram para o surgimento e o desenvolvimento da atual cidade de Aroeiras (ANDRADE, 1984, p. 13-32).

*Imagem 01: Vista panorâmica da cidade de Aroeiras, onde é possível visualizarmos o espaço urbano.*



Fonte: AROEIRAS 50 ANOS. Revista Especial – Emancipação Política – Prestando Contas. Dez. 2003.

Comportando algumas poucas edificações, o pequeno povoado em formação ao longo da primeira metade do século XX preservou características eminentemente rurais (SILVA, 2010, p. 25). Esse povoado foi transformado em vila no dia 15 de novembro de 1938. Aroeiras, antes povoado de Umbuzeiro, nesse período passou à categoria de vila. É sabido que, nos idos da década de 1930, conservava uma fisionomia rural, com vegetação expressiva em muitos espaços do urbano, com vias de circulação empoeiradas, muitas casas e prédios insalubres, dispostos sem ordenamento urbano.

Os moradores da cidade vivenciaram as configurações daquele espaço urbano. As lembranças dessas pessoas, transformadas em fontes, assumem lugar de destaque nessa

escrita, em que a cidade também é apresentada pelas memórias dos aroeirenses, que conferem uma multiplicidade de sentidos para o viver urbano. Os entrevistados relatam as vivências de diferentes personagens que se apropriavam daquele espaço e, nos dias atuais, tecem relatos que representam os espaços praticados e contribuem para o objetivo de realizar uma, dentre tantas possíveis configurações da cidade. A esse respeito, consideramos que

[o] trabalho historiográfico com as fontes orais deve considerar ou incidir sua atenção sobre a particularidade do tempo da memória, procurando questionar os laços mais importantes ou a natureza dessa relação das *artes da memória* e do tempo histórico, entendendo que as histórias relatadas são, antes de tudo, vidas ou acontecimentos lembrados (GUIMARÃES NETO, 2007, p. 103, grifos do autor).

As considerações acima chamam à atenção para a necessidade do pesquisador de encarar o desafio de lidar com as particularidades do tempo da memória. Considera-se que as memórias abrigam múltiplas temporalidades que se desdobram nos relatos dos entrevistados, já que ao serem convidadas a rememorar o passado vivido, a partir de entrevistas temáticas, as pessoas não lidam apenas com o tempo passado, mas também com o tempo presente. Os relatos são produzidos no presente, e devem, também, ser analisados sob esse prisma, sem desconsiderar as relações entre as múltiplas temporalidades. Assim, ao utilizarmos os relatos de memória enquanto fonte, problematizamos algumas questões mais complexas, como as particularidades do tempo da memória.

Cumprir notar que o tempo da memória é fragmentário, plural, diferente da do tempo cronológico. “Enquanto forma de memória, o testemunho oral aponta para a descontinuidade temporal, fazendo emergirem do fluxo tempo/experiência os fatos considerados mais significativos do ponto de vista do narrador” (GUIMARÃES NETO, 2007, p. 102). Essa descontinuidade se organiza ao longo deste trabalho, pois buscamos lidar com o tempo da memória, ou seja, operamos a partir das temporalidades da memória, como sugere Guimarães Neto (2007, p. 102):

Na narrativa, essa descontinuidade se organiza, parte de referências significativas, aponta para as ações individuais e coletivas, buscando dar inteligibilidade aos relatos e às trajetórias humanas. E assim, os ‘fatos da memória’ aprendidos em imagens, apresentando articulações próprias e únicas, estabelecem ligações, ressonâncias com uma teia de acontecimentos, com os quais teremos de operar na construção da narrativa histórica.

Assim, na nossa perspectiva de trabalho, o tempo vivenciado pelo sujeito e o tempo da memória se relacionam. Lidar com tais aspectos se torna imprescindível, pelo fato de o tempo ser um dos elementos constitutivos da escrita da História. Sabe-se que o tempo é natural, mas

a sua organização e o seu significado dependem de aspectos culturais. Nesse processo, as idas e vindas da memória trazem a possibilidade de refletir sobre um contexto social, acionado a partir dos dias atuais, já que as experiências vividas pelos cidadãos, ao serem acionadas pela memória, atravessam o presente, as questões do presente.

Assim, as recordações das pessoas estão em consonância com a disposição temporal das experiências, a qual abriga um tempo fragmentário e plural.<sup>6</sup> Por isso, realizar uma possibilidade de estudo sobre uma cidade implica refletir sobre temporalidades e também espacialidades, uma vez que os relatos, nos quais estão imersas múltiplas temporalidades, discorrem sobre as práticas dos espaços urbanos. As memórias são, antes de tudo, relatos de espaços praticados, já que os espaços não são anteriores às práticas; as práticas os constituem e lhes conferem significados (GUIMARÃES NETO 2008, p. 157).

Tais elucidacões são relevantes para a compreensão de que a cidade também pode ser vislumbrada como uma espacialidade construída pelos seus habitantes. As pessoas que vivem no urbano, na perspectiva teórica de Certeau (1994), também são responsáveis por estabelecer as articulações necessárias para elaborar os espaços do urbano, constituídos pelas ações dos sujeitos, como observamos na citação que se segue:

*O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. [...] Diversamente do lugar, não tem portanto nem a univocidade nem a estabilidade de um “próprio”. Em suma, o espaço é um lugar praticado (CERTEAU, 1994, p. 202, grifo do autor).*

Pela descrição acima, compreende-se que a cidade de Aroeiras, constituída pelos espaços praticados e também modificados pelas práticas dos moradores, assume a conotação de lugar nos relatos dos entrevistados, quando é lembrada como o lugar das brincadeiras da infância, dos namoros, dos encontros na praça, entre outros aspectos. O lugar se constitui como tal nas memórias dos entrevistados a partir das emoções das pessoas, pelo fato de que os sentimentos contribuem para que os indivíduos pensem a cidade como o lugar de viver, de morar, de ser feliz. Já os espaços são constituídos pelas experiências vividas, pelas práticas do homem comum.

---

<sup>6</sup> Cf. GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Memória e relato histórico, *CLIO – Revista de Pesquisa histórica*, n. 23, 2007. Recife. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas/ apresentação Carlos Alberto Cunha Miranda. Recife. Ed. Universitária da UFPE, 2007.

Nesse sentido, as memórias de diferentes sujeitos associadas aos espaços vividos contribuem para que estudemos o passado da cidade de Aroeiras, na Paraíba. Para tanto, seremos acompanhados por moradores, depoentes portadores de memórias, ao lado dos quais passeamos pelas ruas do passado da cidade, enxergando o seu cotidiano, as suas vivências cidadinas. Tais imagens são resquícios do que um dia foi Aroeiras, configurada a partir das fontes que interpretamos, das análises que escolhemos fazer, e do olhar das pessoas que irão nos acompanhar nos espaços urbanos.

Caminheemos, então, guiados pelas memórias de:

*José Severino da Costa Barbosa.* Esse senhor é poeta e professor do Estado da Paraíba. Trabalha na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Carlos Pessoa Filho, localizada na cidade. É morador da Avenida José Pedro de Melo e nasceu na outrora Rua do Comércio (atual Rua Antônio Gonçalves). Conforme nos relatou, nasceu e cresceu naquele aglomerado populacional, onde vive até os dias atuais. Já publicou livros, foi diretor de Cultura e gestor de escolas.

*José Fernandes de Melo,* conhecido por Fernando Pedro. Morador de Aroeiras, residente na atual Avenida José Pedro de Melo, o referido senhor é um político que esteve em exercício nas décadas de 1970 e 1990, tendo sido gestor do município em ambos os períodos. Nas suas memórias, foram externados os discursos de um administrador e, ao mesmo tempo, os relatos de um habitante que reside no município, com sua família, até os dias atuais.

*Gilberto Bezerra de Souza,* morador da Rua Zeferino de Paula, gestor durante os anos que vão de 1970 a 1990, esse senhor que também já residiu na Rua Epiácio Pessoa, durante o recorte temporal estabelecido, foi gestor por duas vezes no município onde nasceu, constituiu família e vive até os dias atuais.

*Manoel Francisco de Andrade,* residente na Rua Carlos Pessoa fixou residência na cidade, com sua família, nos primeiros anos da década de 1970. Agricultor exerceu esse tipo de trabalho durante os muitos anos em que trabalhou na zona rural, no Sítio Massaranduba, para onde se deslocava diariamente. No entanto, ao longo desse período em que reside na cidade, o entrevistado desempenhou diversas outras profissões. Esteve à frente de alguns cargos, trabalhou, inclusive, como telefonista, na década de 1980, quando instalaram uma TELPA telefônica em Aroeiras.

*João Alves Pereira.* Agricultor, nos dias atuais reside no Sítio Juá. Nasceu na zona urbana do município, depois morou no Sudeste, na cidade de São Paulo, de onde retornou à cidade no início da década de 1980, período em que fixou residência na zona rural onde vive

atualmente. Já foi vereador e candidato a vice-prefeito, mas deixou a vida política e vive de atividades agrícolas.

*Maria Amaro de Souza*, dona de casa, trabalhou ao longo da vida na agricultura. Reside na zona urbana há menos de vinte anos. Nasceu e cresceu na zona rural do município, no Sítio Chã Grande, de onde se mudou para o Sítio Pedra D'Água, e depois para a cidade. Nos dias atuais, é moradora do conjunto Cehap. Aposentada, não trabalha mais na agricultura.

*Raimunda Maria da Conceição*. Nasceu e cresceu na zona urbana, onde mora até os dias atuais. Mudou-se algumas vezes e, por isso, residiu em diferentes ruas. Agricultora, desempenhou esse trabalho ao longo da vida em roçados situados nas proximidades da cidade, onde plantava e colhia milho e feijão. Atualmente reside no conjunto Cehap.

*Severina de Souza Muniz*, moradora da cidade, sua residência está localizada na Rua Epitácio Pessoa. Esposa do senhor Zezé, dono de Bar e Restaurante Glória, ativo ao longo dos anos que vão de 1970 a 1990, a referida senhora durante muitos anos, trabalhou no comércio, auxiliando nos afazeres do bar, nas atividades cotidianas e nas que ocorriam em dias de quebra do cotidiano, ou seja, em dias de festa (festa da Santa Padroeira Nossa Senhora do Rosário, Carnaval e festas de Natal).

Os relatos dessas pessoas, problematizados ao longo deste estudo, possibilitam elaborar caminhos para que se possa refletir sobre a experiência da cidade de Aroeiras entre os anos de 1970 a 1990.

## 1.1 ENTRE O RURAL E O URBANO: A CIDADE DE AROEIRAS E AS TENTATIVAS DE CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS

Na passagem da década de 1940 a 1950, [...] as ruas da pequena Vila ainda não eram calçadas. Com pouca iluminação, poucos metros de passeio público em curso, com poucas casas de comércio, outras poucas casas privadas e estabelecimentos públicos, não ultrapassando o total de aproximadamente '582 prédios em 1956', enfileirando-se desordenadamente pelo centro (GOMES, 2012, p. 120).

Gomes (2012) informa que na primeira metade do século XX, a cidade possuía muitas áreas com características rurais. Até a década de 1950, a paisagem sofreu poucas mudanças. Os moradores da localidade conviviam apenas com alguns traços sutis de urbanidade, que paulatinamente foram instalados. Após a primeira metade da década de 1950, esse quadro passou a sofrer notáveis alterações, sobretudo devido às reivindicações emancipacionistas e aos desejos de construção de novos espaços, de reelaboração de hábitos e comportamentos, de desejos de crescimento e de construção de um novo olhar para a cidade que estava sendo

edificada.<sup>7</sup> Aroeirenses e políticos de Aroeiras e de Umbuzeiro teriam reivindicado não só a emancipação, que se deu em 1953, mas também uma posição de cidade consubstanciada com o progresso material.

Emergiram muitas tentativas de apagar o passado rural. Buscou-se construir uma materialidade urbana por meio de mudanças concretas que fossem capazes de alterar significativamente o tecido “urbano”, as características da paisagem outrora existente.<sup>8</sup> É sabido que as cidades convivem com inúmeras tentativas de reformas para a organização de seus espaços. As transformações urbanas são responsáveis por promover urbanização, trazer ares modernos. Ao experimentar mudanças estéticas, sobretudo nas suas ruas e áreas centrais, os melhoramentos norteados por ideais de modernização ditaram o tom das intervenções em muitas cidades brasileiras, modificadas não somente na sua materialidade, mas também nas sociabilidades urbanas.

A existência de uma sensibilidade favorável ao moderno desencadeia ações que são postas em prática para suprimir hábitos, costumes ditos inadequados, e interferir diretamente no cotidiano das pessoas. Nesse sentido, tornou-se necessário buscar compreender o conceito de experiência moderna. Para tanto, as considerações de Aranha (2001) foram relevantes para a problematização desse processo, sobretudo, quando este autor nos fala sobre a necessidade de discernimento do pesquisador ao se deparar com fontes nas quais se é possível perceber os desejos de inserção de alguns melhoramentos, pois é preciso considerar que a modernidade que adentrou no Norte mesclou-se aos limites físicos e ao ritmo mais lento da região.

A experiência moderna do Norte está associada ao impacto causada pelas conquistas materiais que impactam nas sensibilidades e adentram o urbano como símbolos do moderno. Por isso, Aranha (2003, p. 79-132) considera interessante pensar a experiência moderna a partir da inserção de algumas conquistas materiais necessárias ao acesso à modernidade e a construção de um novo olhar para a cidade. A partir do diálogo com esse autor, entendemos que o desejo de tornar as cidades modernas pode ser apontado como responsável por legitimar diversas intervenções postas em prática para embelezar e para promover a realização de obras de infraestrutura.

---

<sup>7</sup> Aroeiras passa à categoria de município sob Lei Estadual nº 980. Passou também à categoria de Comarca. Ver em: ANDRADE, Pedro Paulo. *Aroeiras sua origem*. [S.l.]: A União Cia., 1984, p. 60.

<sup>8</sup> Sobre a emancipação política de Aroeiras, que data de 02 de dezembro de 1953, e as medidas de construção do espaço urbano, ver: GOMES, Iordan Queiroz. *Sensibilidades e representações na construção do espaço urbano aroeirense entre sonhos, desejos e práticas (1920-1960)*. Campina Grande: UFCG, 2012, p. 113-151 (Dissertação de mestrado em História).

Gomes (2012) vislumbra em seus estudos o processo de modernização de Aroeiras ao longo dos anos que vão de 1920 a 1960. Para tanto, utiliza como referencial teórico as contribuições desse autor. Informa que ao longo da década de 1950, a Rua do Comércio (atual Rua Antônio Gonçalves) foi contemplada com algumas melhorias, que destacamos: a chegada da energia elétrica, do cinema, e do primeiro aparelho de televisão; serviços de calçamento; a construção da Praça Central e — nas mediações da Rua do Comércio — do Clube Recreativo Aroeirense. Durante os anos 1960, esse processo teve continuidade, e, somente no final dessa década e nos primeiros anos da década seguinte, um conjunto maior de ruas centrais teria sido contemplado com algumas melhorias que redefiniram a malha urbana e os modos de viver na cidade.

De acordo com o citado autor, de 1920 a 1960, a espacialidade que nos dias atuais constitui Aroeiras passou por algumas modificações. Contudo, cumpre destacar que, mesmo após algumas transformações serem processadas, continuou sendo uma pequena cidade, e o seu ritmo cotidiano habitual foi pouco alterado pelas reformas da área central que esse pesquisador se propôs a estudar, como vemos na seguinte passagem:

O ritmo dessas mudanças, muitas vezes, podem não corresponder às formas imaginárias que as conceberam. E, em Aroeiras, o seu universo rural conviveu com algumas dessas mudanças materiais que, grosso modo, contrastavam/conviviam com muitas outras práticas e vivências de seu espaço. Ao longo do tempo, essas mudanças, adiantamos, não a transformaram numa grande cidade, a pensar o ritmo de vida característico em cidades relativamente maiores, pois ela continuou sendo uma pequena cidade, com seu ritmo habitual (GOMES, 2012, p. 82).

A partir dos estudos desse autor, fica evidente que, até 1970, algumas mudanças foram processadas em Aroeiras para conferir-lhe uma feição urbana. Contudo, antes desse período, muitas pretensões não teriam passado de desejos, e a cidade almejada não teria sido edificada, embora tenham sido efetuadas reformas responsáveis por trazer alguns traços de urbanidade. Nesse sentido, torna-se possível afirmar que a pequena Aroeiras comportou apenas alguns sinais de urbanização, com seu ritmo habitual de ruas pouco movimentadas, com traços rurais. A esse respeito, eis o relato de uma entrevistada:

Essa rua que nós estamos morando hoje [atual Rua Eptácio Pessoa] tinha muito poucas casas, era só mato, cheia de pedra, e de buraco. Não tinha essas casas, assim como é hoje, não. Era muito pouca e tudo de taipa, aqui [aponta para a Rua Eptácio Pessoa, antes Rua do Alto] no tempo que nós casamos [i.e., na década de 1960], não tinha nem calçamento. Nessa rodoviária, aqui onde hoje tem esse galpão, era um campo. Nesse campo, o povo fazia tourada, vaquejada. Era a atração da cidade! Eu mesmo gostava muito de ver os bois brabos, mas era tudo de longe, porque, se chegasse perto, se acabava o mundo [risos]. Era tudo cercado, né? E a gente ficava na parte mais alta. Pagava e ia assistir. Também tinha o futebol, mas não era como esses outros, não. Era só um campinho para as crianças. Os adultos também se

divertiam aí [aponta para o terminal rodoviário desativado; nos dias atuais, apenas uma cobertura que abriga feirantes e fregueses em dias de feira]. E tinha mais, viu? Quando chovia, isso aqui [aponta para a Rua Antônio Gonçalves] ficava um mar de água quando o riacho enchia. Tinha muito pé de aroeira, ali na Rua do Aricuru [atual Rua da Areia], ali não tinha rua, não. Era só os terrenos.<sup>9</sup>

A senhora Severina Muniz, algumas décadas depois, rememora momentos de diversão vividos no auge de sua juventude, enquanto enfatiza em suas lembranças a sutil urbanização de Aroeiras. A entrevistada, ao ser convidada a recordar, remete à presença significativa de vegetação ao longo do perímetro urbano, já que nas impressões dessa senhora os espaços que não eram ocupados por casas, eram preenchidos por “mato”. Alguns vazios (sem edificações) eram aproveitados, mesmo que temporariamente, para a realização de alternativas de diversão como o futebol, as touradas e as vaquejadas. O futebol acontecia, geralmente, aos domingos, no campo improvisado; já as touradas e as vaquejadas, realizavam-se de forma menos frequente. Quando aconteciam, sem dúvida coloriam aquele espaço com seus elementos rurais, conferindo mais ruralidade àquele trecho com quase nenhuma materialidade urbana.

Durante tais festividades, os elementos dos espaços do urbano se mesclavam de forma expressiva com as práticas rurais; ou seja, as práticas rurais adentravam o urbano, que não possuía muitos traços de urbanização, como sugere o relato da senhora Severina Muniz e os indícios dos tipos de sociabilidades vivenciadas pelos aroeirenses naquele período. Tais vivências, naquelas áreas rurais, estão presentes em quase todos os relatos dos entrevistados que, em algum momento de suas narrativas — ao comentarem sobre a configuração urbana — remetem a esses divertimentos e os apresentam, sobretudo, como sendo as diversões que frequentavam ao lado de familiares e amigos nas décadas de 1970 e 1980.

Ao rememorarem esse período da história de Aroeiras, exprimem com saudosismo as experiências que vivenciaram. Em suas lembranças, as vaquejadas e touradas são recorrentes, assim como as festas da Santa Padroeira Nossa Senhora do Rosário e os Pastoris do Natal. Segundo a senhora Maria Amaro, os Pastoris eram “muito bonitos, a gente se divertia; era uma coisa linda nos tempos mais pra trás; mas se acabou tudo, não tem mais, não”.<sup>10</sup> Assim, compreende-se que as lembranças dos moradores estão permeadas por suas subjetividades individuais. Acredita-se que, devido a isso, as narrativas sobre a paisagem que se modificou não são separadas desses relatos de momentos de diversão.

<sup>9</sup> Severina de Souza Muniz. Concedeu-nos entrevista no dia 12 de maio de 2013.

<sup>10</sup> Maria Amaro de Souza. Concedeu-nos entrevista no dia 13 de maio de 2013.

Essa recorrência à rememoração de divertimentos, momentos lúdicos da adolescência e, em alguns casos, também da infância transbordam dos relatos dos entrevistados, ao serem indagados sobre as mudanças nos espaços do urbano, embora não tenham sido convidados a lembrar desses aspectos naquele momento da entrevista. Expressos com saudosismo, parecem ter deixado de existir, sobretudo, devido às modificações pelas quais a cidade de Aroeiras passou. Tais aspectos são percebidos nos relatos do depoente José Severino. Este colaborador rememora as brincadeiras de rua, faz alusão à criatividade dele e das crianças de sua época, responsáveis por criar seus próprios brinquedos, o que, segundo ele, “estimulava a imaginação das crianças daquela época”.<sup>11</sup>

Nos relatos do referido senhor, as ruas sem calçamento, de chão batido, empoeiradas ou lamacentas, sem movimento, com quase nenhum transeunte, eram povoadas pelas brincadeiras de crianças que, segundo ele, estavam vivenciando um tempo mágico, no qual a criatividade se sobressaía; pois fabricar carros feitos de latas de doce para brincar, bem como brincar de comunicar-se com telefones que nada mais eram do que dois copos de plástico, ligados por um cordão sustentado por dois fósforos, um encaixado em cada copo, eram práticas que aguçavam os sonhos, as fantasias, tornavam mágicas as experiências vivenciadas pelos cidadãos naquele período.

Décadas depois, já nos dias atuais, esses acontecimentos narrados são rememorados com saudade por esse senhor, que idealiza a precariedade dos aparatos urbanos em Aroeiras. Suas rememorações indicam, ademais, que a relação que as pessoas estabelecem com o lugar onde vivem também está ancorada nos sentimentos. No entanto, não se pode generalizar que essa recorrência aos momentos de divertimentos se deu, predominantemente, pelos mesmos motivos. Considera-se viável refletir, sobretudo, sobre as informações fornecidas pelo senhor José Severino, Dudé das Aroeiras, como diz ser mais conhecido e como prefere ser chamado, uma vez que, na entrevista concedida por ele, o saudosismo aparece de forma muito mais expressiva do que nos relatos dos demais entrevistados.

Acredita-se que a experiência cultural e afetiva desse senhor interfere na forma como ele interpreta os espaços, as relações que eles comportavam. Isso, possivelmente, ocorre pelo fato de o mesmo ser um poeta que escreve sobre a cidade, fazendo alusão, sobretudo, aos tempos mais remotos de Aroeiras, com ênfase nas experiências de sua infância e juventude, fazendo menção a aspectos mais gerais que teria vivenciado nessas etapas de sua vida, durante

---

<sup>11</sup> José Severino da Costa Barbosa. Concedeu-nos entrevista no dia 21 de maio de 2013.

as décadas de 1960 e 1970. Para ele, nesse período de outrora a vida era melhor, pois ele não se identifica tanto com o modo de vida do qual é contemporâneo atualmente.

Além disso, por elaborar escritos sobre a temporalidade transcorrida, a memória individual desse senhor está mais suscetível a sofrer as influências da memória coletiva do que a dos demais entrevistados. É importante perceber que a oralidade pode ser entendida como um fator capaz de possibilitar que as lembranças individuais passem a compor a memória coletiva, na qual existe uma heterogeneidade de interpretações para o mesmo acontecimento. Muitas dessas lembranças podem ser interpretações de conversas com os outros.

É preciso reconhecer que muitas de nossas lembranças, ou mesmo de nossas ideias, não são originais: foram inspiradas nas conversas com os outros. Com o correr do tempo, elas passam a ter uma história, dentro da gente, acompanham nossa vida e são enriquecidas por experiências e embates. Parecem tão nossas que ficaríamos surpresos se nos dissessem o seu ponto exato de entrada em nossas vidas. Elas foram formuladas por outrem, e nós, simplesmente, as incorporamos ao nosso cabedal (BOSI, 2009, p. 407).

Diferentes interpretações são indícios de que o trabalho com as fontes orais permite analisar as diferentes versões que emergem dos relatos dos entrevistados, pois trabalhamos com indivíduos, seres humanos que viveram, sentiram, significaram e também construíram a cidade em que viviam. Tais pessoas possuem semelhanças e diferenças, e isso, sem dúvida, interfere nas versões contadas, e ao mesmo tempo enriquece os trabalhos que utilizam esse tipo de fonte. Desse modo, percebe-se claramente que história oral, enquanto metodologia de pesquisa, permite conhecer aspectos que não encontraríamos em uma documentação escrita.

As interpretações das pessoas comuns, assim como as diferentes versões sobre o passado, estão presentes de forma muito rica nas fontes elaboradas seguindo os pressupostos da história oral, enquanto metodologia de pesquisa. Os relatos de memória possibilitam não apenas refletir sobre as transformações em si, mas, sim, acerca de como as modificações estruturais e sociais da cidade foram percebidas pelos moradores que viveram as mudanças realizadas. Estes nos apresentaram o que consideram ser as carências e, ao mesmo tempo, refletem sobre as melhorias urbanas responsáveis por modificar significativamente o perfil da paisagem. Vejamos outro exemplo:

Isso aqui. Até um dia desses, eu arranquei marmeleiro, agaves, para fazer isso aqui, nos anos 70. A casa eu comecei em 1968, mais ou menos. Aí, em 1970, eu vim para colocar as meninas na escola. Aí vim morar aqui [residia no sítio Massaranduba, zona rural do município, e mudou-se para a cidade]. Essa estrada aqui tinha, mas na terra. Depois foi que Seu Joaquin Leonardo (gestor de 1969-1973) quebrou tudo e faz esse calçamento aqui, descendo até na casa dele. Isso aqui não tinha nada. Aqui, nessa continuidade da Rua Padre Leonel França, não tinha nada, era agaves, e o

povo botava roçado. Aí, com um certo tempo, foram passando máquinas, foram limpando e terminou em uma rua. Aqui, em 70, uma das primeiras casas era essa minha, e a primeira é essa de Severino Bezerra, que parece que foi Seu Joaquim Leonardo que comprou ou deu, eu não sei. Pra baixo não tinha. Tinha aquela casa de Antônio Pedro em construção. Ele parou, passaram uns dez anos, aí depois recomeçou. E aqui só tinha essa; pra cá não tinha. Dos anos 70 para cá, aí desenvolveu, foi desenvolvendo, uns prefeitos melhor, outros mais fracos, foi desenvolvendo, passando máquinas, fazendo calçamento, e assim por diante. Melhorou muito!<sup>12</sup>

De acordo com o relato do depoente, a decisão favorável a vir morar em Aroeiras resultou do desejo de que as filhas frequentassem a escola. Pode-se, então, inferir que já existiam estabelecimentos escolares; o que indica que a família não encontrou escolas para seus filhos estudarem na localidade da zona rural onde residia. Sabe-se que, em Aroeiras, em 1972, foi edificado o prédio das Escolas Reunidas do Município, onde passou a funcionar o Ginásio Comercial Cônego Antônio Ramalho.<sup>13</sup> Com a edificação deste estabelecimento de ensino, aroeirenses, como as filhas deste senhor, poderiam continuar seus estudos. Ainda a partir deste depoimento, percebe-se que os espaços podem ser pensados através da dimensão física, das práticas, vislumbradas a partir do olhar de cada observador.

Nesta perspectiva, ao remeter-se aos espaços, o senhor Manoel Andrade sugere que Aroeiras “melhorou muito”. As melhorias estariam relacionadas às alterações físicas, em especial, às reformas espaciais da rua em que o senhor veio a morar com a sua família. Muito próximo ao Centro, na Rua Carlos Pessoa, as reformas urbanas ainda estavam sendo iniciadas. Sem rede elétrica, com rua aberta, mas ainda não calçada; ainda bem poucas casas, e sem abastecimento de água nem rede de esgoto; eram essas as carências do lugar onde esse senhor escolheu viver com sua família. Ele nos diz:

Essa rua, quando eu vim morar aqui, não tinha calçamento. Aí Seu Joaquim tava pra casar, tava pra casar com essa menina; aí ele se interessou e fez esse calçamento. Ele era o prefeito, né? Aí então, ele calçou e colocou um poste aqui, na frente da casa dele. Aí deu certo. Serviu pra ele e pra gente, pra todo mundo. Tinha energia na cidade, mas aqui (atual Rua Carlos Pessoa) eu passei um bocado de dia no chaminé, né? Porque era longe o poste pra puxar energia pra aqui. Aí, quando veio Seu Joaquim e botou ali no poste, ali na casa dele, aí ficou perto, aí puxou pra aqui. Mas, quando eu cheguei, não tinha energia, não.<sup>14</sup>

<sup>12</sup> Manoel Francisco de Andrade. Concedeu-nos entrevista no dia 20 de outubro de 2013.

<sup>13</sup> Sobre a construção do estabelecimento escolar mencionado, ver: GOMES, Iordan Queiroz. *Sensibilidades e representações na construção do espaço urbano aroeirense entre sonhos, desejos e práticas (1920-1960)*. Campina Grande: UFCG, 2012 (Dissertação de mestrado em História) [Cf. Capítulo 3: “Percorrendo caminhos, abrindo novos percursos: notas sobre o morar, viver e se divertir na cidade 1950-1960”].

<sup>14</sup> Manoel Francisco de Andrade. Concedeu-nos entrevista no dia 20 de Outubro de 2013.

Nota-se que algumas áreas da cidade já haviam passado por um processo de reformas que ainda não eram extensivas àquela porção do urbano. Por esta razão, inferimos, ainda, que construir naquela rua, que muito se assemelhava com as áreas de um sítio, deveria ser mais barato do que no Centro. Desse modo, a cidade que o senhor Manoel Andrade e sua família conheceram na década de 1970 já possuía alguns traços de urbanidade e já havia recebido alguns poucos equipamentos urbanos de fundamental importância, tais como calçamentos e energia elétrica.

A área mais central — Rua Antônio Gonçalves (antiga Rua Grande), Rua Epitácio Pessoa (antiga Rua do Alto), Rua Padre Leonel França, Rua do Rosário, Rua cônego Antônio Ramalho e Rua Neco de Andrade — já havia passado por um processo de urbanização. Nessas ruas, havia calçamentos e algumas das casas tinham calçadas alinhadas para o passeio público. As casas estavam dispostas ao longo das ruas, seguindo os preceitos de urbanização que prezam pelo alinhamento urbano.<sup>15</sup> Sabe-se que, nessas áreas, já havia energia elétrica “de Paulo Afonso”<sup>16</sup>; a água provinha de cisternas particulares, de açudes e de uma cisterna subterrânea no Mercado Público, situado na Rua do Comércio (atual Antônio Gonçalves), com torneiras na calçada do prédio, para atender a demanda por água, da população.

Mas essa malha urbana também era composta por áreas “vazias”, preenchidas por atividades agrícolas, plantações de subsistência, que, sem dúvida, deveriam auxiliar no sustento de algumas famílias do período. Neste contexto, de acordo com Gomes (2012), as reformas foram norteadas por preceitos de modernização que faziam parte das queixas de uma elite que buscava modificar a cidade. As obras realizadas e os equipamentos urbanos inseridos teriam adentrado, dentre outros motivos, para atender os sonhos e desejos de uma elite ansiosa por conferir ares modernos ao pequeno espaço urbano. Os desejos teriam se materializado em consideráveis transformações sentidas por muitos de seus habitantes. Porém, para além dessa experiência de inserção de alguns equipamentos de conforto, Aroeiras continuou comportando muitas limitações.

Segundo Gomes (2012), é possível remeter-se à experiência moderna em Aroeiras a partir da sedução para com o “novo”, pois para além dessa experiência de inserção de alguns

<sup>15</sup> Na administração do prefeito Joaquin Antônio de Andrade (1969-1973), foi publicado um “*Documentário fotográfico das obras realizadas na administração do prefeito*”. Essa cartilha pode ser encontrada na Biblioteca Pública Municipal da cidade. Nela, informa-se que, com exceção da Rua Antônio Gonçalves e da Rua Epitácio Pessoa, as demais citadas foram calçadas durante o mandato desse gestor.

<sup>16</sup> Cf. GOMES, Jordan Queiroz. *Sensibilidades e representações na construção do espaço urbano aroeirense entre sonhos, desejos e práticas (1920-1960)*. Campina Grande: UFCG, 2012 (Dissertação de mestrado em História).

equipamentos de conforto, a cidade continuou comportando muitas limitações. Passou por algumas poucas intervenções que impactaram na vida das pessoas que ali habitavam e continuou sendo, fisicamente, muito pequena. Assim, tornou-se um espaço urbano construído, mas semelhante à paisagem rural. Ruas de chão batido, empoeiradas, compunham a paisagem urbana onde o cotidiano aparentava ser sempre o mesmo, sem mudanças, como elucida o senhor Manoel Andrade: “Essa rua quase não tinha movimento. Carro? Não tinha, não. Era muito pouco. Hoje, é esse barulho de carro passando. Naquele tempo não existia, não”.<sup>17</sup>

Isso posto, é importante não deixar de considerar que são essas as impressões daqueles que buscaram compreender alguns aspectos da configuração dos espaços que compunham o urbano, do ritmo de vida em Aroeiras. Na nossa compreensão, não há dúvida de que as medidas de urbanização mesclaram-se as características rurais. Mas, afinal, quais seriam essas características? Que equipamentos urbanos já haviam sido inseridos antes de 1970? Um estudo que contempla as reformas urbanas, processadas de 1970 a 1990, não pode deixar de mencionar esses aspectos imprescindíveis para o entendimento da expansão e das mudanças e permanências na cidade de Aroeiras — ainda que não se tenha, aqui, o objetivo de discutir amplamente tais aspectos.

## 1.2 AROEIRAS NAS MEMÓRIAS DE SEUS MORADORES: RESSIGNIFICAÇÕES DAS CONFIGURAÇÕES URBANAS

A cidade é objeto de múltiplos olhares e discursos que não se hierarquizam, mas que se justapõem, compõem ou se contradizem, sem, por isso, serem uns mais verdadeiros ou importantes que os outros (PESAVENTO, 2002, p. 9).

As reformas urbanas mudam consideravelmente os hábitos e elaboram uma nova dinâmica para a vida social das cidades. Na década de 1950, período da emancipação política de Aroeiras, pretensões de urbanização começaram a ganhar cor. Já nesse processo, a Rua Grande (atual Rua Antônio Gonçalves), principal rua de comércio, com casas residenciais, e que também viria a comportar órgãos administrativos, tais como a Câmara e a Prefeitura do município, começou a sofrer modificações. Nela, havia apenas alguns metros de calçamento. Por ser a rua principal, teve seu calçamento ampliado. Por ser uma rua central, algumas outras modificações se fizeram necessárias.

Naquela rua, existia uma pedreira. À época da emancipação política (02 de dezembro de 1953), ou seja, no início da década de 1950, a pedreira era um elemento percebido como

---

<sup>17</sup> Manoel Francisco de Andrade. Concedeu-nos entrevista no dia 20 de outubro de 2013.

responsável por “enfeiar” a paisagem, por causar um efeito negativo aos olhos daqueles que desejavam melhoramentos. Do desejo de instaurar o novo, resultaram alguns esforços que culminaram na remodelação da pedreira, a qual foi encoberta pela construção de um muro decorativo, edificado a fim de planear o local. Em cima, foi construída a Praça Central de Aroeiras, com muro recreativo, pavilhão e bancos de cimento. Desta forma, ao pensar sobre a construção dessa praça, atual Praça Souto Maior, Gomes (2012, p. 151-161) concluir que ela contribuiu para amenizar a presença de certos aspectos rurais que deveriam ser maquiados no processo de construção do urbano.

Construída pelo então prefeito Sebastião Souto Maior (1955-1959), primeiro prefeito constitucional do município, a praça fora edificada, sem dúvida, para ser um local atraente. Responsável por encobrir a pedreira, essa edificação virou um novo espaço de sociabilidade, que sediaria encontros, passeios, namoros e momentos de diversão. Era um novo espaço de lazer que começou a ser experimentado ao longo da década de 1960. A partir de então, a praça sediaria muitas vivências dos moradores do município de Aroeiras. Acerca daquele espaço, o senhor José Severino constrói a seguinte narrativa:

A praça. Existia uma praça: a praça desembargador Souto Maior. O prefeito era uma pessoa que não estudou, mas que teve uma visão administrativa brilhante. Marcavam encontros nas praças. Hoje, tem encontro na praça. Era um local reservado. Naquela época, o Jornal Nacional [programa de televisão exibido pela emissora Rede Globo de Televisão] não existia. Então, ele comprou uma televisão e colocou na praça. Eu me lembro disso, eu me lembro da construção dessa Praça, quer dizer, eu me lembro que foi Sebastião Souto quem construiu.<sup>18</sup>

Para além das informações trazidas pelo entrevistado, ao nos depararmos com um relato como este, cumpre problematizar os objetivos da pessoa ao construir esta lembrança, pois notamos que seus argumentos visam a todo custo mostrar que a cidade do passado era um cenário bem mais atraente aos olhos de seus moradores. Os gestores são lembrados como grandes administradores, visionários responsáveis por remodelar o urbano. Ao mesmo tempo, convém destacar, ainda, que a Rua Grande (atual Rua Antônio Gonçalves), a principal do centro da cidade, onde se concentrava o comércio (o Mercado Municipal), também passou por significativas melhorias no referido período.

Essa rua, porém, não seria a única a passar por remodelações. A Rua do Alto (atual Epitácio Pessoa) também foi contemplada com alguns serviços de urbanização de calçamento. A partir de então, um pedestre que seguisse em linha reta, no sentido leste-oeste, certamente,

---

<sup>18</sup> José Severino da Costa Barbosa. Concedeu-nos entrevista no dia 21 de maio de 2013.

não precisaria mais caminhar em meio à poeira, nessa via de circulação. Acredita-se que o passeio público nessas ruas centrais ganhou outras conotações. Mesmo assim, ao caminhar saindo da Rua do Comércio (atual Rua Antônio Gonçalves) em direção à Rua do Alto (atual Rua Eptácio Pessoa), ou realizando o trajeto inverso, o pedestre continuaria tendo de cruzar um trecho considerável de chão batido. Na memória dos entrevistados, em dias chuvosos, devido às proximidades com o riacho, “dava trabalho atravessar, porque era cheio de pedra; enchia de areia e de água”<sup>19</sup>. Assim, entendemos que, mesmo após as mudanças sofridas, o rural e o urbano continuavam muito atrelados.

Além da Rua do Alto, as demais ruas — Rua Padre Leonel França, Rua do Rosário, Rua Cônego Antônio Ramalho, e Rua Neco de Andrade — estavam localizadas no sentido sul em relação à Antônio Gonçalves. Como já adiantamos, essas ruas passaram por um processo de reconfiguração durante a segunda gestão do prefeito Joaquim Antônio de Andrade (1969-1973)<sup>20</sup>. Além dessas modificações, alguns equipamentos urbanos foram inseridos de forma gradativa. A princípio, com um pouco mais de expressão na Rua Grande (atual Antônio Gonçalves), e, posteriormente, expandindo-se para outras artérias, como elucidou o senhor José Severino, ao longo da entrevista que nos concedeu. Ele nos conta:

Aroeiras não tinha energia elétrica. Eu me lembro de que, quando a energia chegou, algumas pessoas colocaram energia com as suas próprias mãos. Eu não me recordo ao certo o ano. Mas tinha um motor que funcionava ali, próximo ao riacho da Rua Antônio Gonçalves, por trás da casa de Janete [moradora atual]. Era por trás do hotel de Dona Maria Joaquina [moradora antiga]. Era o chamado Beco da Usina. De oito horas, dava o primeiro sinal; nove horas, segundo sinal; dez horas, apagava. Esse motor foi conseguido por João Evangelista, que, na época, não era nem prefeito ainda. Era! Foi prefeito nomeado. O primeiro eleito pelo povo foi Sebastião Souto Maior. Era esse o acesso que nós tínhamos a energia, mas só na rua principal. Ali, onde hoje é o alto [atual Rua Eptácio Pessoa], não tinha. A energia de Paulo Afonso chegou em 1970, década de 1970. Não sei bem de certeza, mas me parece que no governo de Pedro Gondim. Foi no início da Campanha de Sebastião Souto Maior, quando chegou a Paulo Afonso aqui. Ou final dos anos 1960. Eu não me lembro ao certo isso aí. Eu me lembro que, naquelas casas ali, voltadas pro alto, não tinha energia elétrica. Eu lembro de uma festa de instalação de energia em uma residência ali próximo a onde hoje é a cadeia [próximo a Rua Monte Castelo], na casa de Seu Sebastião Tuta. Nessa casa não tinha energia e foi inaugurada lá.<sup>21</sup>

Vê-se, neste depoimento, referências a dois momentos distintos da história da cidade. Esse morador referencia, ao longo desse trecho da entrevista, a chegada de um motor de luz elétrica. O responsável por trazer essa melhoria foi, à época, o então prefeito de Umbuzeiro,

<sup>19</sup> José Fernandes de Melo. Concedeu-nos entrevista no dia 12 de maio de 2013.

<sup>20</sup> Ver em: “*Documentário Fotográfico das obras realizadas na administração Joaquim Antônio de Andrade*”.

<sup>21</sup> José Severino da Costa Barbosa. Concedeu-nos entrevista no dia 21 de maio de 2013.

Carlos da Silva Pessoa. A inauguração desse serviço aconteceu em 16 de julho de 1936, quando Aroeiras ainda era um povoado, já que só foi elevada a condição de vila em 06 de março de 1949 (ANDRADE, 1984). Até a década de 1960, a iluminação era proveniente desse motor, que como bem elucida o senhor José Severino, só iluminava algumas residências da Rua Grande (atual Rua Antônio Gonçalves); as demais áreas não eram contempladas com esse tipo de iluminação, que também é rememorada como precária e irregular.

A cidade de Aroeiras foi agraciada com a Luz Elétrica de “Paulo Afonso” por volta de 1963, no final da primeira gestão do então prefeito Joaquim Antônio de Andrade (1959-1963), e da administração de Pedro Gondim (1961-1966), governador eleito da Paraíba. Nos anos de sua administração, existia todo um imaginário desenvolvimentista que marcou o seu mandato. No presente trabalho, não cabe fazer maiores considerações, ampliar a discussão ou tecer reflexões sobre a gestão desse governador. Interessa-nos tão somente compreender que esse desenvolvimentismo estadual proposto ao longo da sua administração refletiu nas cidades paraibanas e, por isso, foi recepcionado na cidade de Aroeiras, contemplada com alguns serviços que fazem parte de uma iniciativa maior do Governo Federal, que visava, dentre outras coisas, disseminar ideias desenvolvimentistas e promover o desenvolvimento da região Nordeste, dos Estados e municípios que a compõem.

Nesse sentido, Cittadino (1999) informa que estavam vigentes as ideias de que o estado da Paraíba também deveria caminhar para o desenvolvimento. Por isso, era necessário que suas cidades fossem contempladas com algumas melhorias. Sendo assim, compreende-se que Aroeiras estava sendo reconfigurada por processos que estavam, em certa medida, ausentes dela. A energia elétrica inaugurada nas vias públicas e, também, gradativamente, nas casas da população era um reflexo de políticas nacionais, recepcionadas a nível estadual e municipal. Além disso, a população local também desejava viver em um espaço urbano no qual existisse esse aparelho moderno de conforto.

No tempo do motor, era aquelas luzinhas, tudo fraquinhas. Ave-Maria! Quando chegou Paulo Afonso... Quando chegou *foi muita festa!* O povo duvidou! O povo duvidava, duvidava, duvidava... Dizia que nunca iam colocar. Chegou, foi colocando, e hoje até os sítios tem. Hoje, tá tudo diferente. Antigamente, era um sofrimento. Era os candeeiros. Lá em meu pai [zona urbana, porém pouco distante da área central], onde a gente morava mesmo, não tinha energia, não. A gente usava era a chaminé e os candeeiros, as lamparinas de gás, mas era o que existia. Mas hoje as coisas é outra. *Mudou muito!*<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> Severina de Souza Muniz. Concedeu-nos entrevista no dia 12 de maio de 2013.

Neste relato, estão contidas as impressões da senhora Severina Muniz sobre os benefícios trazidos pela luz elétrica. Essa senhora rememora em sua narrativa que, na primeira metade do século XX, poucas casas foram contempladas com o abastecimento precário de energia proveniente do motor de luz. A princípio, os moradores mais abastados, uma vez que, as casas situadas nas ruas mais centrais foram as primeiras que receberam essa melhoria. Seguindo esse mesmo processo, gradativamente, as edificações da Rua Central e das demais áreas foram contempladas com a energia elétrica, que, certamente — assim como as luzes provenientes do motor —, também era de qualidade muito ruim. Entendemos, então, que apenas um pequeno grupo foi inicialmente favorecido; os demais ficaram à margem, não podendo desfrutar de tal benefício.

A energia elétrica é significada pelos moradores como um equipamento urbano muito desejado. A importância atribuída à eletricidade também é resultante dos anseios de uma dita elite composta, sobretudo, por políticos locais. Para estes, não há dúvida de que a instalação de um moderno abastecimento de energia representava um avanço para a pequena cidade, para a qual promessas de desenvolvimento poderiam ser proferidas com mais propriedade. Afinal, o fato de ter sido contemplada com uma forma moderna de iluminação já poderia ser apresentado como o primeiro passo rumo ao crescimento e ao desenvolvimento almejados naquele período. Diante de tais aspectos, não há dúvida de que a distribuição da eletricidade foi recepcionada com muita festa pela maioria dos moradores.

Na pacata Aroeiras, de ritmo habitual, as festividades de inauguração significaram uma quebra no cotidiano, como relatou a senhora Severina Muniz ao mencionar que “foi muita festa”. O que sugere que, além da festa mais formal de inauguração, muitas pessoas comuns teriam festejado de outras formas, no seu círculo familiar ou de amigos. Todavia, é também possível entender que a expressão “foi muita festa”, dita pela entrevistada, nada mais seja do que a forma encontrada para expressar a alegria da população diante de tal aquisição.

À época, a casa da família dessa senhora não era contemplada com esse aparelho de conforto; um indício de que muitos moradores estavam à margem daquele benefício. Sem dúvida, demorou um certo tempo para todas as ruas serem contempladas. A inserção foi gradativa, um tanto quanto lenta, já que, naquele aglomerado de pessoas, as coisas aconteciam mais lentamente. Durante muitos anos, esse aparelho não se pôde fazer presente nas casas de diversas famílias. Muitos moradores de Aroeiras usavam candeeiros, chaminés, para iluminar suas residências. A porção do urbano em que a casa da senhora Severina Muniz fora edificada permanecia sem iluminação à noite. Assim, a energia elétrica ficava restrita a uma pequena parcela da população.

Neste cenário, passaram a existir condições propícias para o funcionamento do rádio, da televisão, do telefone e de outros aparelhos que, gradativamente, adentraram os espaços públicos e privados. Naquele contexto, no qual alguns equipamentos modernos começavam a se fazer presentes, as práticas consideradas dissonantes nas cidades com desejos de vida moderna já se realizavam de forma habitual no cotidiano de Aroeiras. Os homens e mulheres menos abastados iam buscar a água própria para o consumo em barreiros, açudes, como o açude João Pessoa, construído em 1931, pouco distante da área central. Valiam-se das cisternas particulares de vizinhos, ou da sua própria cisterna, um bem material restrito àqueles que possuíam condições de arcar com os custos de sua construção. A respeito disso, a senhora Maria Amaro nos diz:

A água era de poço, de barreiro. De primeiro, não existia nem cisterna. Era barreiro, era açude, era os cantos de a gente carregar água. Carregava de açude, de barreiro, de poço. É, era assim. Eu mesma carreguei muita lata de água na cabeça, carreguei muita! Eu ia buscar água até de riacho. Era! Carreguei muita lata na cabeça.<sup>23</sup>

Certamente, ao transitar pelas ruas nesse período, não seria difícil encontrar pessoas carregando água, caminhando com latas e baldes equilibrados na cabeça ou levados pelas mãos, ou, até mesmo, recipientes sendo transportados por animais que transitavam livremente pelas vias de circulação de carros e pedestres. Sobre isso, contou-nos a senhora Raimunda Maria:

Eu carregava água de um poço, ali perto de onde é a rodoviária [construída na década de 1990], e, para beber, eu comprava nas cisternas. Eu comprava da cisterna daquele homem que eu não me lembro o nome. Eu carregava também da cisterna do Mercado. Cada um tirava duas latas, porque era para beber, né? Era de graça. Era duas latas. Para beber, não precisava de mais.<sup>24</sup>

O relato destaca a prática das pessoas, de também retirarem água da cisterna de uso coletivo, localizada no Mercado Público, no centro da cidade. Essa cisterna, construída na primeira metade do século XX para saciar a sede da população, era a única forma de abastecimento de água, haja vista a falta de qualquer indício da existência, naquela época, de abastecimento moderno de água encanada para o interior das edificações. Todavia, para Gomes (2012, p. 166), a forma de distribuição de água no Mercado era um tanto quanto inovadora. Vejamos:

<sup>23</sup> Maria Amaro de Souza. Concedeu-nos entrevista no dia 13 de maio de 2013.

<sup>24</sup> Raimunda Maria da Conceição. Concedeu-nos entrevista no dia 13 de abril de 2013.

Mais acessível e com sinais de “conforto” dado a distribuição da água ser feita por um sistema de canos, uma tubulação que saia da cisterna em direção a parte externa, na fachada do Mercado. Lá, as torneiras se encarregavam de encher os recipientes de posse dos moradores. Latas, baldes, “ancoretas”, enfileiravam-se ao longo da Rua Central. Certamente, estamos falando de uma nova relação, a nível local, entre a forma de armazenar a água e sua distribuição no âmbito público.

Representada como uma forma inovadora de abastecimento de água, não comportou um sistema de canos responsáveis por levar esse líquido precioso para dentro das residências. A cisterna não trouxe essa comodidade para a população. Pode-se entender que, no referido contexto local, não foi construído um sistema de abastecimento e distribuição de água com preocupações sanitárias, com encanações para dentro das residências, pois a água da cisterna não era tratada. Armazenada por um sistema de calhas, a água desse reservatório provinha das chuvas. Em épocas de estiagem era abastecida por carros pipas.

Assim, a cisterna era procurada, sobretudo, pelas pessoas que não podiam construir uma em suas residências, ou comprar água potável em outras, como contou-nos a senhora Raimunda Maria. É possível notar claramente no seu relato, assim como em informações semelhantes fornecidas por outros entrevistados, as dificuldades para obter-se água para o consumo, sobretudo em épocas de poucas chuvas, quando muitos dos reservatórios secavam. Não há dúvida de que a cisterna no Mercado era útil para, pelo menos, saciar a sede dos habitantes, sobretudo daqueles mais pobres, uma vez que, nas memórias dos moradores, a construção da cisterna é lembrada como responsável por contribuir para facilitar à obtenção de água.

Além dessa cisterna construída no subsolo, com torneiras instaladas na frente do prédio, o Mercado Público também foi contemplado com a construção de um Sanitário de uso coletivo, erguido na parte de trás da edificação (na atual Rua Cônego Antônio Ramalho) e destinado ao uso coletivo. O banheiro público do mercado, de alvenaria, revestido de azulejo até a metade da parede, é tido como responsável por regulamentar certas práticas (GOMES, 2012, p. 181). Moradores e visitantes passariam a poder contar com um local específico, com estrutura física, para ali realizarem suas necessidades fisiológicas. Foi o primeiro sanitário de uso público, certamente visando higienizar o espaço urbano. Sua construção trouxe decerto algum conforto para os moradores e visitantes.

No que se refere às modificações até então apresentadas, destacamos que não cabe uma discussão mais ampla sobre as significações, as formas de uso e, muito menos, uma reflexão sobre certos aspectos referentes aos impactos cotidianos que essas medidas de construção do urbano teriam provocado. Interessa-nos com tais menções apenas apresentar

especialmente a cidade de Aroeiras que, ao longo dos anos, teve seus espaços configurados pelas obras realizadas pelas administrações públicas. Porém, a cidade também foi alterada e construída pelas ações de seus moradores, não menos responsáveis por moldar os espaços, já que “em suma, o espaço é um lugar praticado” (CERTEAU, 1994, p. 202).

Os relatos de memória dos entrevistados se referem aos espaços ao relatarem as mudanças da paisagem citadina. Nesse sentido, já se compreende que, nos espaços urbanos de Aroeiras, as imagens se constituíam de cenas predominantemente rurais. A senhora Raimunda Maria informou-nos que “as casas eram poucas, era um mato só. Não tinha quase calçamento, não. Aí, quando João de Brito [gestor por dois mandatos: o primeiro, na década de 1960; o outro, na década de 1970] ganhou e, depois, Fernando Pedro [gestor por dois mandatos: o primeiro, na década de 1970; o outro, na década de 1990] fez esses calçamentos, como esse daí, da frente do hospital”.<sup>25</sup>

Sendo assim, também é interessante perceber que, nos relatos dessa senhora, a cidade é significada como uma área predominantemente rural. Às vezes, nos parece que rememora porções de um sítio e, não, uma área urbana. É importante também perceber que esses argumentos partem de uma agricultora muito ligada ao campo, às atividades agrícolas. Diante de tais aspectos, buscaremos apreender os significados proferidos pelos entrevistados, fazendo as devidas ponderações; pois não se pode deixar de considerar que a cidade é vista a partir de muitos olhares, responsáveis por construir diferentes significações.

Considerando tais aspectos, compreendemos que, com o início de algumas reformas, como a construção calçamentos, sinais de urbanização foram surgindo. Tornou-se, inclusive, precisa a regulamentação de certas práticas daquele aglomerado humano. Daí, a necessidade da construção de um sanitário público. De perspectiva semelhante, um projeto de lei (o de nº 3, de 30 de junho de 1964), de autoria de um vereador chamado Cleber Gomes da Costa, foi aprovado com a finalidade de liberar recursos para a compra de uma carroça que deveria ser utilizada para realizar a coleta de lixo. Na justificativa do projeto, consta que, na referida data, o lixo amontoava-se pelas ruas. Pelo que pudemos constatar, esse documento é um dos primeiros a expressar tais preocupações oriundas, certamente, de um espaço urbano que, na referida data, encontrava-se com as ruas muito sujas. À época, o transporte era realizado, sobretudo, por animais que, sem dúvida, contribuía para sujar as ruas com seus dejetos. Os animais, assim como os restos de feira, são aspectos que contribuía para o mau cheiro, expresso com um incômodo na justificativa do documento.

---

<sup>25</sup> Raimunda Maria da Conceição. Concedeu-nos entrevista no dia 13 de abril de 2013.

Na cidade, as pessoas se locomoviam a pé ou no lombo de animais, tão utilizados no transporte que existia até os chamados ranchos de amarrar os animais. Contou-nos o senhor José Severino:

Nós tínhamos o rancho do Evaristo, por trás do Mercado Público, onde o povo amarrava os animais. Era como se fosse um estacionamento de carro hoje [risos]. Na modernidade, é o atual estacionamento. Você vai para Campina Grande e deixa seu carro no estacionamento, só que você paga, né? E, nos ranchos, não pagava porque o burro estava ali amarrado. Você pagava porque ali era um rancho. Aí você tomava seu café, comia sua bolacha. Aí pagava por isso. Não era o “estacionamento” o que era pago; era o alimento. [...] As coisas vão se transformando e essas coisas deixaram de existir.<sup>26</sup>

Percebe-se a partir do relato desse entrevistado que grande parte da população de Aroeiras utilizava animais para o transporte. Os moradores vindos da zona rural e das áreas que compunham o urbano se valiam de espaços como os ranchos para amarrar seus animais. Deixá-los em um lugar enquanto circulavam pelas ruas de Aroeiras, sem dúvida, era uma das preocupações de seus donos. Apesar dos veículos automotores já se fazerem presentes em pequena proporção, esse elemento “novo”, naquele contexto, não foi capaz de suplantar a forma de transporte habitual da população. Só nas últimas décadas esse quadro se alterou.

No mesmo relato, existe outra informação que precisa ser problematizada: o senhor José Severino entende que ocorreram significativas modificações. Os ranchos desapareceram e os animais deixaram de ser utilizados para o transporte, como outrora já foram. Contudo, problematizamos essa informação pelo fato de esse senhor sugerir que as mudanças foram processadas, mas a cidade pouco se desenvolveu. A nossa hipótese é de que é essa a compreensão do entrevistado, pois ao fazer alusão aos estacionamentos, dos dias atuais, refere-se à cidade de Campina Grande. Sem dúvida, esse apontamento se configura como um indício de que a cidade de Aroeiras, mesmo nos dias atuais, não possui um fluxo grande de veículos, o que explica a ausência de estacionamentos.

Nesse sentido, muitos outros ranchos foram rememorados pelos entrevistados, que fizeram menção ao rancho dos Padres (compreendido como sobrenome) e ao rancho de Maria Joaquina; para outros, hotel, embora a funcionalidade pouco se diferencie do que apresentam como sendo rancho. Sobre isso, contou-nos o senhor José Fernandes:

Tinha o rancho do irmão de dona Maria Joaquina, lá por trás de Moço Borges. O hotel de dona Maria Joaquina e de dona Ana Queiroz. Eu me lembro que quando eu ia para Campina Grande. Abria de meia-noite, servia um cafezinho e um lanche. [...] A feira era mais a cavalo, o pessoal amarrava os animais. Hoje, o pessoal aqui tange

<sup>26</sup>José Severino da Costa Barbosa. Concedeu-nos entrevista no dia 21 de Maio de 2013.

os bois de moto. Eu já vi muito. Tem a boiada, mas você não vê o vaqueiro [risos].  
<sup>27</sup>

Nota-se, a partir do relato do entrevistado e das outras fontes já analisadas, que a cidade possuía uma configuração rural. Nos seus espaços havia muitas áreas com vegetações; grande parte da população era formada por agricultores; as pessoas circulavam no lombo de animais, hábito que fazia parte do cotidiano dos cidadãos naquele contexto. No entanto, é possível que, para a elite política à frente do município, essas práticas pudessem ser compreendidas como inapropriadas para um contexto urbano, para o habitante de uma cidade. Esse entendimento é ausente da memória dos entrevistados que compreendem essas práticas como hábitos cotidianos aceitos pela população local.

Nesse sentido, os entrevistados ainda mencionaram outras práticas recorrentes, vistas como legítimas pelos moradores e notavelmente dissonantes para cidades com pretensões modernas.<sup>28</sup> Sobre tais aspectos, vejamos o que nos contou o senhor José Severino:

Nos velórios daqui, as pessoas passavam a noite toda cantando, servindo comida, cachaça, ou café. Cantavam as excelências, e era a noite toda. Até se namorava em velório. Eu mesmo já namorei muito em velório [risos]. [...] Os defuntos eram transportados em redes pelas ruas da cidade. Chegavam no cemitério, jogavam o defunto na cova no chão e levavam a rede de volta para casa.<sup>29</sup>

As ideias modernas, progressistas, buscam combater práticas como essas, entendidas como dissonantes e responsáveis por atrapalhar pretensões de modernização. Práticas como andar no lombo de animais pelas ruas, como ocorria habitualmente em Aroeiras, e transportar defuntos em redes pelas vias de circulação são sinais de que a modernização não havia se consolidado. O urbano era experimentado por uma sociedade constituída por pessoas pobres que ditavam as práticas apropriadas. Para uma melhor compreensão, citamos um trecho do relato da senhora Raimunda Maria. Ela nos diz:

---

<sup>27</sup> José Fernandes de Melo. Concedeu-nos entrevista no dia 12 de maio de 2013.

<sup>28</sup> Para compreender conceitos como cidade moderna e práticas dissonantes, ver: ARANHA, Gervácio Batista. *Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais* (1880-1925). Campinas, SP: Unicamp, 2001 (Tese de doutorado em História); SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa. Os clubes sociais em Campina Grande: espaços de sociabilidades, lugares de exclusão. In: ANDRADE, Joel Carlos de Souza; DANTAS, Eugênia Maria; BURITI, Iranilson Oliveira e SOUZA, Antônio Clarindo B. (Orgs.). *Cultura e Cidades*. 1.ed. Campina Grande: EDUFPG, 2009; SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa. *Lazeres permitidos, prazeres proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965)*. Recife: UFPE, 2002 (Tese de doutorado em História).

<sup>29</sup> José Severino da Costa Barbosa. Concedeu-nos entrevista no dia 21 de maio de 2013.

Nessa rua do hospital [atual Avenida José Pedro de Melo], tinha um campo que matava os bois. Matava e vendia no Mercado Público. Botava uns tocos de árvore e matava e depois levava para lá. Era limpo, era limpinho, né? Eles também faziam essas matanças nos sítios e depois traziam pro mercado. Eles matavam; o pessoal ajeitava ali mermo. Era para comer, né? Era só levar para vender.<sup>30</sup>

A cidade de Aroeiras descrita pelas memórias dos entrevistados está permeada por práticas como essas. A população convivia com esses costumes e os interpretavam a partir de seus próprios valores, do que entendiam como medidas de higiene. Entendimentos como este legitimavam a existência de ações como as apresentadas pela entrevistada e, na nossa compreensão, complementadas pelo relato proferido pelo senhor Manoel Andrade, que nos contou:

A matança dos bois era no campo. As carnes eram vendidas lá no mercado. As outras mercadorias, como farinha, feijão, era tudo no chão. As carnes eram vendidas em bancos de madeira. As mercadorias era pelo chão, o pessoal pisando. Pisava, aí depois o dono juntava e vendia tudo. Num ia perder, né?<sup>31</sup>

Com essa mesma perspectiva, o senhor José Fernandes relatou: “aquele mercado era podre, era um cheiro ruim devido à comercialização das carnes colocadas em bancos de madeira”<sup>32</sup>. No entanto, não se sabe se o mau cheiro enfatizado por esse senhor incomodava as pessoas que frequentavam aquele espaço, uma vez que vender produtos espalhados pelo chão na feira, assim como comercializar carnes em cima de bancos de madeira, eram hábitos já consolidados no município, aceitos pela população local, diferentemente do que sugere o senhor José Fernandes, gestor responsável por reformar o mercado.

O hábito de realizar práticas rurais, como andar montados em animais e transportar defuntos em redes dentro do perímetro urbano, estava imerso no cotidiano. Essas ações traduziam-se em costumes legitimados pelo entendimento de que era viável a realização de tais práticas. No entanto, com a recepção de discursos progressistas, algumas reformas foram realizadas para que essas práticas fossem abandonadas, pois a sua realização não deveria mais ser aceita no contexto da Aroeiras que estava sendo projetada. Assim, para consolidar as pretensões de suplantando certos hábitos, muitas reformas foram realizadas.

Acreditamos que o pretendido era redesenhar a cidade, intervindo em prol da sua modernização, alterando a materialidade e redefinindo as práticas dos cidadãos. Contudo, não

---

<sup>30</sup> Raimunda Maria da Conceição. Concedeu-nos entrevista no dia 13 de abril de 2013.

<sup>31</sup> Manoel Francisco de Andrade. Concedeu-nos entrevista no dia 20 de outubro de 2013.

<sup>32</sup> José Fernandes de Melo. Concedeu-nos entrevista no dia 12 de maio de 2013.

se pode deixar de considerar que a pequena Aroeiras será alterada por reformas elaboradas por um processo externo, pois as pretensões de modernização não emergem, necessariamente, do contexto local. Elas fazem parte de algo maior, resultam de um projeto vigente durante o Regime Militar (1964-1985), e, por isso mesmo, ao se consolidarem naquele contexto, serão significados por homens e mulheres que fazem usos que, muitas vezes, em nada condizem com as pretensões modernas que legitimam a implantação de tais melhorias.

Para além disso, acreditamos que tais modificações teriam culminado na expansão urbana de Aroeiras, em redefinições do seu cotidiano, já que as feições rurais, gradativamente, deveriam ser amenizadas para que a cidade ganhasse ares urbanos, para que suplantasse os tantos aspectos rurais ainda presentes até 1970, e outras práticas pudessem ser desencadeadas nos seus espaços. Assim, cada cidadão que vivenciou essa espacialidade e essa temporalidade — considerando que as pessoas, de alguma forma, têm seu cotidiano impactado quando a cidade em que vivem está sendo reformada — atribui sentido, significa as modificações produzidas nos espaços.

Então, acreditamos que é possível vislumbrar a espacialidade em estudo a partir de múltiplos relatos. Recorremos a esses relatos de memória para refletir acerca de Aroeiras, considerando as significações de seus habitantes, expressões de uma diversidade de olhares portadores de indícios, de fios de experiências vividas e costuradas ao longo deste texto, com a pretensão de formar uma escrita a respeito de uma cidade e seu processo de transformações urbanas compreendidas como responsáveis por modificar a paisagem e as práticas sociais e culturais dos moradores que vivenciaram e, de alguma forma, experimentaram esse processo transformador, já que as mudanças não ocorrem apenas no espaço físico, mas também nas formas de viver na cidade.

Por isso, nos preocupamos em realizar uma configuração do cenário urbano tanto a partir da dimensão física, quanto das práticas, pois pretendemos estudar as mudanças e permanências dos espaços, bem como aspectos que dizem respeito ao cotidiano. Acreditamos que as práticas dos cidadãos e os usos dos espaços dão significado ao viver urbano, já que uma cidade também é constituída pelas experiências que abriga, pelas subjetividades e pela afetividade daqueles que convivem no mesmo espaço urbano e nele desenham suas trajetórias (CERTEAU, 1994, p. 27). Compreendemos que as medidas dos gestores e dos planejadores do urbano, assim como as ações do homem comum, dos praticantes do lugar, dia a dia constituem e alteram o cotidiano, as vivências nas cidades.

Considerando tais aspectos, para refletir sobre um cenário cidadão, no qual inúmeras transformações estavam sendo processadas, viabilizou-se a construção de uma escrita capaz

de contemplar narrativas elaboradas pelas memórias de diferentes sujeitos, pois “o ato de contar é criador, ele ‘dá a ver’, desenhando os espaços habitados, do mesmo modo que as imagens de ruas, casas, praças, compostas em cenas, geram quadros narrativos: contam histórias das cidades” (GUIMARÃES NETO, 2012, p. 150). Sendo assim, reiteramos que escolhemos remeter a espacialidades e a construção da memória associada aos espaços vividos, no sentido de buscar compreender práticas sociais e culturais.

Em outras palavras, os relatos de memória fornecem indícios de inúmeros aspectos do passado de Aroeiras, das formas de experimentar e vivenciar o espaço urbano; ações que demarcam especificidades do processo histórico das cidades. Para escrever sobre as suas nuances, compreendemos que as memórias de diferentes sujeitos contribuem para que estudemos a cidade enquanto um espaço praticado, que teve seu cotidiano alterado pelas reformas que redefiniram a sua paisagem urbana, uma vez que, os entrevistados são os moradores que presenciaram as alterações no (e do) espaço urbano, dos modos de viver, das próprias relações sociais. Os entrevistados refletem sobre os espaços praticados, os seus usos e as suas relações sociais.

Essas pessoas, na década de 1970, viviam em uma pequena cidade, simples, com um ritmo lento e ruas pouco configuradas, onde havia muitas carências e somente alguns traços urbanos, até que algumas obras começaram a ser realizadas. Diante de tal contexto, é possível que algumas questões sejam colocadas: quais reformas poderiam ser feitas? Quais ruas deveriam receber melhorias, passar por modificações? Avenidas deveriam ser construídas? Quais outros espaços a cidade deveria comportar? O fato é que as reformas se processariam através de um processo de transformações materiais ocorrido de forma lenta e gradual, e elaborado para promover a expansão da urbanização, de modo a fazer a infraestrutura partir da área central, a qual tivera um trecho antes já reformado, para se dirigir às vias de circulação local.

Sendo assim, reiteramos que não estudamos as reformas em si, mas de que forma esse processo de transformações foi interpretado, sentido e vivenciado. Buscamos esses elementos nas lembranças de testemunhas e, ao mesmo tempo, sujeitos de tal processo. Concordamos com Guimarães Neto (2006, p. 103) quando afirma que “as recordações não são meras exposições da memória, [...] mas um olhar que reconstrói, decifra, revela, e permite a passagem de um tempo a outro”.

Extrapolamos fronteiras de tempos e espaços vividos, de espaços sentidos, isso através da análise das fontes orais que, se não nos revela um evento desconhecido, pode trazer à tona sensações, sentimentos e ressentimentos que podem ser “aspectos desconhecidos de eventos conhecidos” (BARROS BARBOSA, 2010, p. 202).

Em se tratando de tal proposta, pretende-se refletir sobre a crescente redefinição dos espaços, responsável por provocar impactos consideráveis no viver urbano, que resultam em mudanças de hábitos, alterações do cotidiano dos homens que se relacionam entre si e com o espaço em que vivem. Contudo, sabe-se que não há como pretender esgotar as cidades e as suas histórias. Suas histórias, seus moradores as refazem; eles reconstróem outras cidades, alimentando a renovação da escrita da história, as narrativas sobre o passado (REZENDE, 1997, p. 21).

## 2 A CIDADE SOB REFORMAS: DAS ALTERAÇÕES DA MATERIALIDADE ÀS REDEFINIÇÕES NO COTIDIANO DE AROEIRAS

A cidade é, sobretudo, uma materialidade erigida pelo homem, é uma ação humana sobre a natureza. [...] Aliás, é pela materialidade das formas urbanas que encontramos sua representação icônica preferencial, seja pela verticalidade das edificações, seja pelo perfil ou silhueta do espaço construído, seja ainda pela malha de artérias e vias a entrecruzar-se em uma planta ou mapa. [...] Mas a cidade, na sua compreensão, é também sociabilidade: ela comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos. Marcas, todas, que registram uma ação social de um domínio e transformação de um espaço social no tempo. [...] cidade, lugar do homem; cidade, obra coletiva que é impensável no individual; cidade, moradia de muitos, a compor um tecido sempre renovado de relações sociais (PESAVENTO, 2007, p.13,14).

Os múltiplos olhares que vislumbram a cidade de Aroeiras, na Paraíba, são os fios de memórias e de vivências que desenham os sentidos, sobre os quais refletimos com a pretensão de estudar a malha urbana de Aroeiras, contemplando as alterações da materialidade e suas implicações na vida dos cidadãos. Nesse sentido, acreditamos que o tecido urbano diz muito sobre a experiência histórica de uma cidade. Assim, em 1970, a cidade de Aroeiras era pouco configurada, enquanto espaço urbano. Muito pequena, com poucas ruas urbanizadas, cercada por riachos. Em muitas áreas empoeiradas, ainda de chão batido, havia habitações insalubres, que compunham uma paisagem de dias tranquilos, de ritmo habitual; um modo de viver que pouco se aproximava de um estilo de vida urbano.<sup>33</sup> Esses aspectos contribuía para compor a paisagem, também constituída pelas ações de seus moradores.

A partir de 1970, esse cenário comportaria significativas transformações. Os lugares não seriam mais os mesmos, mudariam a sua essência (MONTE, 2010). As ruas de aspecto rural, as quais o senhor José Severino rememora com saudades, seriam modificadas. Ruas nas quais ele e outras crianças brincavam “levando carreira de boi brabo, tomando banho nas pedras das lajes, brincando no quintal de suas casas”, nas quais as fronteiras físicas entre o público e o privado eram pouco demarcadas. A saudade pode ser justificada pelo que a expansão urbana suplantou, sobretudo pela mudança nas relações estabelecidas entre os habitantes. Nesse sentido, contou-nos o citado entrevistado:

---

<sup>33</sup> Sobre o modo de vida urbano, ver: SIMMEL, George. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio G. (Org.). *O fenômeno urbano*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1973.

Eu me lembro da cidade como uma poesia. As ruas não tinham calçamento, nós brincávamos nessa rua [atual Avenida José Pedro de Melo]. O nosso carro era feito de lata de doce; carregávamos com caixas de fósforo, de sabugo, castanha. Nós vivenciávamos uma época maravilhosa, trocávamos nossa bola de gude por uma bola de meia, acreditávamos piamente em papai Noel. Pra mim, foi a melhor época da minha vida. Essas coisas se perderam, a cidade mudou, mas não melhorou, não desenvolveu, e essas coisas se perderam.<sup>34</sup>

O senhor José Severino alude à cidade de maneira poética, expressa sua afetividade e deixa transbordar a saudade das experiências que viveu. Utiliza expressões como “paisagem poética”, “a cidade eu vejo como uma poesia”, para expressar que naquele espaço teria vivenciado um tempo mágico. Ademais, relembra a infância, configurando Aroeiras como um “cenário” maravilhoso de se viver. Acredita, diferente da grande maioria dos entrevistados, que, mesmo sem infraestrutura, a vida na Aroeiras do passado era melhor. Rememora e expressa saudade, principalmente ao mencionar aspectos relacionados à sua infância. Destaca como brincava nos espaços e o que predominava na sua imaginação de criança. Desta forma, contou-nos em verso:

Meu carro era um caminhão  
Feito de lata de doce  
Como se a verdade fosse  
Puxada por um cordão.

Na minha imaginação  
Tudo era realidade  
Que hoje virou saudade  
Na carga dessa ilusão.

Assim, a falta de infraestrutura poderia ser um problema para os gestores membros da elite política local e para os moradores de maneira geral, que viviam na cidade. Mas, para a criança que viveu sua infância nesse período, esses problemas não eram sentidos. A nossa hipótese é de que, por isso, a falta de urbanização não ganhe ênfase nas memórias dos moradores ao remeterem-se à infância. Nesse sentido, como afirma Bosi (2009) em seus estudos, nossa lembrança também está pautada nos lugares, e, quando há a alteração ou a destruição dessa materialidade, ocorre uma “destruição dos vínculos que as mudanças abalam, mas que persistem em nós como uma carência” (BOSI, 2009, p. 405).

Compreende-se, dessa maneira, que o urbano pode ser pensado em sua arquitetura, a partir do planejamento dos gestores, das práticas dos cidadãos e também como um espaço que provoca diversas memórias permeadas pelas experiências que cada pessoa vivenciou. São sentimentos que podem se transformar em ressentimentos, devido ao desaparecimento dos

---

<sup>34</sup> José Severino da Costa Barbosa. Concedeu-nos entrevista no dia 21 de maio de 2013.

lugares persistentes nas memórias, e que ainda parecem existir à medida que as lembranças vão atribuindo cores, dando formas a esses lugares, que são o ausente, mas que, através dos movimentos da memória dos depoentes, emergem e ainda são capazes de emocionar, de provocar as mais diversas sensações.

Ah! Era muito boa a vida naquele tempo. Nós fazíamos piqueniques; mas não era como esses de hoje, não. Sei lá. Era tão diferente, era tão bom! E a gente fazia piquenique no Cruzeiro, ali em cima. Juntava as crianças, as crianças participavam, as pessoas se interessavam. Não era como é hoje, não. Era muito boa a cidade.<sup>35</sup>

Através do relato, podemos recuperar as impressões acerca da cidade, construídas por essa senhora que rememora com romantismo e saudade os tempos de sua juventude. Percebe-se a idealização, em se tratando dos modos de viver no urbano, o qual passou por alguns retoques que não necessariamente construíram dentro dos habitantes sensações de mudanças, de que a vida melhoraria. Contudo, compreendemos que as reformas foram significativamente transformadoras. As áreas outrora desocupadas foram integradas ao urbano, ganharam outras configurações para suplantar as feições e as práticas rurais outrora existentes.

## 2.1 AROEIRAS: NA MIRA DA MODERNIZAÇÃO?

Nas proximidades da Rua Antônio Gonçalves (antes Rua Grande), de dentro da casa do senhor Manoel Andrade, construída na atual Rua Carlos Pessoa, seria possível ouvir o barulho do motor de algum carro que eventualmente passasse pelas vias de circulação. De dentro de sua residência se ouviam frequentemente os passos de mulas e jegues, o som de muitos animais relinchando — nos dias de sábado esse barulho era um pouco maior. A frequência da emissão desse som é indicativa de que, naquele dia, as ruas estavam mais movimentadas. O cotidiano urbano havia ganhado outras conotações. Não se trata de um dia comum, como tantos outros. É dia de sábado, dia de feira na cidade. Trocas comerciais e sociabilidades estão sendo desencadeadas.

Se o feirante em um dos espaços das vias de circulação fosse acometido por algum problema de saúde, a cidade não seria acolhedora para lhe oferecer cuidados médicos. Não existia hospital. Era possível contar com a experiência de algum “farmacêutico” — como era o caso de Zé Marinho, às vezes também chamado “Zé Mariano” pelos entrevistados. O “farmacêutico” era assim denominado, não se sabendo ao certo por quê, embora se acredite

---

<sup>35</sup> Severina de Souza Muniz. Concedeu-nos entrevista no dia 12 de maio de 2013.

que fosse porque cuidava das pessoas, sugeria medicação e ajudava a sanar os malefícios que acometiam a população. Seu saber era legitimado e autorizado pelo contexto local, onde sua experiência possibilitava que ele interviesse a fim de ajudar a população na atenção para com sua saúde. Mas, se o caso aparentasse gravidade, a pessoa seria encaminhada para ser atendida em hospitais de Campina Grande.

Naquela época, nem médico tinha. Antigamente, não tinha nem quem aplicasse uma injeção. Tinha um farmacêutico bem antigo, que era Seu Zé Marinho. Esse homem sarjava caroço. Nesse tempo, saía bem muita cabeça de prego no povo [furúnculo], saía bem muito no corpo do pessoal nessa época, e ele sagava, fazia cirurgia, emendava braço, botava aquelas madeiras assim e amarrava. Não existia gesso. E curava, viu? Quem fazia essas consultas era esse homem. Seu Zé Mariano [sic] morreu; depois, ficou a mulher; depois, Seu Henrique.<sup>36</sup>

O relato de memória dessa moradora narra um período em que não existia hospital. Os cuidados para com a saúde advinham de alguém legitimado pela população como capaz de zelar pela saúde, de realizar intervenções nos corpos, de cuidar dos mais diversos tipos de problemas. Todavia, quando não era possível o diagnóstico, ou quando não se encontrava meios de tratar dos doentes, sugeria-se a retirada imediata para Campina Grande, o que só valeria a pena em casos muito graves. Sobre isso, a senhora Severina diz: “Tinha que ir pra Campina. Passava quase o dia pra chegar lá, e, quando chovia, ninguém passava no riacho porque tinha a gangorra, e o pessoal ficava tudo lá, do outro lado do rio, esperando baixar”. O que condiz com o depoimento de outro entrevistado:

Ir para Campina, só se fosse muito rico, porque transporte não existia. Saíamos daqui de cinco horas, para ir a Campina Grande. Dez horas, se não chovesse, é que estávamos lá. Quando chovia era de uma hora da tarde. Depois, começaram a surgir os mistos, que eram os caminhões de duas cabines. Estradas não existiam. Meu pai comprou um caminhão e perdeu no riacho da gangorra. Esse riacho não passamos mais por ele, fica lá no chamado senhor Horácio Pereira [sítio Caracolzinho, situado no município de Gado Bravo]. Era por lá. Era uma ladeira de barro; quando chovia, era muito perigoso.<sup>37</sup>

José Severino reitera a dificuldade que a população enfrentava, apenas para conseguir atendimento médico. Até a segunda metade da década de 1970, não havia nenhum hospital em funcionamento em Aroeiras, e existiam poucos veículos automotores. O entrevistado enfatiza as dificuldades de locomoção, sobretudo para cidades relativamente mais distantes, como Campina Grande. O trajeto era realizado em caminhões, principalmente nos mistos de duas cabines, e era dificultado, pois não existiam pontes e rodovias asfaltadas, infraestrutura

<sup>36</sup> Severina de Souza Muniz. Concedeu-nos entrevista no dia 12 de maio de 2013.

<sup>37</sup> José Severino da Costa Barbosa. Concedeu-nos entrevista no dia 21 de maio de 2013.

para os automóveis realizarem seus trajetos em um tempo menor. Ademais, o mau tempo e as condições climáticas, em geral, também contribuía para dificultar a viagem.

Antes da construção dessa pista [BR 090 — Aroeiras-Beja Facheiro — inaugurada no ano de 1982, no governo de Tarcísio Miranda Burity], o cara levava o dia todo pra ir pra Campina e voltar. Ia de caminhão ou de ônibus. Saía de quatro horas da madrugada e chegava de sete da noite, quando não se atolava. Ivonete mesmo [filha do entrevistado], eu aluguei o caminhão para levar ela — ela com uns dois anos, dois anos ou era três —, pra levar ela pra Campina Grande. Ela estava muito doente e não tinha transporte, aí aluguei o caminhão de Zé Cazuzza. O pai de Zé Cazuzza, o Zé, foi quem foi dirigindo. Quando chega lá, na gangorra, pra lá tava os carros tudo atolado. Nem passava pra lá nem pra cá. Era uma agonia, tava tudo interdado. Aí Nita botou Ivonete nas costas, e Lica, a mulher de Louro, e tocaram a pé até em Beija [próximo à cidade de Queimadas], pra lá pegar um carro que vinhesse de Caruaru pra Campina Grande. Aí pegaram o carro e, de noite já, foram para uma casa, dormiram e, no outro dia, foi que foram fazer a consulta da menina. Era um sacrifício muito grande! Agora, depois do hospital melhorou muito.<sup>38</sup>

Em um contexto de tantas carências, para cuidar da saúde, a população de Aroeiras dependia do socorro prestado por cidades como Campina Grande e do enfrentamento a essas dificuldades de transporte, assim como da falta de infraestrutura nas rodagens. Nessa mesma perspectiva, o senhor José Fernandes recordou um tipo de caso recorrente, de pessoas que faleciam antes mesmo de chegar a Campina Grande, devido, principalmente, à distância e às adversidades encontradas ao longo do trajeto. Sobre isso, ele nos conta:

Uma vez, antes de ser prefeito, uma vez eu ia pra Campina Grande e encontrei o carro de Antônio Tavares. Era um misto de duas cabine. À época, ali em Pedro Banquero, voltando com a mulher de Sozinha, que tinha ido “descansar” [i.e., dar à luz] e, no caminho, ela faleceu. Aquilo, eu fiquei muito, eu fiquei muito constrangido e tal, e disse que se eu chegasse a ser prefeito de Aroeiras [emocionalmente], eu ia construir o hospital [pausa], e garantia de nunca acontecer aquilo. E, graças a Deus, eu construí o hospital, e, durante muito tempo, ficou funcionando sem precisar ir a Campina Grande. E até parto cesariana foi feito aqui. Na época, quando eu era criança, eu via minha mãe dizer que as mulheres que “descansavam” tinha que comer pirão de galinha e tudo mais. Era uma pobreza muito grande, e eu queria acabar com aquilo. Construí o hospital pra garantir daquilo não mais acontecer.<sup>39</sup>

Na memória do senhor José Fernandes, a dor ainda transparece e se expressa na sua narração sobre o falecimento da senhora, sobre a falta de atendimento médico, compreendida como uma dentre tantas carências da população. O seu relato sugere que, caso existisse um hospital, as chances de a mãe e de a criança, personagens do seu depoimento, sobreviverem eram muito maiores. Segundo o senhor Manoel Andrade, “era a filha de Sebastião Tuta,

<sup>38</sup> Manoel Francisco de Andrade. Concedeu-nos entrevista no dia 20 de outubro de 2013.

<sup>39</sup> José Fernandes de Melo. Concedeu-nos entrevista no dia 12 de maio de 2013.

adoeceu, aí levaram pra Zé Mariano. Aí levaram pra Campina Grande, e, no caminho, ela morreu. Era uma tristeza, não tinha um lugar pra cuidar da saúde”.

O relato de memória desse senhor permite-nos refletir sobre a cidade, um contexto de tantas carências, expressas até mesmo na ausência de um hospital para atender os moradores. Acredita-se que também não era habitual procurar atendimento médico, até mesmo porque serviços médicos eram ausentes na vida da grande maioria das pessoas. O hábito de procurar tais serviços só se manifestava nas famílias mais abastadas, que podiam se deslocar até Campina Grande. Os demais moradores só se deslocavam nos casos extremos, quando o sofrimento se tornava muito grande. Por isso, muitos recorriam a outras práticas, legítimas para a população local.

Tem um senhor na Volta Grande [sítio localizado na zona rural do município de Aroeiras] que reza de lá. A pessoa aqui, e ele reza de lá. Muita gente daqui, muitas vezes, já foi curado através da reza dele. Minha tia Cleide mesmo, recentemente ela foi picada por um cobreiro. Foi aos melhores médicos de Campina Grande e não ficou boa, o problema só aumentando. Aí indicaram um senhor. Ele veio na casa dela, rezou duas vezes; na terceira, ela já estava boa. Ela ficou boa! Aqui existiram coisas que eu conto e as pessoas pensam que é fantasia. Mas existia e existe um misticismo aqui, a fé. Era a isso que as pessoas recorriam quando adoeciam.<sup>40</sup>

Distante dos cuidados oferecidos por um hospital, sem a palavra autorizada do saber médico, expressavam-se outras possibilidades de cura, muitas situadas além da fronteira do conhecimento da cientificidade, da autoridade médica. Recorrentes, as rezas associadas à fé e, na nossa hipótese, outras tantas práticas de cura às quais a população recorria antes da construção desse equipamento urbano, persistem até os dias atuais. Embora o hospital tenha proporcionado a emergência de novos hábitos, tais costumes não foram suplantados, apesar de as práticas não legitimadas pelo saber médico não coadunarem com as maneiras de habitar uma cidade com pretensões modernas. Na verdade, “velhas” e “novas” práticas passaram a conviver, após a construção do hospital.

### ***2.1.1 “Melhorou muito! O povo ficava bom e não queria ir pra casa.”***

O primeiro hospital municipal começa a ser construído durante a administração do prefeito João de Brito Lira (1973-1976).<sup>41</sup> As primeiras medidas para a sua construção foram

<sup>40</sup> José Severino da Costa Barbosa. Concedeu-nos entrevista no dia 21 de maio de 2013.

<sup>41</sup> O Projeto de Lei nº 60 (30/04/1973), aprovado pelo legislativo, autoriza a desapropriação de um terreno destinado à construção do hospital da cidade. O prefeito municipal ficou autorizado a abrir crédito especial na importância de Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros) para fazer face às despesas da lei nº 07, de abril de 1973.

estabelecidas no dia 7 de setembro de 1974. Reunidas algumas autoridades na cidade, à época, estavam presentes o então deputado estadual Waldir dos Santos Lima e o gestor municipal João de Brito Lira (1973-1976). A partir dessa data, tem início a construção do hospital, denominado de Hospital e Maternidade José Marinho do Nascimento, entregue a população na administração de José Fernandes de Melo (1977-1983)<sup>42</sup>. Essa construção configurou-se como um equipamento urbano importante para a população. Sobre isso, contou-nos o senhor José Severino:

Quem construiu esse hospital foi João de Brito Lira, um grande administrador. Nesse tempo, não existia FPM, e a prefeitura não recebia verbas. [...] Esse hospital representou um avanço muito grande. Nós tínhamos grandes médicos: Adamastor, em parceria com Estefânia. Partos, cirurgias já foram realizadas aqui. Nós tínhamos um hospital verdadeiro.<sup>43</sup>

O estabelecimento de saúde significado pelo senhor José Severino localiza-se na atual Avenida José Pedro de Melo e foi edificado para atender as pessoas da zona urbana e a uma clientela da zona rural que, para chegar até Aroeiras, muitas vezes, precisava de um carro enviado pela Prefeitura, já que os automóveis eram pouco presentes. O percurso da zona rural até a zona urbana ou era realizado a pé ou no lombo de animais, quando eram maiores as distâncias. Sabe-se que, assim como na cidade, nas localidades da zona rural, habitualmente, as formas de locomover-se eram a pé, no lombo de animais, ou em caminhões. Geralmente, existia um ou dois por localidade. Esses veículos transportavam as pessoas, uma ou duas vezes por semana, da zona rural até a sede do município.

Transporte aqui era esses mistos de duas cabines. O pessoal pegava esse mistos que existia nessa época, quando eu fui prefeito pela primeira vez [1977-1983], a não ser em caso de urgência. Aí era a prefeitura. Mas, com a inauguração desse hospital, à época, aí foi diminuindo.<sup>44</sup>

Além disso, em 1970, a infraestrutura de Aroeiras era muito ruim. Sem rodovias asfaltadas e com poucas estradas carroçáveis, os entrevistados rememoram que uma grande quantidade de vias de acesso à zona rural só foram abertas durante a gestão de João Brito de Lira (1973-1976). Na sua administração, foi privilegiada a construção de estradas e teve início a obra mais exaltada pela população: a construção do Hospital e Maternidade José Marinho. No início de sua administração, a nossa hipótese é a de que, nas localidades mais distantes,

---

<sup>42</sup> Cf: ANDRADE, Pedro Paulo. *Aroeiras sua origem*. [S.l.]: A União Cia., 1981.

<sup>43</sup> José Severino da Costa Barbosa. Concedeu-nos entrevista no dia 21 de maio de 2013.

<sup>44</sup> José Fernandes de Melo. Concedeu-nos entrevista no dia 12 de maio de 2013.

estradas amplas e em boas condições de circulação praticamente não existiam. Acredita-se que o acesso a muitas moradias só era possível graças à abertura de pequenas veredas que interrompiam a vegetação e possibilitavam a passagem dos pedestres.

Esses pedestres ao se deslocarem para Aroeiras devem ter percebido alterações na paisagem urbana. Em uma área predominantemente rural, foi construído um prédio moderno e com uma infraestrutura que era capaz de atender muitos pacientes. Para uma cidade de porte muito pequeno, o hospital era uma grande e ampla construção. Esteticamente muito bem elaborado, construído segundo parâmetros modernos, o hospital modificou uma área do urbano de paisagem rural, em outras palavras, um espaço vazio onde eram realizadas festas de vaquejada, antes de realizar-se essa construção. A esse respeito, contou-nos o senhor Manoel Andrade:

Ali, no lugar do hospital. Foi construído, depois de um bocado de anos. Ali, tinha umas vaquejadas, ali no lugar do hospital. Ali, era um lugar de vaquejada, mas não era como hoje é vaquejada, não. Era um lugar de vaquejada improvisado. A gente ia daqui pra vaquejada ali. [...] Seu Antônio Benedito era lá do Cariri, trazia gado pra fazer vaquejada. Seu Miné dava o terreno, eles faziam as cercas, faziam o curral, e tinha uns dois ou três dias de vaquejada ali. Essas vaquejadas tinham uns conjuntos simples, aquelas barraquinhas de vender cachaça. Era cerca de arame arrudiado de um lado a outro, e os cavalos tudo correndo. Mas não era como é hoje, não. Essas pistas preparadas. Terminou a vaquejada, arrancava tudo, pronto! Ali, não tinha casas, era avelós. Do hospital até o cemitério, era uma cerca de velós bem grande. O cemitério era dentro do mato, e pequeno.<sup>45</sup>

Através deste relato, percebe-se o quanto a construção do hospital alterou a paisagem citadina, as práticas realizadas. Aquele que outrora era um lugar rural, sem movimento, onde era possível montar uma estrutura para a realização de festas de vaquejadas, passou a ser mais integrado às áreas urbanizadas, com carros circulando, pedestres fazendo seus trajetos. O que sinalizava que aquele lugar já não era mais vivenciado como fora; configurou-se em um outro território. Outras experiências passaram a ser vividas e não se assemelhavam às práticas rurais que compunham aquele espaço anteriormente.

As relações estabelecidas agora eram outras, as vivências dos aroeirenses ganharam outras conotações. Sem dúvida, o hospital trouxe melhorias expressivas para a vida da população, além de ter promovido mudanças no cotidiano da cidade. A nossa hipótese é a de que a sua construção gerou empregos, movimentou mais a economia e tornou mais ágil o atendimento aos doentes do município, pois não era mais necessário se deslocar até Campina Grande. Assim, observa-se que, onde foi construído o hospital, outrora existia uma área rural. Muito próximo a essa área, muitas outras compunham o que era o urbano de Aroeiras à época.

---

<sup>45</sup> Manoel Francisco de Andrade. Concedeu-nos entrevista no dia 20 de outubro de 2013.

A cidade começava, então, a crescer e a ganhar ares mais urbanos. A existência desse equipamento capaz de oferecer serviços de saúde para que a população tivesse acesso a essa melhoria, fazia-se necessário para a concretização do desejo de conferir a Aroeiras uma feição de urbanidade. Para além dessas alterações espaciais, nas memórias da população local, essa construção é representada como responsável por trazer melhorias para o viver urbano, como nos contou a senhora Raimunda Maria:

Melhorou muito! As mulheres agora tinha um lugar pra descansar, pra cuidar do povo quando adoecia. Eu mesmo nunca adoeci pra ir pra Campina, não. Mas, depois desse hospital, era doutor direto; vinha de Campina Grande pra cá. Era um tratamento que só vendo! Tinha comida à vontade, o povo ficava bom e não queria ir pra casa [risos].<sup>46</sup>

No caso específico do relato da depoente, esta relembra as melhorias. Mas, ao longo da entrevista, também deixou transparecer que ir ao médico, mesmo na cidade, próximo a casa onde residia, não era algo habitual. “Doença pouca”, não tinha por que procurar atendimento. Recorria-se primeiro aos remédios caseiros e, só se entendessem como algo realmente preciso, era que se procurava um doutor, que agora atendia em Aroeiras, em um local construído para cuidar dos moradores; fornecia até refeições aos hospitalizados. Esta lembrança também é um indício da origem pobre de grande parte da população. Sem dúvida, realizar todas as refeições, ter comida à vontade nas suas casas, para os mais pobres, àquela época era um privilégio ausente do dia a dia.

O fato é que a introdução de novas formas de cuidar da saúde acabou constituindo outras sensibilidades nos moradores,<sup>47</sup> construídas a partir da emergência de alguns sinais do moderno, apropriados no contexto local, vivenciados de maneiras diferentes por diferentes sujeitos, e responsáveis por proporcionar a construção de novos hábitos que não suplantaram velhos costumes. Assim, essa mudança de sensibilidade está direcionada para certos aspectos da vida cotidiana, expressos por pessoas que viveram, sentiram e expressaram a sua cidade em atos, gestos, palavras, sons e imagens, compreendidos como evidências do sensível.

Os sujeitos históricos que vivenciaram a construção do hospital emergiram e teceram seus relatos repletos de subjetividades, de significações. Os relatos de memória são utilizados para realizar uma aproximação, para explicar como poderá ter sido a experiência, que também é a experiência sensível de outro tempo, do qual nos aproximamos pelos rastros que o passado

<sup>46</sup> Raimunda Maria da Conceição. Concedeu-nos entrevista no dia 13 de maio de 2013.

<sup>47</sup> Sobre o conceito de sensibilidade, ver: PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades, *Nuevo mundo, mundos nuevos: I Journée d’histoire des sensibilités*, EHESS, 04 mar. 2004, p. 1-2.

deixou. Desse modo, a sensibilidade se expressa através da forma de os entrevistados sentirem e representarem a construção do hospital através das suas emoções, dos seus sentidos.

### ***2.1.2 “Ali era o canto dos coqueiros, aí foram calçando e o povo passou a andar mais por ali”: a abertura de avenidas***

A partir desse momento, começaria a se materializar uma ação “demolidora”, muito perto daquela edificação recentemente construída. Trata-se da construção de uma avenida. A prática de realizar aberturas em ruas e avenidas é uma medida norteada por ideias progressistas, consolidadas em intervenções que visam promover a modernização das cidades. A crescente transformação de ruas estreitas em ruas largas e aformoseadas integrava os projetos de reformas urbanas dos gestores de Aroeiras.

Foi como resolveram realizar reformas em uma rua onde existiam muitos coqueiros, com localização paralela à edificação do hospital. Esse tipo de vegetação presente de forma expressiva dava nome à rua, denominada de Rua dos Coqueiros. O nome era originário da relação dos moradores com o espaço no qual conviviam. Nas palavras da senhora Raimunda Maria, aquela espacialidade pode ser descrita a partir da presença desse tipo de vegetação. Segundo ela, “naquela rua, muitas pessoas não andavam por ali, não; o movimento maior era na parte do comércio, porque ali existiam os coqueiros, e alguma casa tinha por ali; passava o pessoal que vinha daqueles lados e de Campina”.<sup>48</sup>

O relato da senhora Raimunda Maria reitera o caráter rural da paisagem urbana. Sem calçamento, com uma vegetação expressiva, poucas residências e algumas poucas casas comerciais, a Rua dos Coqueiros sofreu interferências que acabaram consolidando um processo de urbanização naquele lugar. A nossa hipótese é a de que, a partir de 1970, ganham maior dimensão as pretensões de melhorias urbanas. Em virtude disso, no espaço onde transitavam aqueles que se deslocavam no sentido Campina Grande a Aroeiras, e que também servia de rodagem àqueles que adentrassem o urbano no sentido oeste-leste, seriam realizadas algumas significativas remodelações.

Em 1972, naquela área, iniciou-se a construção do prédio das Escolas Reunidas do Município, onde funcionaria o “Ginásio Comercial Cônego Antônio Ramalho” e o “Colégio Estadual de Aroeiras”. A edificação foi construída na Rua dos Coqueiros. Ampla, passou a abrigar, à época, as escolas de segundo grau. Essa construção proporcionou mais movimento

---

<sup>48</sup> Raimunda Maria da Conceição. Concede-nos entrevista no dia 13 de abril de 2013.

e diminuiu o isolamento em relação ao restante da cidade. Após a sua construção, passou a ser frequentado pelos jovens das mais diversas localidades do município. A rua, onde foi construído o prédio da escola, passou por um processo de substituição gradativa das feições rurais.

*Imagem 02:* Vista parcial de uma área situada nas proximidades da atual Avenida José Pedro de Melo.



Fonte: Acervo pessoal do senhor José Fernandes de Melo.

A partir da fotografia, visualizamos alguns pedestres realizando um passeio na mesma direção. Entre esses homens, uns eram moradores da cidade, outros eram autoridades políticas que estavam de passagem. À direita da imagem, com a mão no ombro do outro pedestre, caminha o deputado estadual Múcio Sátyro. Ao seu lado esquerdo, com uma roupa clara, e aparentemente de óculos escuros, caminha o gestor José Fernandes de Melo (1977-1982). O grupo está se dirigindo para vias de circulação de Aroeiras, as quais seriam contempladas com serviços de urbanização. O deputado Múcio Sátyro teria sido o responsável pela liberação dos recursos utilizados para a realização de obras de serviços urbanos.

Essa fotografia é registro de um passeio de reconhecimento dos locais que seriam contemplados com melhorias. Sabe-se que estavam deslocando-se da casa do então prefeito

até as vias que seriam calçadas e o lugar onde seria edificada uma ponte para ligar duas artérias da cidade. Acredita-se que o objetivo do encontro que a fotografia registra era apresentar ao deputado o contexto de carências. Mas por realizarem um passeio, a pé, em um período em que as pessoas com mais posses dispunham de veículos automotores para deslocamento, é possível que a visita do deputado tenha ocorrido em um período de eleições. A nossa hipótese é a de que caminhar a pé — modo habitual como as pessoas comuns deslocavam-se — aproximava os líderes políticos da população, possibilitava estabelecer uma proximidade maior.

Como é possível visualizar, a área captada pela lente do fotógrafo não possui traços de urbanização. As casas que também compõem a paisagem possuem banheiros externos, indício da ausência de rede de esgoto. Também não têm água encanada para dentro das residências, como é possível visualizar na casa menor, onde existe uma calha para conduzir a água que cai do telhado provavelmente a uma cisterna de alvenaria. Se não fosse esse o caso, a sua função também poderia ser conduzir a água a algum reservatório com outras características. Concluiu-se, então, que a energia elétrica que iluminava os cômodos de tais casas e as vias de circulação é único aparelho moderno de conforto do qual aquelas famílias podiam usufruir.

Com a pretensão de saber mais a respeito, deparamo-nos com algumas informações imprecisas, embora nos relatos existam alguns pontos em comum. Segundo as memórias de moradores do município, na casa de alvenaria residia o senhor Biu Raimundo, que trabalhava como barbeiro. Na casa menor, de taipa, com aparência mais pobre, residia o senhor Manoel de Noca, que, segundo o depoente João Alves, trabalhava “puxando agaves”; em outras palavras, “desfibrava sisal”.<sup>49</sup> Esses moradores, apesar de viverem no perímetro urbano, residiam em uma área semelhante à de um sítio. Sem dúvida, a paisagem visualizada pouco se distancia de uma paisagem rural.

Estes cenários do urbano sofreriam significativas alterações ao longo dos anos que vão de 1970 a 1990. A área rural transformou-se em uma rua calçada, preenchida por residências. O passeio daqueles homens visualizados na fotografia, que caminharam por entre as vias de circulação do urbano, não resultaria em serviços urbanos nessa via onde caminham, isto é, no trecho captado pelo fotógrafo. O resultado do cortejo foi a urbanização da Rua dos Coqueiros (atual Zeferino de Paula), realizada durante a gestão do então prefeito José Fernandes de Melo (1977-1982). A área também foi contemplada com três mil metros quadrados de calçamento,

---

<sup>49</sup> João Alves Pereira. Concedeu-nos entrevista no dia 15 de maio de 2013.

e quatrocentos metros lineares de meio fio. A rede elétrica foi ampliada, e foram instalados postes de ferro com luminárias nos canteiros.<sup>50</sup>

Os recursos para conclusão da obra teriam sido oriundos de uma solicitação do deputado Múcio Sátyro junto ao D.E.R. (Departamento de Estradas e Rodagens). Esses recursos permitiram a construção da primeira via de circulação organizada para ser de mão dupla. A construção de uma avenida com as características citadas anteriormente era a materialização de ideais de desenvolvimento. Com a construção de canteiros arborizados para embelezar e conferir ares modernos, a avenida edificada na Rua dos Coqueiros, outrora sem configuração, recebeu nesse período a inserção desses equipamentos urbanos e ainda passou por um processo de alargamento para ampliar as vias de circulação e conferir-lhe atribuições modernas.<sup>51</sup>

O então administrador estava consolidando um ideal modernizador. À frente de uma gestão que estava promovendo reformas em áreas que não possuíam traços de urbanidade, o gestor José Fernandes, para realizar tais pretensões, derrubou casas e indenizou famílias. No entanto, diferentemente do que aconteceu nas cidades de médio e grande porte, a derrubada de algumas construções em Aroeiras foi pouco expressiva.<sup>52</sup> Acredita-se que, em média, duas ou três casas foram demolidas. Contudo, muito embora em pequena proporção, essa medida tornou-se necessária para concretizar os melhoramentos, o que não implica afirmar que as reformas não impactaram as sociabilidades urbanas.

Compreende-se que as sociabilidades dos moradores sofreram alguns impactos, já que sua afetividade e suas relações de vizinhança foram afetadas por essas reformas dos espaços. Ao presenciarem a derrubada de suas residências, aquelas famílias precisaram abandonar o lugar onde viviam. A materialidade dos lugares seria destruída, suas vivências. Contudo, a

---

<sup>50</sup> Cartilha publicada da administração de José Fernandes de Melo (1977-1982) para divulgar as ações e obras de sua administração. A cartilha "*Você precisa conhecer a vida e a história do seu município*" é um documento produzido com a intencionalidade de divulgar e enaltecer a figura do administrador. Não se torna necessário uma discussão mais ampla acerca dessa fonte e das suas intencionalidades. Dele extraímos elementos de cunho meramente informativo e não nos interessa uma discussão mais ampla dessas medidas. O nosso foco não é problematizá-las, mas, sim, refletir sobre como essas reformas teriam alterado a paisagem, como os cidadãos compreendem as reformas dos espaços e as ações dos moradores naquelas novas espacialidades. A referida cartilha pode ser encontrada na Biblioteca Municipal José Rezende de Melo. Nela, não consta editora nem data de publicação.

<sup>51</sup> Informações retiradas da cartilha citada na nota anterior.

<sup>52</sup> Sobre o bota-abixo de cidades de médio porte, ver: CABRAL FILHO, Severino. *A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)*. João Pessoa: UFPB/PPGS, 2007 (Tese de doutorado em Sociologia).

afetividade das relações de pessoas simples era pouco significativa diante das melhorias que a cidade passaria a comportar, dos melhoramentos que os serviços urbanos trariam para a vida da população. Segundo Monte (2010), nesse processo de modificações, os lugares não são mais os mesmos, pois mudaram a sua essência.

Para as famílias que tiveram suas moradias destruídas, a casa constituía-se enquanto um espaço de moradia, não há dúvida disso. Mas a cidade também se pode configurar como uma “extensão da casa”, um local cujas práticas dos moradores não separam, mas unem o público ao privado, já que o reconhecimento e a afetividade estão imbuídos no indivíduo a partir das suas experiências, isto é, do que os sujeitos teriam vivenciado na urbe. Por essa razão, estabeleciam laços de afetividade com a pequena cidade onde residiam. É no urbano de Aroeiras que eram conhecedores dos códigos que tornam possível a vida cotidiana, orientada pela conveniência, pelos comportamentos que são toleráveis no contexto da coletividade, em ou seja, na pequena cidade consumida por seus habitantes (CERTEAU, 2011, p. 39-50).

As moradias dos pobres dali expulsos dariam lugar a residências de famílias mais abastadas. A construção de avenidas também acaba por contribuir para a segregação dos espaços. Sem dúvida, a urbanização é responsável pela valorização do solo urbano, o que implica a compreensão de que, na pequena cidade, existia — mesmo com proporção não tão grandiosa quanto as das cidades de médio porte — uma avenida imponente para sediar a construção das residências das famílias de maior poder aquisitivo. No entanto, não se pode deixar de mencionar que a urbanização e a expansão se processam lentamente, diferentes dos grandes centros urbanos do Brasil, como é o caso do Rio de Janeiro.<sup>53</sup>

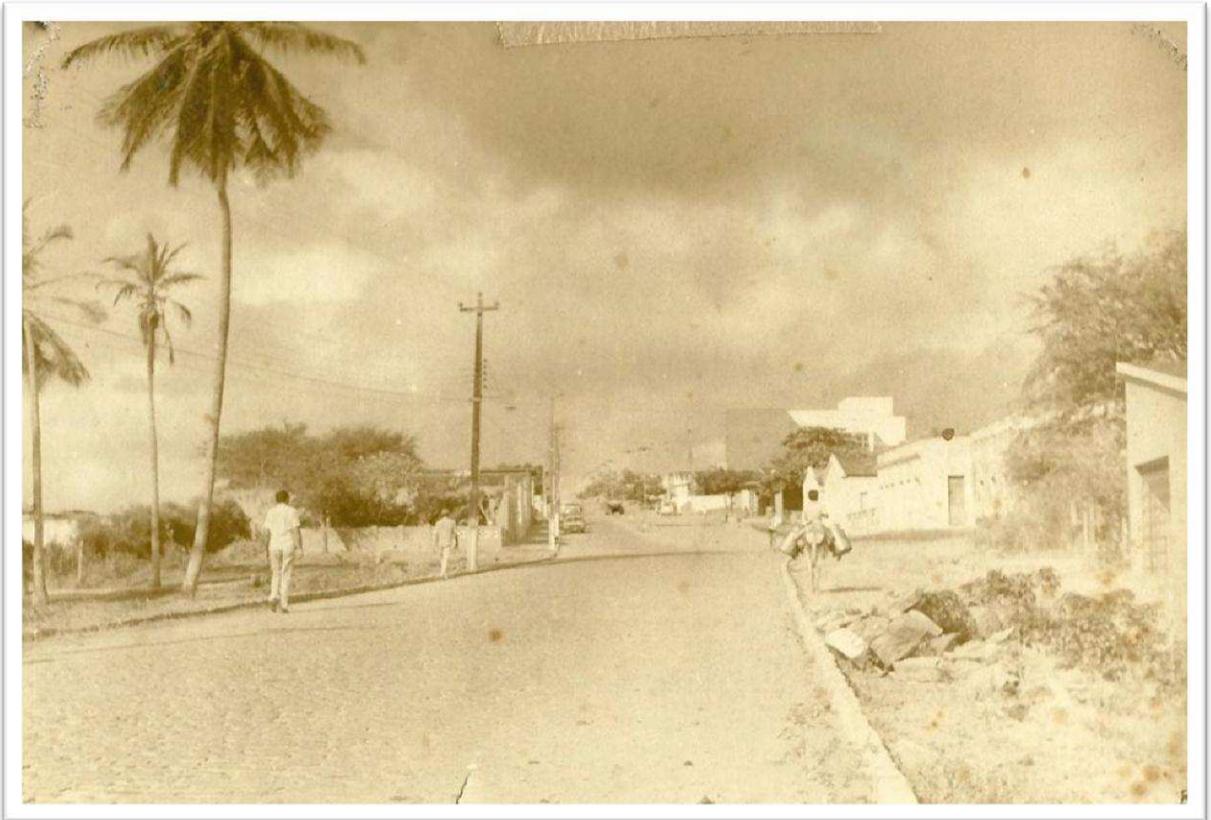
Por ser um processo desencadeado de forma lenta, a urbanização de uma cidade tão pequena acaba não se consolidando efetivamente. Registrava-se, depois dessas melhorias, a presença ainda de habitações simples, insalubres, desalinhadas. Essas residências, certamente pertencentes a pessoas de menor poder aquisitivo, ainda integram a paisagem de Aroeiras nos dias atuais. No seu perímetro urbano, o “novo” e o “velho” convivem, notadamente, ao longo dos anos que vão de 1970 a 1990. As novas espacialidades resultavam de desejos de atribuir infraestrutura e urbanização à cidade, pois se sabe que a prática de abertura de ruas e avenidas é norteadas por ideias progressistas de modernização. Porém, tendem a mesclar-se com o perfil do urbano que estão adentrando.

---

<sup>53</sup> Sobre o processo de reformas urbanas da cidade do Rio de Janeiro, ver: CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

A esse respeito, a imagem parcial da Rua Zeferino de Paula, reproduzida a seguir, apresenta-se como uma dentre tantas possibilidades de refletir sobre as reformas dos espaços e as alterações no cotidiano. Não seria exagero afirmar que se pode pensar na experiência urbana de Aroeiras a partir da fotografia. Ela, uma imagem captada da artéria principal da cidade, representa bem o movimento das ruas à época.

*Imagem 03:* Rua Zeferino de Paula, pós-serviço de calçamento. Início da década de 1980, aproximadamente.



Fonte: Acervo pessoal do senhor José Fernandes de Melo.

Após a paisagem predominantemente rural ter sido modificada, reservando aspectos rurais extensivos à paisagem citadina e as práticas realizadas na década de 1970, a cidade de Aroeiras ganhou mais traços urbanos. Agora, as casas erguidas em uma rua outrora sem pavimentação formam um conjunto quase homogêneo de construções, as quais aparecem em primeiro plano; conjunto esse em que predominam casas de várias janelas frontais, indicando que são residências de melhor qualidade. É possível ver também um montículo de vegetação que aparenta ser vegetação misturada com lixo, em frente à residência que possui um portão de ferro. Também é possível enxergar dois postes por onde passam os fios condutores de energia elétrica; dois pedestres fazendo seu itinerário; um animal de carga transportando dois recipientes iguais, sobre o qual se vê um jovem montado.

Em primeiro plano, na fotografia, nota-se a Rua Zeferino de Paula depois de ser contemplada com obras de urbanização. Na foto, pode-se visualizar a paisagem, o movimento daquela rua, alguns aspectos do cotidiano da cidade. À esquerda, veem-se alguns coqueiros. Os coqueiros antes mais presentes e que, outrora, davam nome à rua, agora são pouco numerosos, embora ainda persistam na composição da paisagem. Próximo a eles, ao lado do muro da primeira residência visível, há um olho d'água, presente na paisagem urbana até os dias atuais. Atualmente, sua água não é mais utilizada para o consumo.

À direita, existem algumas casas dispostas de forma menos numerosa que do lado esquerdo, pois naquela área existia um olho d'água. Uma casa, com mais janelas, destaca-se entre as demais. De acordo com os moradores, nela funcionava um ponto de comercialização de algodão. Na composição da paisagem, também existem alguns pedestres que caminham na direção da saída da cidade. São duas pessoas caminhando no mesmo sentido. Não é possível saber o destino para o qual rumavam, nem sequer se moravam nessas proximidades. Se não for este o caso, existe a possibilidade de estarem dirigindo-se à agência do Banco do Brasil.

Construção situada do lado esquerdo da foto, em segundo plano, mais elevada que as demais, em duas cores e com dois andares, o banco ganha destaque em relação às outras edificações mais simples, que estavam presente ao longo da rua e que dele se diferenciavam. Constituíam-se de dois andares, sendo uma construção grandiosa para a época e o contexto onde foi construído. O Banco do Brasil foi inaugurado na cidade em 1º de dezembro de 1978. Foi construído no trecho da Zeferino de Paula.

O banco passou a ocupar um espaço que outrora fora constituído por vegetação e algumas poucas residências. Sua construção diminuiu o isolamento. Na opinião do senhor Gilberto Bezerra, “a cidade desenvolveu muito depois da vinda do Banco do Brasil”<sup>54</sup>. Sua presença acentuou as atividades comerciais de Aroeiras, movimentou a economia e tornou mais dinâmicos o comércio e os serviços oferecidos. Pouco referenciado nas entrevistas, o Banco Nacional do Norte (BANORTE) também foi inaugurado na cidade em 27 de janeiro de 1981 (ANDRADE, 1984, p. 62). A instalação dessas agências bancárias deve ter contribuído para conferir mais movimento ao urbano.

Além do banco, na imagem, do lado esquerdo, ainda é possível notar, no movimento de ir e vir, um animal transportando um garoto e dois recipientes iguais. Como amplamente sabido, esse tipo de recipiente que o animal está transportando era utilizado para carregar água para o abastecimento doméstico. Porém, embora de forma menos comum, também eram

---

<sup>54</sup> Gilberto Bezerra de Souza. Concedeu-nos entrevista no dia 12 de maio de 2013.

utilizados para transportar leite. Não sabemos qual dos dois líquidos estava transportando; a imagem não nos dá indícios suficientes para chegarmos a uma conclusão.<sup>55</sup> No entanto, mais importante que saber o conteúdo do reservatório transportado pelo animal, é refletir sobre a sua presença no perímetro urbano.

Compreende-se que o animal fazendo seu trajeto pelas ruas, assim como a ausência de calçadas para o passeio público e a falta de alinhamento das residências à direita são indícios das feições rurais da cidade, preservadas mesmo depois de algumas reformas realizadas para promover urbanização e expansão para o perímetro urbano. Dessa forma, ainda nesse período, na paisagem citadina, era habitual a presença de animais transportando cargas pelas ruas. Certas práticas rurais não foram suplantadas pelas melhorias. Por outro lado, embora sem alinhamento, as casas de alvenaria atribuem ares urbanos à paisagem e são indícios de que nessa área a população mais pobre não residia.

Esta, sem dúvida, é uma fotografia muito reveladora das características da urbanização e do cotidiano dos moradores de Aroeiras à época. Observa-se que as reformas dos espaços foram realizadas em áreas que antes eram rurais. Esses resquícios das espacialidades rurais estão presentes até mesmo nas formas de transporte e de deslocamento usual da população. Além disso, apesar de tais características, nota-se que o animal não realiza seu trajeto pela via de circulação dos veículos. Segue pelo lugar onde deveria estar presente a calçada a ser usada pelos pedestres, o que é um indício de que as modificações tiveram algum impacto no que tange aos usos dos espaços.<sup>56</sup>

A Rua dos Coqueiros, que antes era destinada prioritariamente ao passeio público de algumas pessoas que andavam a pé ou no lombo de animais, passou a comportar novas formas de uso dos espaços pelo fato de a população do município, a partir da expansão da urbanização em direção ao leste e da construção do Banco do Brasil na década de 1970, ter passado a circular de forma mais frequente nessa área de Aroeiras, onde veículos automotores passaram a transitar habitualmente.

---

<sup>55</sup> Para realizar a leitura da fotografia, o modelo teórico do paradigma indiciário norteia a análise da imagem a partir dos vestígios do passado. Os vestígios possibilitam uma aproximação com as características da paisagem, com as experiências cotidianas. Sobre o paradigma indiciário, ver: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Tradução Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1980.

<sup>56</sup> No contexto das cidades nas quais os automóveis estão presentes, as calçadas são vias de circulação exclusivas para os pedestres, e os automóveis passam a ocupar os espaços das ruas. Ver: SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio. In: \_\_\_\_\_ (Org.) *História da vida privada no Brasil República: da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

Nessa área, aparecem então os automóveis, os emblemas do progresso que já haviam adentrado as ruas, tornado mais rápido o transporte e as comunicações. Muito próximo aos veículos, um animal utilizado para o transporte divide com o automóvel aqueles espaços do urbano, um indício de que outras práticas continuaram existindo pelas ruas e permeando a vida dos moradores. Assim, no cenário cotidiano de Aroeiras convivem ritmos opostos.<sup>57</sup>

Além disso, a construção dessa primeira avenida é emblemática para refletir-se sobre as pretensões de desenvolvimento que iam sendo instauradas e recepcionadas em Aroeiras. Acredita-se que essa obra, também realizada durante a gestão de José Fernandes de Melo (1977-1982), pode ser o resultado dos desejos de uma elite política local, interessada em imprimir ares de desenvolvimento àquele espaço urbano de pequeno porte, para imbuir nos moradores fantasias de crescimento, de aspirações de desenvolvimento para a pacata cidade.

Ademais, a avenida, que comportava alguns elementos modernos, passou a embelezar a entrada principal daquele espaço urbano, que outrora estava pouco configurado, com ruas insalubres, iluminação precária e sem alinhamento. O alinhamento das ruas, efetivado através de serviços de meio fio e do alinhamento das árvores no canteiro, expressa ordem, exprime, de alguma maneira, como aquele espaço deveria ser praticado. A ordem também era um dos elementos necessários para o progresso, tal como pregam os discursos desenvolvimentistas recepcionados em Aroeiras à época, conforme enfatizou o gestor José Fernandes:

Sem ordem, não tem progresso. Para ter progresso, tem que ter ordem. Eu sempre acreditei que, para ter progresso, desenvolvimento, na cidade tem que haver ordem. Se não tiver ordem, não desenvolve. Como é que desenvolve desse jeito? Por isso, no meu mandato, eu fechei a feira. Só entrava para descarregar até as oito horas. Naquele tempo, tinha mais ordem, era o tempo da ditadura militar.<sup>58</sup>

Na Rua Zeferino de Paula, a paisagem urbana foi se redefinindo paulatinamente. No entanto, em se tratando do cotidiano da cidade, a vida dos moradores ainda era permeada por um caminhar despreocupado, muito embora a relação dos habitantes com a cidade se tenha modificado. Pois, ao se alterar a materialidade dos espaços, as relações dos moradores são também transformadas, ainda que a vida cotidiana dos aroeirenses tenha continuado seguindo seu curso habitual, de dias tranquilos, com um ritmo de vida que parece não ter pressa.

---

<sup>57</sup> Sobre os emblemas da modernização dividindo espaços com automóveis, ver: CABRAL FILHO, Severino. *A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)*. João Pessoa: UFPB, 2007 (Tese de doutorado em Sociologia).

<sup>58</sup> José Fernandes de Melo. Concedeu-nos entrevista no dia 12 de maio de 2013.

### 2.1.3 *“Quando chovia interrompia até a feira, o povo ficava sem poder atravessar o riacho”: a construção da ponte*

Mesmo que o urbano e o rural não se apresentassem nitidamente separados, e que as reformas não tenham conseguido imprimir ares tão modernos, tais melhorias representam a concretização do desejo de realizar em Aroeiras modificações a fim de que os cidadãos contassem com o mínimo de infraestrutura e não precisassem enfrentar mais os transtornos que atormentavam o viver urbano. Mas era necessário mais do que serviços de calçamentos para conferir ares urbanos à referida artéria. Nesse período, durante a gestão do então prefeito José Fernandes de Melo (1977-1982), iniciou-se também a construção da ponte de concreto armado para ligar a Rua Zeferino de Paula, antiga Rua dos Coqueiros, à Rua do Comércio, atual Rua Antônio Gonçalves.

À época, para realizar um percurso de uma dessas ruas até a outra era necessário realizar a travessia do riacho que corta a cidade. Para isso, a população contava com uma ponte improvisada para passar de um lado a outro. O senhor Manoel Andrade, descreve a ponte. Sobre tal construção, relatou-nos:

Fizeram até uma ponte de cabo, um vergalhão grosso. Botaram dois vergalhões, chumbaram do lado de cá, chumbaram do lado de lá, aí colocaram uns paus grossos pras pessoas passarem em cima, porque, nos tempos de cheia, ali ficava ilhado. Se fosse pra voltar, não podia passar, não. Essa ponte era só para as pessoas passar. Os carros ficavam ilhados, até a água baixar. Era uma agonia! Depois que fez a ponte [de concreto], acabou-se, né? Aí ficou bom. Melhorou muito!<sup>59</sup>

A construção dessa ponte, assim como as reformas dos outros espaços, é vivenciada de forma diferente pelos diferentes sujeitos. Contudo, atentando para o aspecto da mudança física, sabe-se que, depois dessa construção, a principal via de circulação de Aroeiras tornou-se bem mais estruturada, menos insalubre. Afinal, “ali, naquela ponte, era só água à vontade. Uma vez, eu tive que me hospedar do outro lado, esperando com as crianças que eu tinha levado para Campina, esperando a água baixar para voltar pra casa”.<sup>60</sup> Assim como a senhora Severina Muniz, muitos moradores simplesmente não conseguiam realizar a travessia nos períodos chuvosos.

As pessoas rememoram, em suas narrativas, os muitos sábados nos quais os feirantes não podiam adentrar a Rua do Comércio para vender suas mercadorias. Os moradores das

<sup>59</sup> Manoel Francisco de Andrade. Concedeu-nos entrevista no dia 20 de outubro de 2013.

<sup>60</sup> Severina de Souza Muniz. Concedeu-nos entrevista no dia 12 de maio de 2013.

localidades rurais certamente também voltaram, muitas vezes, sem comprar os alimentos que seriam consumidos por suas famílias. Esse cenário sem infraestrutura foi redesenhado para ganhar os contornos de uma paisagem urbana, para edificar uma infraestrutura que permitisse a circulação de carros e pedestres, como contou o senhor Gilberto Bezerra, que nos disse:

Ah, mudou muito! Tinha época que, em dias de chuva, interrompia até a feira. O pessoal não passava no riacho. Acontecia de você vim para a feira e voltar. O pessoal dessa região aqui, do Mirador, vinha e voltava porque não tinha ponte para atravessar e chegar até o comércio. Ou então esperava baixar. Mas, se fosse dia de chuva, não baixava. Muitas vezes o pessoal ficava ilhado ali, sem poder subir.<sup>61</sup>

Inaugurada durante a gestão de Gilberto Bezerra de Souza (1983-1988), essa ponte de concreto armado junto à junção do calçamento da avenida central com a atual Rua Antônio Gonçalves possibilitou a travessia de carros e pedestres que seguissem da Rua Zeferino de Paula em direção ao Centro, ou vice-versa, diminuindo os transtornos vivenciados durante os dias de cheias do riacho, uma vez que muitos habitantes passariam a poder retornar às suas residências sem se preocuparem com o nível da água do riacho, pois aquele trecho passou a dispor de uma ponte para auxiliar na travessia daquele ponto do urbano.

Não há dúvida de que a construção da ponte trouxe mais conforto para a vida da população, bem como contribuiu para melhorar esteticamente a cidade. Entendemos que sua construção também representa certo cuidado com o embelezamento urbano. Assim, outras significações seriam construídas para Aroeiras, que, outrora, tinha sua principal rua de acesso cortada por um riacho que em dias chuvosos dificultava o acesso de carros e pedestres. Para refletir ainda sobre essas reformas, a fotografia seguinte (imagem 04) é bastante elucidativa, permitindo algumas considerações.

Na imagem captada pelo fotógrafo, vê-se um grupo de homens parados, conversando. Os mesmos que, na primeira fotografia deste capítulo, passeavam nas proximidades do que atualmente é a Avenida José Pedro de Melo. O fotógrafo registrou através dessa imagem o ponto em que o percurso foi interrompido, e os senhores pararam para dialogar. Observando-se mais detidamente a fotografia, pode-se perceber que, apesar da distração da conversa entre os homens, o olhar da coletividade está voltado para um único ponto: muito provavelmente contemplam o local onde será construída a ponte. Na imagem, no entanto, não é possível visualizar esse local.

---

<sup>61</sup> Gilberto Bezerra de Souza. Concedeu-nos entrevista no dia 12 de maio de 2013.

*Imagem 04:* Autoridades reunidas nas proximidades do local onde a ponte fora construída.



Fonte: Acervo pessoal do senhor José Fernandes de Melo.

Assim, através da fotografia visualizamos alguns elementos bem relevantes, acerca dos quais algumas reflexões se fazem necessárias. Em primeiro plano, é possível enxergar as péssimas condições das vias de circulação do município. Como eram estradas de terras, as chuvas contribuía para agravar a situação. Na imagem, percebe-se a acumulação de água das chuvas, denunciada por pequenas poças. Além desse aspecto da estrada de chão, nota-se também a presença expressiva da vegetação compondo a paisagem, tal como registrada pelas lentes do fotógrafo.

Outro elemento na imagem chama a atenção. Trata-se de um veículo que estava de passagem pelo local. Acredita-se que realizava o percurso de volta, rumo a algum dos sítios da zona rural. Geralmente, as pessoas que residiam nos sítios, quando não andavam a pé ou no lombo de animais, valiam-se desse tipo de veículo para chegar à zona urbana. Por transportar pessoas e ter boa parte do seu espaço ocupado por mercadorias, é possível que, no dia em que este veículo estava realizando o transporte, a feira estava sendo realizada. A nossa hipótese fundamenta-se no fato de naquela época as pessoas comprarem alimentos aos sábados, pois o

comércio existente na semana era pouco expressivo. O dia ideal para comprar mercadorias para o consumo era o dia em que a feira se realizava.

Sugerimos, então, que era um sábado, dia no qual a feira acontecia, também devido à presença das autoridades políticas. À época, não era nada fácil trazer as pessoas do sítio até a cidade, o que implicava gastos elevados, uma vez que transportes automotivos eram pouco frequentes, sobretudo na zona rural do município. Para contornar o problema, o dia de realização da feira era o mais indicado para trazer autoridades políticas até a cidade. Nesse dia, as ruas ganhavam mais movimento, mais pessoas transitavam pela cidade; sem dúvida, era o dia mais propício para mais pessoas tornarem-se conhecedoras da visita das autoridades políticas e, conseqüentemente, das obras que seriam realizadas em prol do município. Nas palavras do senhor José Fernandes, geralmente “aproveita-se os dias de feira”.<sup>62</sup>

Podemos perceber que a reconfiguração da antiga Rua dos Coqueiros, a edificação do Hospital Municipal, assim como a construção da ponte sobre o riacho que cortava a cidade, são reformas que sinalizam a expansão do urbano de Aroeiras, que estava ganhando outras configurações. Tais remodelações também são lembradas pelos moradores como responsáveis por melhorar as condições de vida. É como aqueles que transitavam ou residiam na cidade interpretam as reformas dos espaços. Acredita-se que essas pessoas não só presenciaram as alterações físicas, elas as viveram, significaram-nas, construíram percepções sobre todas essas modificações que estavam ocorrendo. Condizente com esse ponto de vista, destacamos, por exemplo, o depoimento do senhor Manoel Andrade:

[A cidade] melhorou muito! Ali, onde hoje é aquela ponte, aquilo ali era um riacho. Aquele riacho passava ali, pelo posto, e despejava no meio da rua. Tinha um pé de caibera [tipo de árvore] velho; já conheci ele velho. Naquele riacho ali era a cheia, era a cheia. Era tudo na terra! O trabalho, quando tinha água pra passar ali, era o maior do mundo. Encruzar a água era um sacrifício. Aí, depois desviou o riacho e botou pro outro lado. Ali, no posto [situado na atual Rua Zeferino de Paula, próximo à referida ponte], deixou de ser riacho ali. Aí passou pra esse daqui. Mas continuou a água, né? Aí, com o tempo, depois veio Fernando Pedro, aí ajeitou e fez aquela ponte, né? Fez calçamento, ponte. Aí se acabou a agonia da água.<sup>63</sup>

O relato destaca as modificações da paisagem e como o morador as interpretou. Mas há uma informação a mais, sobre a qual se deve refletir. Trata-se da ponte improvisada, construída no local, já mencionada antes. Não necessariamente da ponte em si, mas do fato de ter sido ela construída, sobretudo, para que o caminhar do pedestre pelo espaço urbano não

<sup>62</sup> José Fernandes de Melo. Concedeu-nos entrevista no dia 12 de maio de 2013.

<sup>63</sup> Manoel Francisco de Andrade. Concedeu-nos entrevista no dia 20 de outubro de 2013.

fosse interrompido. Isso sugere a existência de poucos veículos automotores transitando de forma pouco frequente pelas vias de circulação. Acredita-se que era usual andar a pé pelas ruas, de modo que, a construção da ponte de concreto também pode ser um indício de que estava ocorrendo mudanças, de que o cenário vinha ganhando outras configurações, de que os carros circulavam mais frequentemente.

Os moradores não destacam uma mudança intensa no trânsito. Quando tocam nesse tema, apenas rememoram que, ao longo da década de 1970, a principal forma de locomover-se era a pé, para aqueles que se deslocavam dentro de Aroeiras, ou no lombo de animais, transporte utilizado por aqueles oriundos de localidades mais distantes ou de outras cidades próximas, como Umbuzeiro. Do final da década de 1970 em diante, rememoram uma maior inserção de veículos automotores. Nesse período, relembram os primeiros ônibus circulando e fazendo linha para Campina Grande. As pessoas se remetem a uma intensificação no trânsito da cidade somente na década de 1990.

Desta feita, percebe-se, então, que o cenário outrora muito ruralizado começa a ser pintado com outras cores. Nesse sentido, a partir da década de 70, verificamos também em Aroeiras — no que se refere à urbanização e à expansão no sentido oeste — a construção de um matadouro público, inaugurado em 14 de novembro de 1978 (ANDRADE, 1984, p. 62). O matadouro foi construído na zona oeste, em uma área um pouco distante das ruas mais centrais. Nos dias atuais, as ruas dessa parte da cidade estão completamente integradas e têm caráter residencial; contudo, à época, era desabitada e, por isso mesmo, constituía um local propício para tal instalação.

Acredita-se que, como ocorreu em tantas outras cidades brasileiras, em Aroeiras também se manifestou a pretensão de regulamentação de certas práticas inadequadas para o que era legitimado como sendo o modo de vida urbano. É sabido ainda que certas premissas de modernização, expressas nas reformas urbanas, estão repletas, dentre outras ideias, de preceitos sanitaristas ancorados em princípios de higienização. Sem dúvida, a construção do matadouro não deixa de ser uma resposta a essas reivindicações, visto que em Aroeiras a matança dos animais podia ser descrita da seguinte forma:

O matadouro era no chão. Ali, próximo ao hospital, não tinha casa, não. Botava dois paus para matar os bois, forrava uns sacos no chão. Tinha boi que se soltava, dava trabalho, ia embora. Aí, Antônio Pedro, que a gente chama Antônio Pedro “Gordo”, fez um curral para os bois não ir embora.<sup>64</sup>

---

<sup>64</sup> Manoel Francisco de Andrade. Concedeu-nos entrevista no dia 20 de outubro de 2013.

Percebe-se, a partir do relato, como eram precárias as condições de trabalho e de higiene. As práticas pareciam escapar à fiscalização de qualquer tipo de vigilância, de modo que não se pode precisar se esta existia ou atuava ou não, no município. Como a proposta do trabalho é estudar as reformas e a inserção de alguns equipamentos urbanos, priorizando os significados que as memórias dos moradores atribuem às reformas, também responsáveis por alterar certas práticas, não nos interessa realizar maiores reflexões sobre a existência ou não de órgãos de controle sanitário na cidade à época.

Interessa-nos entender que, na memória dos moradores, essa construção modificou a paisagem de uma área rural, alterou os usos do espaço e possibilitou a regulamentação de certas práticas, outrora realizadas sem nenhuma regulamentação. É possível que os ideais de higienização e de salubridade estivessem norteando a edificação desse equipamento. Sem dúvida, essa obra deve ter sido representada como um avanço para uma cidade do porte de Aroeiras à época.

Além da Avenida Zeferino de Paula e da ponte de concreto armado, o espaço da atual Avenida José Pedro de Melo (imagem 05) também foi reconfigurado. Com um hospital edificado em sua paisagem, a área também seria contemplada com serviços de calçamento, meio fio e alguns canteiros arborizados, durante a segunda gestão de José Fernandes de Melo (1993-1996). Nela, também foi edificada uma pequena praça para os momentos de sociabilidade da população. Esta rua, na década de 1970, segundo os relatos de memória dos entrevistados, sediava uma matança de animais, antes da construção do matadouro público. Na memória dos entrevistados, era uma rua pouco habitada.<sup>65</sup>

Assim como a atual Avenida José Pedro de Melo, a Rua Padre Leonel França também foi contemplada com os serviços de construção de calçamentos.<sup>66</sup> Área outrora ocupada por roçados, plantações de algodão e algumas poucas casas, habitações rememoradas como pertencentes a pessoas simples, nela foi construído um muro baixo, devido a um declive acentuado de um lado a outro dessa rua e à presença de muitas pedras. Extensivo a todo trecho da Rua Padre Leonel França esse muro cortou ao meio a via de circulação, que não foi planeada, continuando com um declive, o que resultou em uma rua com um lado da via de circulação mais elevado e o outro bem mais baixo. Para amenizar essa diferença, devido à impossibilidade de planejar o terreno, à época, foi edificado ao meio da via de circulação o referido muro para amenizar o declive.

---

<sup>65</sup> Esses serviços foram realizados durante a segunda administração de José Fernandes de Melo (1993-1996).

<sup>66</sup> Parte da Rua Padre Leonel França foi calçada durante a gestão de Joaquim Antônio de Andrade (1969-1973).

*Imagem 05: Vista parcial da Avenida José Pedro de Melo.*



Fonte: Acervo pessoal do senhor José Severino da Costa Barbosa.

A construção do muro estabeleceu a separação dos lados da rua, e também serviu para disfarçar que um lado do calçamento é bem mais elevado que o outro. O muro decorado, assim como a praça daquela rua, também foi construído para embelezar, tornar mais atrativo esse espaço urbano. Nessa nova praça, muitas sociabilidades seriam desencadeadas, e a nova paisagem, sem dúvida, seria significada de outra forma pelos moradores, praticantes daquele espaço.

Assim, o pedestre que se deslocasse da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário e seguisse na direção oeste, em direção ao hospital, não precisava mais passar pelas ruas esburacadas nem visualizaria a vegetação expressiva outrora existente. Seguindo em linha reta, passando pelo hospital e depois em frente ao cemitério, o pedestre caminharia pelas pedras do calçamento construído e veria outra paisagem com novas cores, outros cheiros, outros ritmos. Essa via de circulação é significada pela memória do senhor José Severino como um espaço sobre o qual ele rememora a inserção de um elemento apresentado como moderno:

Antigamente, os defuntos eram transportados em redes. Quando foi construído esse cemitério aqui, que é de depois de 1970, o cemitério novo, o ao lado, porque o velho já existia, teve o primeiro defunto que foi transportado por um carrinho. Esse carrinho era feito com rodas de bicicleta. Foi no mandato de José Fernandes de

Melo; ele administrou em dois mandatos. Aquilo foi uma modernidade! Quando esse carrinho passou nessa rua aqui, calçada, o pessoal era tudo correndo pra vê. Foi uma modernidade.<sup>67</sup>

Sem dúvida, é um elemento diferente que adentra no cotidiano de mesmice da pacata cidade. Percebe-se claramente que, para os habitantes, modernos são elementos novos que adentram no urbano. Compreende-se que a chegada daquele equipamento não significava a inserção de um elemento moderno, mas certamente o corpo do morto transportado nesse carrinho atraiu alguns curiosos e deve ter sido objeto de comentários durante esse dia em Aroeiras. Afinal, essa era a primeira vez que alguém era transportado dessa maneira; o que, sem dúvida, explica a compreensão de que, para um contexto de pobreza, de tantas privações, o acontecimento é significado por esse senhor como uma prática moderna.

Além dessas reconfigurações espaciais, antes já mencionadas, também foi expressiva as mudanças nos nomes das ruas. Percebemos que, antes do processo de reformas, as ruas recebiam nomes que eram oriundos das vivências dos moradores e da relação que eles estabeleciam com os espaços. Eram muito comuns nomes que faziam referência às condições naturais das áreas em que as ruas estavam situadas. Para exemplificar, mencionamos a Rua dos Coqueiros, a Rua do Olho D'Água, e a Rua do Comércio.

Com a inserção de equipamentos urbanos, essas ruas passaram a serem denominadas com o nome de pessoas que, por algum critério, eram consideradas pessoas importantes para a história daquela rua e para a cidade de forma geral, e, por isso, seus nomes poderiam ser utilizados para nomeá-las. Sobre esse processo, Certeau (1994, p. 172) sugere que tais nomes

tornam habitável e crível o lugar que vestem com uma palavra (esvaziando-se do seu poder classificador, adquirem o de “permitir” outra coisa: lembram ou evocam os fantasmas (os mortos supostamente desaparecidos) que ainda perambulam, escondidos nos gestos e nos corpos que caminham; e enquanto nomeiam, isto é, impõem uma injunção vinda do outro (uma história) e alteram a identidade funcionalista afastando-se dela, criam no próprio lugar essa erosão ou não lugar cavado pela lei do outro.

As reformas, apesar de promoverem mudanças significativas que reconfiguraram os espaços, são processadas de forma muito lenta. Com as transformações, o que antes já era consolidado convive, de forma conflitante ou não, com as novas práticas que os espaços construídos possibilitam, já que a mudança na estrutura material interfere nos hábitos de consumo e nas maneiras de utilizar o espaço urbano. Para os moradores, a cidade vai se tornando moderna quando o novo vai adentrando

---

<sup>67</sup> José Fernandes de Melo. Concedeu-nos entrevista no dia 12 de maio de 2013.

### 2.1.3 “Era muito atrasado, aí depois é que começou a se modernizar”: a construção do matadouro

Antes desse matadouro, nós tínhamos aqui uma matança. Era ali, onde é a casa de Esther [localizada na atual Avenida José Pedro de Melo]. Era uma matança. Ali existia... Era como se fossem duas baraúnas. Eram. Matavam e penduravam os bois, né? Eles matavam, penduravam e tiravam o couro. Nós víamos muitos bois de máscara. Por sinal, levei muita carreira de boi [risos]. Eles também transportavam para o mercado, nos carros de mão. Na década de 1970, ainda tinha as embiras de agaves. Cortava, botava os agaves e comercializava. Era muito atrasado!<sup>68</sup>

A partir do relato do entrevistado, nota-se que a construção do matadouro é significada como responsável por trazer certo avanço para a cidade. As pessoas compreendem que as práticas de trabalho outrora existentes sinalizam o atraso e a falta de desenvolvimento. Aroeiras teria se modernizado a partir da inserção desses novos elementos. Nesse sentido, compreendem que a inserção de elementos novos significava que elementos modernos estavam sendo inseridos no urbano, já que para os moradores o novo é o moderno, e o que outrora existia torna-se velho, arcaico. Segundo a senhora Severina Muniz: “Aroeiras era muito atrasada, depois é que começou a se modernizar”.<sup>69</sup>

Sobre ela, destacam corriqueiramente o contexto de carências. Na mesma perspectiva, o senhor Manoel Andrade discorre a respeito de como as mercadorias eram comercializadas em dias nos quais a feira se realizava. Relembra o período em que a feira acontecia dentro do Mercado Público, uma construção edificada na primeira metade do século XX e que passou por diversas reformas, sendo ampliado e ganhando alguns espaços para a comercialização de carnes. A feira foi se transformando e ocupando mais espaços pelas ruas de Aroeiras. O mercado continuou a abrigá-la, mas, no passado, nele não se realizava a feira de carnes, como nos dias atuais.

O relato do senhor Manoel Andrade nos informa que a cobertura do mercado abrigava uma diversidade de produtos comercializados. Compreende-se que, para os moradores, as formas de comercialização dos produtos ficaram mais modernas, muito embora o que eles chamem de “moderno” não aparente ser tão moderno assim, nem se distancie tanto do que antes existia.

A farinha era no mercado, em cima de umas lonas. Era assim. Era o povo enguiçando, era uma seboseira. Botaram tudo nos caixotes porque era assim: forrava uma lona no chão, despejava o saco de farinha. Era um aperto de gente — pisava, enguiçava e o dono juntava tudo pra não perder [risos]. Era assim. O povo comprava

<sup>68</sup> José Severino da Costa Barbosa. Concedeu-nos entrevista no dia 21 de maio de 2013.

<sup>69</sup> Severina de Souza Muniz. Concedeu-nos entrevista no dia 12 de maio de 2013.

farinha desse jeito. Aí, veio Seu Antônio Pedro e fez os caixotes. Era, todo mundo, um caixote. Aí melhorou, ficou menos atrasado.<sup>70</sup>

A partir da rememoração desse entrevistado, percebe-se que mesmo reformas não muito expressivas alteram as práticas dos moradores e, em certa medida, modificam os costumes. Aproveitando esse fio de compreensão, esclarecemos ainda que nossa hipótese é a de que as reformas são, antes de tudo, um processo de estruturação do urbano, de mudança dos usos dos espaços, de alteração das práticas cotidianas, uma vez que muito do que é dito pelos moradores como sendo moderno são serviços básicos, não tão modernos ao mesclarem-se com a realidade local. Assim, compreende-se que a instalação de diversas melhorias urbanas não foi responsável por conferir a Aroeiras um caráter de cidade moderna.

Pode-se inferir também que as modificações dos espaços foram responsáveis, acima de tudo, por redefinir a paisagem urbana. São melhorias que se materializam em obras que compreendemos como tentativas de suplantar os aspectos rurais, de fazer com que estes desaparecessem. A inserção de equipamentos urbanos, como o matadouro, contribuiu para a redefinição da paisagem e a expansão urbana de Aroeiras em direção a zona oeste. A nossa hipótese é a de que a urbanização seguiu substituindo o que outrora era predominantemente rural. Nesse sentido, a imagem seguinte (imagem 06) é muito elucidativa para uma reflexão sobre esse processo.

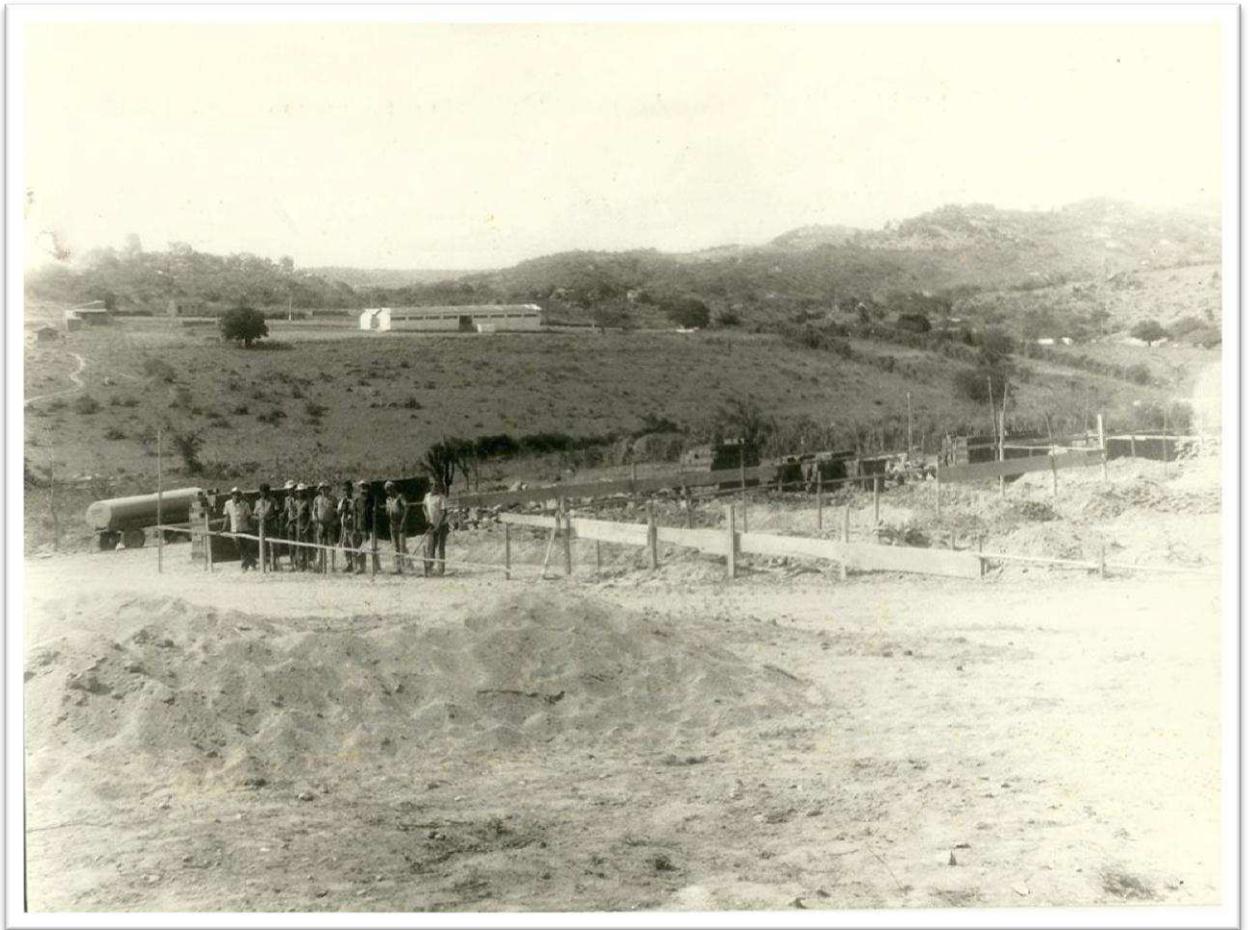
Trata-se do Matadouro Público Municipal em construção. A imagem nos permite ver o início da construção e possibilita uma compreensão da expansão urbana, pois a edificação do matadouro começou a ser feita em uma área um pouco distanciada da área mais central. O pedestre que se deslocasse do centro até o local caminharia por onde, nos dias atuais, é a Avenida José Pedro de Melo, passaria pela área onde foi construído o hospital e pelo local ocupado pelo cemitério, e, depois, chegaria até o local da construção do matadouro.

O matadouro foi construído para suplantar certas práticas. A sua funcionalidade, sem dúvida, é o abatimento de animais de acordo com alguns preceitos de higiene. Mas não é só isso. Essa construção retirava do convívio dos moradores certos costumes, pois, a partir de então, em Aroeiras, existiria um lugar específico para abater os animais — sem dúvida, uma obra que, ao realizar-se, contribuiria para que discursos emergissem e a categorizassem como um aglomerado populacional no qual as pessoas em seu convívio cotidiano podiam senti-la como um lugar agradável, portador de equipamentos modernos. Essa construção é, com toda certeza, uma tentativa clara de imprimir ares de desenvolvimento a cidade de Aroeiras.

---

<sup>70</sup> Manoel Francisco de Andrade. Concedeu-nos entrevista no dia 20 de outubro de 2013.

*Imagem 06: Matadouro Público em construção.*



Fonte: Acervo pessoal do senhor José Fernandes de Melo.

Para construí-lo, escolheu-se um local um pouco afastado da área Central, situado na direção oeste da área, já urbanizada, de Aroeiras. Na foto, é possível visualizar algumas pessoas que, possivelmente, seriam trabalhadores da construção, posando para o fotógrafo que captava a imagem. A alguns metros de onde esses homens estão, entre o declive dessas duas porções, há um riacho seguindo desse ponto na direção leste, que, mais adiante, corta a cidade nas proximidades da Rua do Comércio (atual Rua Antônio Gonçalves). É o mesmo riacho sobre o qual foi edificada a ponte que passou a ligar a rodovia de terra com o segmento já urbanizado da cidade à época.

Além da imagem do matadouro em construção e da paisagem predominantemente rural, na foto, existe uma construção de alvenaria que ganha destaque em meio à vegetação, entre as árvores e cercas de avelós que existiam naquelas proximidades. É o prédio onde funcionava o Ginásio Comercial Cônego Antônio Ramalho, construção iniciada em 1972,

aparentemente já concluída e já em funcionamento quando teve início a construção do matadouro, inaugurado em 1978.

À frente do prédio da referida escola, está o local da construção da Avenida Zeferino de Paula. Um pouco mais ao leste, é o local da construção do Banco do Brasil e, mais adiante, no mesmo sentido, foi edificada a ponte que faria a ligação das porções cortadas pelo riacho. Antes de chegar até a ponte, existia uma estrada, na direção sul, que ligava a atual Zeferino de Paula à atual Avenida José Pedro de Melo, onde foi edificado o hospital. Para chegar até aquele estabelecimento de saúde, era necessário realizar a travessia desse riacho, situado a alguns metros do matadouro em construção, na atual Rua Manoel Siqueira Luna, a qual foi pavimentada somente na segunda gestão de Gilberto Bezerra de Souza (2000-2004).

Retomando a discussão sobre a edificação do Matadouro, devemos pensar que essa edificação, notadamente, pode ter sido construída para promover a higienização das vias de circulação da cidade; espaços delimitados como urbanos, mas que abrigavam práticas rurais pensadas como não adequadas para uma urbe em crescimento. Contudo, esses discursos higienistas vigentes em cidades de porte maior, com mais feição de urbanidade, adentram a de pequeno porte, através de processos externos à realidade local. Mas, em certa medida, acabam ditando o colorir da urbanização, isto é, as cidades pequenas acabam sendo moldadas e reconfiguradas por processos que estão ausentes dela. Isso implica resistências locais que, a nosso ver, expressam-se nos outros usos realizados pelos cidadãos e em outras compreensões.

Nesse sentido, em Aroeiras, o Matadouro Municipal foi edificado, mas os antigos costumes de abater animais em campos, sem seguir nenhum preceito de higiene persistiam, conviviam com os novos hábitos que estavam emergindo, uma vez que, na compreensão dos moradores da pequena cidade, eram ações tão legítimas e viáveis quanto as práticas que estavam emergindo. A senhora Raimunda Maria informou que essa forma de abate sempre existiu e persiste até os dias atuais no município, e as pessoas, acostumadas, consideram legítimas a existência de tais práticas “dissonantes”, que deveriam ter sido suplantadas pela construção do matadouro.

Note-se ainda que o local onde o matadouro foi edificado era um segmento da cidade cuja ocupação ainda não havia se iniciado, diferentemente do que já acontecera em outras partes, onde já existiam habitações e alguns serviços de melhorias urbanas já haviam sido implantados. Assim, não é forçoso afirmar que a área acabou ganhando mais movimento com a construção do matadouro; no entanto, a ocupação dessa porção da cidade foi motivada, sobretudo, pela construção de conjuntos habitacionais, iniciados a partir da década de 80, após

a construção do matadouro. Esses são alguns dos aspectos da urbanização e da expansão no sentido oeste da cidade.

#### ***2.1.4 “Aí a pobreza pôde ter uma casa”: a edificação dos conjuntos habitacionais***

Sobre a expansão desencadeada pela construção dos conjuntos habitacionais, sabe-se que resultaram das ações políticas das diversas esferas. No entanto, as construções da esfera municipal ganham destaque nos relatos de memória dos entrevistados, porque muitos terrenos teriam sido adquiridos pela prefeitura, a qual, em diversos períodos, construiu habitações populares para os moradores — esses conjuntos habitacionais de pequeno porte, em número de dez a quinze moradias pequenas, construídas no mesmo padrão.

O número expressivo de casas que formam os conjuntos habitacionais de Aroeiras é um aglomerado de pequenos conjuntos construídos em diversos períodos e por diversos gestores. Sua construção representou a gradativa substituição das casas de taipa por casas de alvenaria, em diferentes períodos, em diferentes partes da cidade. Também significou, para muitas famílias, a possibilidade de deixar de pagar aluguel. Para as pessoas da zona rural, representou uma ótima oportunidade de poderem vir residir na zona urbana do município, o que era desejo de muitos.<sup>71</sup>

Não é possível precisar exatamente quando se iniciou esse processo de construção de casas populares. Consta nas Atas do Legislativo o projeto de Lei nº 08/82, de 30 de dezembro de 1982. Esse projeto autorizou o poder municipal a doar às pessoas necessitadas terrenos para a construção de casas populares. Nele, consta que autorizou o poder executivo Municipal a doar à “Sociedade Comunitária de habitação popular de Aroeiras”, 130 (cento e trinta) terrenos localizados na sede, próximo ao campo de futebol, na estrada de Aroeiras à Natuba, em Gado Bravo, nas margens da estrada que liga Cacimbas à Gado Bravo e no sítio Torres, nas margens da rodovia PB 102, que leva à cidade de Aroeiras. O critério para receber tais doações era possuir uma renda de até dois salários mínimos.

Tratar sobre a habitação em Aroeiras é algo que nos remete a um processo em que, antes da edificação dos conjuntos habitacionais, as pessoas residiam em casas de taipa, situadas ao longo do perímetro urbano. Nos relatos dos entrevistados, é enfático o contexto de pobreza, a evidente falta de habitações salubres e as precárias condições de moradia, principalmente no

---

<sup>71</sup> Informações como essa estão presentes na quase totalidade das entrevistas feitas. Porém, para compor esse pensamento, utilizamos as informações fornecidas pela senhora Maria Amaro de Souza. Concedeu-nos entrevista no dia 13 de maio de 2013.

que dizia respeito às pessoas mais pobres. Entrevistado, o então candidato a prefeito à época dessas mudanças contou-nos:

Uma vez, eu andando, pedindo voto, eu cheguei em uma casa; era só aqueles paus assim. Eu olhei, eu digo: oxe! Eu olhei a casa: só era uns paus assim, coberto com umas telhas assim, e quem tivesse do lado de fora via todo movimento dentro de casa. [...] O conjunto era o seguinte: eu comprava os terrenos, na época a prefeitura tinha sete terrenos, eu dava o material e mandava os pedreiros para ir construir. Construía até terminar. Aí, eu dava a casa à família. No São Domingos, eu também comprei o terreno e ajudei a construir. [...] E saiu gente chorando, porque não deu para todo mundo. Na época, quem veio morar no conjunto... Veio família que morava na Serra de Uruçu [zona rural]. E veio morar no conjunto.<sup>72</sup>

Os conjuntos, formados por moradias de alvenaria, foram construídos também para alterar esse cenário, substituir as casas de taipa da cidade. Uma sucessão de pequenos conjuntos habitacionais foi ocupando a porção oeste de Aroeiras. Esses conjuntos, sem dúvida, preencheram os vazios que outrora existiam e contribuíram para a expansão em direção ao que atualmente é o sítio Uruçu, localizado no sentido oeste. Nas construções, também é possível visualizarmos, no que diz respeito à moradia, pretensões de urbanizar e embelezar as ruas. Contudo, essa pretensão de urbanização atrelada ao crescimento local foi realizada à custa de algumas privações.

Os conjuntos foram edificados em áreas que não passaram sequer por serviços de calçamento. Com exceção da luz elétrica, não havia outros equipamentos urbanos. As casas foram construídas em espaços rurais, o que implica dizer que a ocupação e a expansão urbana foram realizadas à custa de certas privações das pessoas que neles passaram a residir, como, por exemplo, a ausência de água salubre e canalizada. Uma visão desses conjuntos (imagem 07) edificados em Aroeiras nos permite refletir sobre eles.

Observando-se essas casas, fica logo evidente a falta de infraestrutura no local, nessas áreas onde a cidade crescia em uma direção bem afastada do Centro. As casas ali edificadas não eram contempladas com água encanada para dentro delas, nem contavam com um serviço de rede de esgoto. A princípio, os conjuntos foram erguidos, acompanhados da promessa de que também seria construída uma infraestrutura adequada. Porém, somente bem depois da construção, essas moradias seriam contempladas com serviços de urbanização, sendo que, na realidade, até os dias atuais, grande parte dos conjuntos continua sem poder contar com esses elementos não apenas relevantes, mas imprescindíveis.

*Imagem 07: Conjunto Henrique Cavalcante, construído durante a gestão de Gilberto Bezerra de Souza (1997-2004).*

---

<sup>72</sup> José Fernandes de Melo. Concedeu-nos entrevista no dia 12 de maio de 2013.



Fonte: Aroeiras 50 anos. *Revista especial – Emancipação política: prestando contas.*

Na imagem do Conjunto Henrique Cavalcante, é possível visualizar a energia elétrica, equipamento urbano existente nessas habitações muito simples, mas que eram moradias muito almeçadas no contexto de Aroeiras. Muitas das famílias que ocuparam e ocupam as casas fizeram isso através de invasões coletivas, como relatou o senhor Manoel Andrade, que nos disse:

Aquele conjunto lá em cima, o Cehap, né? Era mais pequeno. Aí, fizeram e ficou fechado. Aí, veio Zé do Patrocínio, tomou a frente e quebraram tudo. Fizeram aquela festa e invadiram. Botaram o nome de Malvinas [risos]. Ficou lá, e o povo tudo se acabando sem casa. Aquilo não tem um documento. Invadiram, tomaram conta e ficou por isso mesmo, até hoje! Aí, depois, doaram uns terrenos e foi enchendo de casa. Era tudo pobre, não tinha onde morar. E eles não queriam entregar as casas. O povo não tinha direito? Tinha! Era público. Estava lá, fechado, e o povo precisando. Ganharam uma casa. [...] Esse foi o Cehap, o lá de cima.<sup>73</sup>

Assim, compreende-se que a cidade foi se expandindo, e esse crescimento nem sempre significou a constituição de feições de urbanidade. A população pobre que passou a morar nessa área suburbana vivia principalmente da agricultura, da criação de alguns animais domésticos, modos de vida que não se enquadram na experiência urbana, que não contribuem

<sup>73</sup> Manoel Francisco de Andrade. Concedeu-nos entrevista no dia 20 de outubro de 2013.

para conferir a uma cidade um caráter de urbanidade. Na porção oeste, muito próximo aos conjuntos habitacionais, foi construída a creche Elizabete Gomes da Silva, em 1984. Naquelas proximidades, durante a primeira gestão de José Fernandes de Melo (1977-1982), o cemitério foi ampliado, e o Clube Municipal de Aroeiras foi inaugurado em 1992, na gestão de Carlos Pessoa Filho (1989-1992).

### **2.1.5 “Água era de cisterna, de barreiro”: alguns relatos acerca do abastecimento de água**

Aos poucos, outros equipamentos urbanos dão outro tom à cidade de Aroeiras, na Paraíba. O cenário se define com a entrada de serviços de abastecimento de água. O Projeto de Lei nº 240, de 11 de junho de 1971, autorizou o executivo a celebrar convênio com a superintendência de obras do Plano de Desenvolvimento do Estado (SUPLAN), assim como com a Companhia de Água da Paraíba (CAGEPA), para a construção do abastecimento de água de Aroeiras. Durante muito tempo, a população sofreu sem essa melhoria, enfrentando os períodos de ausências de chuvas e desencadeando conflitos, verdadeiras brigas, por esse líquido tão necessário à sobrevivência humana.

A chegada do abastecimento de água pode ser compreendida como a inserção de um serviço urbano que sinalizava conforto e higiene, e desencadeava práticas salubres, trazendo melhores condições de vida para a população. Neste contexto, na cidade de Aroeiras, a água provinha de uma pequena cisterna situada abaixo da edificação do Mercado Público. A população — principalmente, os mais pobres — retirava uma quantidade limitada de água para o seu consumo, situação diferente da vivenciada por aqueles que podiam construir uma cisterna.

Eu tinha cisterna. Não cheguei a pegar água no mercado, não. Mas alcancei muito a festa do povo lá, as brigas. Era briga, era zuada, uma nojeira danada. Era! Faziam aquela fila de lata ali embaixo; vinha que fazia a curva ali, na Pedro Américo. Uma descendo e outra subindo, lá no mercado. Quando chegava água, enchia aquelas latas todinhas. O povo dava latada uns nos outros; era uma zuada danada. Aqui também tinha Pistola [apelido de um senhor cujo verdadeiro nome o entrevistado não mencionou] que tinha um bocado de jumento. Saía vendendo água nos jumentos, né? Era um bocado de jumento. Ele vinha tangendo os jumentos com água. Arrumava água de longe e saía vendendo na rua, e, dali do açude, a gente botava pra gasto. Era um preço, e, do açude, era outro. Ele carregava tudo em um tonel só. Até que um dia Emiliano Quintero disse que, se trabalhar enricasse, os cascos dos jumentos de Pistola eram de ouro [risos], porque ele trabalhava os sete dias, até de noite.<sup>74</sup>

<sup>74</sup> Manoel Francisco de Andrade. Concedeu-nos entrevista no dia 20 de outubro de 2013.

A referência ao termo “festa” está pautada no aglomerado de pessoas e no barulho das conversas dos moradores. Certamente, as latas sendo manuseadas e a água das torneiras enchendo os recipientes contribuía para a formação da sonoridade. Os desentendimentos são rememorados como frequentes. Essas tensões demonstram divergências no que diz respeito aos usos dos espaços. Naquele contexto de busca por água, as diferenças sociais parecem ganhar mais força. Por isso, na nossa compreensão, aquele era um local propício para tantos desentendimentos.

Além disso, as pessoas também articulavam ações criativas para garantir que não ficariam sem água. Organizavam grandes filas de latas e deixavam os filhos pequenos ao lado para tomar conta. Assim que o tão cogitado líquido chegasse à cisterna do mercado, os adultos viriam encher os recipientes e levá-los com água para casa. Nesse cenário, as desavenças eram frequentes. Muitos articulavam alguma *tática* e tentavam *burlar* a ordem estabelecida. Passavam na frente dos outros; não respeitavam a fila; tentavam pegar água a mais que o limite estabelecido (alguns entrevistados informaram que pegavam duas latas por dia, mas, se tivessem uma brecha, pegavam mais). Esse seria um dos motivos para tantas desavenças.

Com a emergência de conflitos, sem dúvida, as latas utilizadas para carregar água se transformavam em armas para agressão. Além disso, convém notar que o senhor conhecido por Pistola, mencionado no relato de memória do senhor Manoel Andrade, deveria realmente trabalhar muito, já que a demanda por água, em um contexto que poucos podiam construir uma cisterna, deveria ser mesmo grande. Ainda a esse respeito, acrescentou o senhor Manoel Andrade:

O abastecimento de água da cidade era o seguinte: quem tinha, era cisterna; quem não tinha, era daquele açude. Aí foi que o povo foi vendo a seboseira [sujeira], foram fazendo cisterna e foram comprando água fora. Era um caso sério, não tinha, não. Depois foi que conseguiram.

Seguindo essa mesma perspectiva de análise, o senhor José Fernandes também teceu seu relato. Ele nos diz: “o abastecimento de água era ali, no Mercado, e o povo brigando, as mulheres dando com a lata uma na cara da outra”<sup>75</sup>. O senhor José Severino informou que: “a água, o pessoal carregava nos burros ou em carroças”<sup>76</sup>. Sem dúvida, a chegada de um serviço de abastecimento de água encanada para dentro das residências alteraria notavelmente o

---

<sup>75</sup> José Fernandes de Melo. Concedeu-nos entrevista no dia 12 de maio de 2013.

<sup>76</sup> José Severino da Costa Barbosa. Concedeu-nos entrevista no dia 21 de maio de 2013.

cotidiano da cidade, interferiria nas práticas cidadinas desses moradores, que, a partir de então, passariam a ter água a sua disposição dentro de sua casa.

A instalação dessa melhoria desejada pela população local permitiu a construção de impressões, de novas sensibilidades associadas à ideia de conforto. A princípio, deve ter causado muito estranhamento, pois era um elemento novo, possivelmente desconhecido para a população local. Sobre isso, relatou-nos o senhor Manoel Andrade:

No dia que chegou, foi uma festa. No primeiro dia que chegou água, as mulheres estavam ali, dentro da Igreja [Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário], arrumando a Igreja. Aí, viram foi a zuada: xiiiiiiiiiiiiiiiiiiii... Era as mangueiras. As mangueiras não — as torneiras chiando. Aí, correu tudinho, gritando assombrada. Foi, foi aquela zuada, aquela correria. Aí, depois, foi que viram que era a água [risos]. Aí se aquietaram que era água. A primeira que chegou aqui foi assim [risos]. Aí, depois, ficou. Era água à vontade.

Contudo, grande parte dos entrevistados destacou só a precariedade do abastecimento, a irregularidade da chegada da água. A água encanada, um aparato moderno de conforto, assim como a singela cisterna do Mercado Público, são equipamentos representados como precários pelos relatos de memória dos cidadãos. Muitos dos entrevistados não vislumbram em sua inserção no urbano uma melhoria, como é o caso da senhora Severina Muniz. Ela nos diz: “água nunca teve. Tinha, mas não chegava. Sempre foi de cisterna, né?”<sup>77</sup>

Nesse sentido, as modificações, paulatinamente, foram redesenhando os espaços da cidade, afinal, como elucida o senhor José Fernandes: “Aroeiras era uma cidade pouco desenvolvida”. Isso posto, na cidade calma, de dias tranquilos, os espaços abarcam rupturas, sinalizam que tiveram sua paisagem modificada para acompanhar a expansão do perímetro urbano, incorporando o que até então eram áreas semelhantes a um sítio. Algumas práticas foram suplantadas, muito embora novos hábitos continuassem (e continuem) a conviver com costumes já consolidados.

Assim, durante os anos que vão de 1970 a 1990, reformas espaciais foram realizadas na pequena cidade de Aroeiras, e, com elas, alguns equipamentos urbanos foram inseridos. Estes, não suplantaram o “velho” já existente, as práticas já consolidadas, embora tenham provocado alterações no cotidiano da cidade e impactado a vida das pessoas. Nas memórias dos moradores que testemunharam esses acontecimentos, as mudanças não se deram apenas no espaço físico, mas também nas formas de viver, de significar, na maneira de cada um experimentar a urbe.

<sup>77</sup> Severina de Souza Muniz. Concedeu-nos entrevista no dia 12 de maio de 2013.

## 2.2 UMA CIDADE TRANSFORMADA?: UM PASSEIO PELOS ESPAÇOS URBANOS DE AROEIRAS

*Imagem 08: Vista panorâmica da Cidade de Aroeiras (década de 1980)*



Fonte: ANDRADE, 1984, p. 44.

Acredita-se que a leitura da malha urbana diz muito sobre a experiência histórica de uma cidade. A fotografia acima é uma imagem captada do alto, de um ponto de vista fixo e elevado. Essa é a cidade enxergada pelos olhos do planejador urbano. Por ser uma visão de cima, perdemos alguns detalhes, mas ganhamos em síntese. É pensando nessa perspectiva que a imagem será analisada. Assim, torna-se interessante tecer algumas considerações sobre as mudanças e permanências dos espaços do urbano a partir da referida fotografia, que nossa compreensão torna possível a elaboração de reflexões sobre a experiência urbana aroeirense.

Nela, em primeiro plano visualiza-se a atual Rua Eptácio Pessoa (antes Rua do Alto). Nesse ponto elevado de Aroeiras, nota-se a existência da energia elétrica de Paulo Afonso, extensiva às residências dos moradores. As pequenas casas de alvenaria, possivelmente de pessoas pobre, estão situadas em uma rua já calçada, com meio fio, ou seja, uma área com alinhamento, já contemplada por alguns equipamentos, sinais claros de que nessa porção de Aroeiras já foram efetivadas algumas medidas de urbanização.

Assim como esses outros elementos, as árvores dispostas pelas ruas são indícios de uma preocupação com ideais de urbanização, com princípios modernizadores que visam promover o embelezamento da malha urbana. Nesse sentido, as árvores, os canteiros no urbano são símbolos do moderno. Mas, no contexto local, não as visualizamos como árvores podadas, suntuosas, responsáveis por imprimir sensações de que um modo de vida urbano, moderno, estava se consolidando na cidade.

As moradias são, provavelmente, de pessoas simples, visto que as construções seguem o mesmo padrão: a porta de entrada e uma ou duas janelas. A rua que aí se vê foi calçada na década de 1960 (GOMES, 2012, p. 172), e, como já dito, acreditamos que nela moravam pessoas pobres, não só em razão dos indícios presentes nas construções, mas também de sua localização, que igualmente aponta para isso. O que condiz com as informações cedidas pelo senhor Manoel Andrade, segundo quem, “ali tinha umas casinhas. Era pouquinho. Era umas casinhas estragadas de salitre. Era umas casinhas pouquinhas, fraquinhas. Aí, depois, foi melhorando, foi construindo umas casas boas por ali.”<sup>78</sup>

À época, as moradias das famílias mais abastadas estavam localizadas na parte menos elevada, que é a área Central da cidade, ou seja, na atual Rua Antônio Gonçalves (antiga Rua do Comércio), situada após o ponto onde acaba o declive, onde se observa intenso movimento humano disposto ao longo de toda rua. Mas, antes de chegar àquele aglomerado populacional, o pedestre precisava atravessar um trecho sem calçamento, quase sempre lamacento devido à proximidade com um riacho. Aquele trecho esburacado, cheio de pedregulhos, dificultava a passagem, causava transtornos, atrasava o caminhar. Na visão de um planejador urbano, certamente, também enfeava a paisagem. A respeito dessa área, contou-nos o senhor José Fernandes que “o ex-prefeito, Gilberto, morava ali, naquela casa de frente, e passava ali por cima das pedras cheias de lama. [...] A lama dali era podre, eram os porcos revirando, um mau cheiro!”<sup>79</sup>

Percebe-se que a cidade era pouco urbanizada. O senhor Gilberto, mencionado no relato do senhor José Fernandes, foi prefeito na década de 1980. Seu primeiro mandato iniciou-se no ano de 1983. O trecho da rua mais Central, não urbanizada, ficava ao lado da sua moradia à época. Acreditamos que essa informação é um indicio de que, em Aroeiras, o urbano era constituído por porções rurais. Sem infraestrutura, à esquerda da fotografia, visualiza-se o

---

<sup>78</sup>Manoel Francisco de Andrade. Concedeu-nos entrevista no dia 20 de outubro de 2013.

<sup>79</sup>José Fernandes de Melo. Concedeu-nos entrevista no dia 12 de maio de 2013.

lugar onde uma rodoviária foi erguida. O Terminal Rodoviário Antônio Tavares reconfigurou e conferiu novos usos àquela área do urbano.

Ali eu alcancei uma vargem de capim. Era uma vazante de capim. Quando acabaram a vazante, fizeram um campo de futebol. Aí jogavam Antônio Tavares, Mauro Moura... Eram os caras que jogavam bola naquele tempo. Eu não me lembro mais quem era. Antônio Tavares tinha ônibus, ou melhor, ele tinha misto, um caminhão que tinha três cabines. Depois, comprou ônibus, aí ficou na linha. Nesse tempo, acharam certo botar o nome dele, porque foi um dos que criou a linha para Campina Grande. Quando foi depois, fizeram aquele negócio só para vender fruta, essas coisas.<sup>80</sup>

Desta maneira, o terminal rodoviário, edificado durante a segunda gestão de José Fernandes de Melo (1977-1982), é lembrado pelas pessoas como uma rodoviária construída para organizar o fluxo de entrada e saída de ônibus. Nas memórias dos moradores, não existe um consenso quanto ao seu funcionamento. As opiniões dividiram-se. Para uns, funcionou durante algum tempo, já para outros, não chegou a funcionar. Os motivos alegados são, sobretudo, questões político-partidárias. Uns sugerem que o gestor sucessor foi o responsável pelo não funcionamento da rodoviária, outros afirmam que, por questões políticas, o dono da empresa não estacionava o ônibus na rodoviária, mas sim na atual Rua Antônio Gonçalves, próximo àquela edificação. O senhor Manoel Andrade diz:

A rodoviária funcionou muito pouco. O dono da empresa era contra o prefeito. Aí não dava o gosto de botar o carro lá. Não queria. Sabe como é, né? Não queria que o ônibus dele chegasse lá para comprar passagem, pegar passagem, pegar passageiros. Ele não quis porque, pelo jeito dele, tava ajudando o prefeito que era contra.

Acredita-se que essas questões podem ter contribuído para que o terminal rodoviário não funcionasse como era esperado. Mas se deve também considerar que não chegou a funcionar efetivamente devido a própria dinâmica de transporte urbano de Aroeiras. Com uma única empresa de ônibus para transportar passageiros até a cidade de Campina Grande, os ônibus não eram numerosos. Sendo assim, tais aspectos chamam a atenção para a necessidade de compreendermos que a cidade não necessitava de um terminal rodoviário para organizar o fluxo dos veículos.

Até os dias atuais, a Rua Antônio Gonçalves continua sendo o ponto de chegada e de saída de veículos, pois não há um movimento intenso de transportes. Continua existindo apenas uma empresa que faz linha, que realiza diariamente o transporte de passageiros até Campina Grande, com intervalos consideráveis de saída e de chegada. Mas na concepção do

---

<sup>80</sup> Manoel Francisco de Andrade. Concedeu-nos entrevista no dia 20 de outubro de 2013.

gestor José Fernandes de Melo, essa obra ganha outras configurações, diferencia-se das interpretações apresentadas até então. Nesse sentido, contou-nos:

Aquela rodoviária ali era muito bacana, muito bonita. Comprei tudo direitinho. Quando entraram, acabaram com tudo, desmancharam tudo [risos]. Como pode? Todos os transportes vinham para ali, compravam passagem, tudo direitinho. Tinha banheiro e tudo. O transporte era organizado, tudo funcionava bem, dava uma outra visão à cidade.<sup>81</sup>

Não há dúvida de que na visão do gestor o terminal rodoviário se configura como um importante equipamento urbano. Além da sua funcionalidade, teria conferido novos ares ao espaço antes desfigurado, outrora rural, situado na porção Central de Aroeiras, contemplado com serviços de calçamento, graças à edificação da rodoviária. Entretanto, essa área outrora rural, situada a alguns metros da atual Rua Antônio Gonçalves, ganharia outros usos.

O carro chegava e circulava para poder viajar. [...] Aí, depois, Gilberto remodelou a rodoviária e ficou sem saída. Carro por trás não passa, né? Aí ficou a feira. O povo até hoje diz “feira lá na rodoviária”, e não é. É cobertura, cobertura só. Não é rodoviária mais, acabou. Começou como rodoviária, mas depois se acabou. Foi por poucos dias, pouco tempo. As festas ficaram sendo lá.<sup>82</sup>

Retomando a análise da fotografia, percebemos naquela rua, um aglomerado maior de pessoas. Acredita-se que o fotógrafo captou essa imagem em um dia de sábado. A nossa hipótese é de que aquele aglomerado populacional que contribui para compor a paisagem da rua é constituído por feirantes e fregueses que haviam adentrado o espaço urbano, naquele dia de sábado, e circulavam pelas ruas de Aroeiras, realizando trocas comerciais, interagindo com os outros cidadãos. A feira estava dispersa pelas ruas centrais de Aroeiras, onde frutas, verduras, cereais e os mais diversos tipos de produtos eram comercializados ao longo das ruas.

A princípio, a feira realizava-se no Mercado Público Municipal, e, à medida que foi crescendo, passou a dispersar-se. Ocupou os espaços da atual Rua Antônio Gonçalves. O mercado continuou abrigando a uma pequena parte do que é a feira, nos dias atuais. No Mercado Público, algumas reformas foram realizadas, o que culminou na construção de tarimbas revestidas de azulejo, lugar construído para a comercialização de carnes. Ao longo

---

<sup>81</sup> José Fernandes de Melo. Concedeu-nos entrevista no dia 12 de maio de 2013.

<sup>82</sup> Manoel Francisco de Andrade. Concedeu-nos entrevista no dia 20 de outubro de 2013.

da atual Rua Antônio Gonçalves, comercializavam-se frutas e as outras mercadorias. A feira estendia-se até as proximidades da antiga Rua do Aricuru, atual Rua da Areia.<sup>83</sup>

Na década de 1990, durante a gestão de José Fernandes de Melo (1993-1996), a feira foi retirada da área central. Em muitas cidades, esse procedimento é o resultado de ações de uma elite letrada, empenhada em suplantando certas práticas, certa forma de uso dos espaços urbanos. Pessoas pobres, mal vestidas, comercializando animais como porcos e galinhas, não deveriam ocupar as ruas centrais do espaço urbano, sobretudo das cidades com pretensões modernas, com ideais de progresso pautados em princípios higienistas, em ideais de salubridade.<sup>84</sup> Mas, no caso de Aroeiras, a feira foi transferida para a atual Rua Neco de Andrade, por trás do Mercado Público Municipal, onde foi construída uma cobertura ao longo de toda a extensão da rua.

A referida coberta passou a abrigar a feira de frutas e verduras. Sem dúvida, as ideias higienistas, os princípios de salubridade, podem ter contribuído para essa transferência. Mas, na memória dos moradores, inclusive na memória do gestor que estava à frente do município, à época, a cobertura foi edificada para proteger as pessoas e as mercadorias comercializadas do sol. Embora essa obra possa ter sido norteadas por outros princípios, na memória dos moradores ela é representada como uma edificação que protegia do sol e da chuva.

As pessoas relembram que a cobertura foi retirada por uma determinação judicial. Como nos contou o senhor Manoel Andrade: “o motivo foi ambiental, porque naquela rua tinha residência, e o sol não chegava às casas dos moradores devido à cobertura”. Retirada daquela área, a feira continuou disposta ao longo da atual Rua Antônio Gonçalves, onde permanece até os dias atuais, embora as frutas e verduras tenham passado a ser vendidas no terminal rodoviário desativado, na gestão de Gilberto Bezerra de Souza (2000-2004), através da construção de um galpão denominado de José Barbosa Sobrinho.

Aos sábados, era como se a feira quebrasse um pouco o ritmo lento de Aroeiras, e, nos dias de sua realização, o espaço urbano, sobretudo a atual Rua Antônio Gonçalves, ganhava mais movimento. O espaço da atual Rua Antônio Gonçalves comportava grande parte das casas comerciais que existiam em Aroeiras; um dos motivos também para que o fluxo maior

---

<sup>83</sup> Cf. SILVA, Aparecida Barbosa da. *Entre trocas, divertimentos, e laços de amizade*: abordando a feira como um espaço de sociabilidade para os aroeirenses. Campina Grande: UFCG, 2010 (Monografia de licenciatura em História).

<sup>84</sup> Ver em: CABRAL FILHO, Severino. *A cidade através de suas imagens*: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950). João Pessoa: UFPB/PPGS, 2007 (Tese de doutorado em Sociologia).

de pessoas, em dias de feira, estivesse concentrado naquela porção da cidade. Recentemente, a cobertura do terminal rodoviário passou a abrigar a feira e as festas que acontecem na cidade de Aroeiras.

Na fotografia, não é possível visualizar a rodoviária, construída na década de 1990, nem o atual galpão, construído nos anos 2000. Essas edificações não existiam. A imagem sobre a qual estamos refletindo foi feita na década de 1980. À época, a área onde mais tarde foram erguidas essas construções, era uma porção urbana pouco configurada. Por isso, ao caminhar por aquele espaço, o pedestre encontrava uma área ampla, ocupada pelas partidas de futebol que aconteciam aos finais de semana, pelas brincadeiras de crianças, pelos sons das interações das pessoas ao desencadearem essas relações sociais existentes em uma cidade na qual o rural estava imerso em seu próprio interior.

Continuando o nosso percurso pelos espaços do urbano de Aroeiras, mais adiante, ainda no lado esquerdo da fotografia, existe uma rua. Trata-se da antes Rua do Aricuru, atual Rua da Areia. Esburacada e pouco definida, sua imagem sem configuração urbana nos permite refletir que em Aroeiras a paisagem mudou, a cidade se transformou, ou seja, essa porção do urbano também passou por mudanças, muito embora a referida mudança na paisagem não signifique a completa inserção de equipamentos urbanos. Ainda de chão batido, com uma malha urbana pouco definida, naquela rua,

a paisagem era silenciosa, bucólica. Mas, já hoje, passam velozmente carros de feirantes pela estrada carroçável que já fora estreito caminho transitado por burros carregados com latas d'água. Ali na baixa do riacho, Rua Epitácio Pessoa [...], apostavam corridas. Era ali, na casa vizinha, que Justina, mulher de Zé Padre, vendia o seu sarapatel. E o povo da feira achava-o tão gostoso que ali mesmo almoçava (ANDRADE, 1981, p. 51).

Acreditamos que esse depoimento sobre a atual Rua da Areia data da década de 1970. É elucidativo por nos possibilitar a compreensão de que a paisagem urbana da cidade de Aroeiras sofreu alterações, modificou-se, teve seus espaços alterados, muito embora, na urbe de pequeno porte, nem sempre essas modificações impliquem urbanização. Nesse sentido, além da rua a qual já nos referimos, também podemos visualizar mais quatro ruas paralelas mais ao fundo da imagem observada de cima. Sobre estas, podemos afirmar que a primeira, localizada à direita da imagem, não tinha calçamento, e as construções não estavam alinhadas; trata-se da atual Rua Monte Castelo.

A segunda, possuidora de calçamento e alinhamento, é a Padre Leonel França. Nela está situada a Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, construída na década de 1960, e também o Grupo Escolar Major José Barbosa, inaugurado em 1949. A terceira rua é a atual Rua Cônego

Antônio Ramalho, localizada por atrás do Mercado Público. A frente dessa construção está situada na atual Rua Antônio Gonçalves, rua mais extensa em evidência, já contemplada com serviços urbanos. Mais adiante, seguindo em linha reta pela atual Rua Antônio Gonçalves, existia a Prefeitura e a Câmara Municipal, como relatou-nos o senhor Manoel Andrade:

A prefeitura era ali, onde hoje Zé Bobeira corta cabelo. A Câmara funcionava embaixo, e, em cima, era a prefeitura. Passou ali muitos anos. Aí Dr. Carlos [gestor de 1989-1992] fez aquela prefeitura. Seu Joaquim Leonardo [1959-1963; 1969-1972] fez um prédio para um colégio lá em cima. Aí entrou Gilberto, prefeito, aí acabou-se tudinho, abandonou, descobriram tudo. E faziam festa de São João e de Carnaval, cobrindo com uma lona. Só as paredes ficaram em pé, lá em cima, onde hoje é a prefeitura. Festa de São João, dançar, essas coisas assim. E o carnaval também ficava lá, mas coberto de lona com plástico. Aí Dr. Carlos veio e fez a Prefeitura Municipal lá em cima [local onde funcionara o colégio Cônego Antônio Ramalho].<sup>85</sup>

Os espaços urbanos seriam, então, modificados. A paisagem estava sendo redefinida. Caminhando pelas calçadas da Rua Epitácio Pessoa e seguindo pela Rua Antônio Gonçalves, atravessando o riacho, passando pela ponte, outrora improvisada, de madeira, mais adiante chegamos à atual Zeferino de Paula, antiga Rua dos Coqueiros. É possível localizá-la na fotografia devido à presença maior de uma vegetação, composta em grande parte por coqueiros. A Rua dos Coqueiros, atual Rua Zeferino de Paula, como já destacado, outrora desfigurada, foi a primeira via de circulação a ser contemplada com canteiros e postes de ferro que, nos discursos dos gestores, eram representados com uma iluminação moderna para as ruas da cidade à época.

As pessoas que se deslocassem de Campina Grande para Aroeiras adentrariam essa rua primeiramente, o que em certa medida explica o interesse por reformá-la. Seria a primeira rua a ser visualizada, sentida, significada pelo olhar de um visitante. Nesse sentido, mesmo com algumas melhorias, naquela rua persistiu o ritmo lento de uma cidade tranquila, com quase nenhum movimento em suas artérias.

Nas ruas visualizadas na fotografia, poucos automóveis são enxergados. Elementos da modernização, emblemas do movimento citadino, da aceleração da vida moderna. A nossa hipótese é a de que o ritmo da cidade é muito lento, pois mesmo em um dia propício para as ruas ganharem mais intenso movimento, não se via um ritmo intenso de carros circulando. Para o senhor Manoel Andrade, isso ocorria devido aos poucos automóveis que circulavam pelas ruas da cidade, durante as décadas de 1970 e 1980. Sobre isso, ele nos diz:

---

<sup>85</sup> Manoel Francisco de Andrade. Concedeu-nos entrevista no dia 20 de outubro de 2013.

A rua quase não tinha movimento. Carro não tinha, não. Era tudo a cavalo, tudo a cavalo. Jumento, você de longe escutava os berros dos jumentos. Em todo canto, tinha um rancho para amarrar cavalos e jumentos. Quando eu vim morar aqui, aquela atual Rua do Rosário era cheia de jumento amarrado. Em todo canto, tinha um rancho para amarrar cavalos e jumentos.<sup>86</sup>

Com uma compreensão semelhante, o senhor José Severino contou-nos:

O carro já tinha adentrado, mas o transporte mais utilizado era o cavalo. A água na cidade era botada por jegues. As pessoas vendiam banana de porta em porta, nos jumentos. O leiteiro vendia leite no seu jumento. Tudo isso tinha, nesse período.<sup>87</sup>

Nesta perspectiva, o entrevistado José Fernandes contou-nos: “nesse tempo, tinha o rancho da mãe de Maria Joaquina, Hotel dona Maria Joaquina. Abria de meia-noite. Como as feiras eram mais a cavalo, o povo deixava aos animais nos ranchos.”<sup>88</sup> Compreende-se que, na década de 1970, já existiam veículos automotores no município. Contudo, na memória dos depoentes, o fluxo de veículos aumentou a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990. No entanto, esse aumento apontado pelos depoentes não alterou o ritmo da pacata cidade, cujas vias de circulação podem até ter ganhado um pouco mais de movimento, mas permaneceram com seu ritmo habitual de dias tranquilos. Sobre esse período, relembra o senhor José Severino:

Em 1982, chegou no governo de Gilberto Bezerra de Souza o primeiro ônibus para transportar estudantes. No governo de Gilberto Bezerra, chegou o primeiro telefone. O posto ficava lá no alto [parte mais elevada da cidade]. Se o telefone chamasse e fosse para a pessoa, tinha que sair daqui e ir lá para aquele fim de mundo, atender. Pra fazer mangaça, o povo inventava que tinha telefone e a pessoa ia até lá pra atender. Chegava lá, descobria que era mentira [risos]. Aí depois a Telpa veio aqui pra rua. Aí depois começou a chegar os orelhões, e, hoje, é o celular que todo mundo tem um. Foi uma transformação!<sup>89</sup>

Percebe-se que, na década de 1980, na cidade, começou a circular um ônibus até Campina Grande, com a finalidade de transportar estudantes. Esse transporte coletivo é configurado como um avanço para a cidade. No mesmo período, foi instalada uma Telpa telefônica e, com ela, uma nova forma de comunicar-se. Antes, as pessoas de Aroeiras se comunicavam principalmente através de cartas. Esperavam meses pelas respostas dos entes

---

<sup>86</sup> Manoel Francisco de Andrade. Concedeu-nos entrevista no dia 20 de outubro de 2013.

<sup>87</sup> José Severino da Costa Barbosa. Concedeu-nos entrevista no dia 21 de maio de 2013.

<sup>88</sup> José Fernandes de Melo. Concedeu-nos entrevista no dia 12 de maio de 2013.

<sup>89</sup> José Severino da Costa Barbosa. Concedeu-nos entrevista no dia 21 de maio de 2013.

queridos. Com o telefone instalado na Telpa, as comunicações se tornaram mais rápidas, e uma quantidade bem maior de pessoas passou a contar com esse aparelho, porque telefone

[e]ra muito caro. Ninguém podia comprar uma linha de telefone, não. Quem podia? Era caro mesmo. Aí ninguém comprava, não podia comprar. Eram poucas pessoas que tinham um telefone aqui.<sup>90</sup> O telefone era assim. Tinha o mensageiro pago pela prefeitura; a pessoa ligava, aí fazia o cálculo de dez, quinze minutos, aí mandava um mensageiro ir chamar. Aquela pessoa ligava e conversava. Como eu trabalhava lá, eu tinha um mensageiro pago pela prefeitura. A pessoa fazia um cálculo e mandava um mensageiro. [...] Era desse jeito para o povo da cidade. O dos sítios vinha ligar, aí marcava o dia de conversar novamente. Vinha e ficava esperando, até a pessoa ligar. Aí as pessoas vinham e conversavam naquelas cabines. Tinha as cabines, né? Eu achava engraçado, porque tinha gente que chegava na entrada — porque tinha a cabine, né? —, aí entrava e se penteava todinho para poder atender. E eu ficava desesperado dizendo: atenda, cuide! Aí entrava se penteava todinho para poder atender o telefone. Aí era que atendia. Costume que não tinha. Imaginava que, porque ia conversar, precisava se arrumar todinho. Isso, principalmente as mulheres, né?<sup>91</sup>

As ações mencionadas acima evidenciam que muitas pessoas não eram familiarizadas com essa forma de comunicação e manifestam nesses comportamentos uma forma de lidar com o que é desconhecido, o novo. Nesse sentido, além dos novos hábitos trazidos pela instalação desse meio de comunicação, houve algumas outras reformas, como a construção do hospital, que representava o cuidado para com a saúde, a preocupação para com homens, mulheres e crianças que deveriam recorrer ao saber médico, tornando-se adeptos de práticas modernas de cuidados com a saúde, a exemplo do que já acontecia em outros centros mais adiantados, como Campina Grande.

Aroeiras foi, assim, palco da implantação de muitas medidas que visavam reformar a sua paisagem. A fisionomia da cidade modificou-se de modo considerável, embora ainda persistam, mesmo nos dias atuais, muitos traços rurais. Na nossa compreensão, a pretensa vontade de eliminar as marcas do rural, mas também alcançar as sociabilidades dos moradores legitimou as reformas. O Projeto de Lei nº 03, de 5 de abril de 1973, aprovou o plano rodoviário do município de Aroeiras. Essa, como algumas outras melhorias de infraestrutura, faz parte de um projeto de transformações, norteado por uma pretensa modernização do espaço urbano, que começa a ser implantado no Estado da Paraíba durante o governo do então

<sup>90</sup> O requerimento nº 25, de 1983, solicita entrar em contato com a TELPA para a instalação do Posto Telefônico em Aroeiras, para instalar telefones comerciais e residenciais na cidade. A solicitação desta instalação era extensiva aos distritos de Gado Bravo e Pedro Velho. No requerimento, consta que a instalação é uma forma de progresso e também de necessidades de comunicação de urgência.

<sup>91</sup> Manoel Francisco de Andrade. Concedeu-nos entrevista no dia 20 de outubro de 2013.

Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), tendo continuidades durante o Regime Militar (1964-1985).

Nessa compreensão, as reformas realizadas em Aroeiras são reflexos das ações de uma política desenvolvimentista. As transformações não estão dissociadas de um contexto nacional, marcado por uma maior intervenção do Estado, que aprofunda a sua participação na economia a partir do golpe de 1964, quando tem início o período do Regime Militar (1964-1985) no Brasil. Na vigência deste, tem início uma transformação do próprio caráter do Estado da Paraíba, para que lhe fossem conferidas atribuições anteriormente não existentes. A Paraíba deveria, então, caminhar para o desenvolvimento. Medidas de incentivo à industrialização foram empreendidas, projetos direcionados à infraestrutura foram postos em prática.

Na Paraíba, as transformações tiveram início durante o governo de Pedro Gondim (1961-1964), dentro de um projeto amplo, de âmbito nacional, pois os governos da ditadura aprofundaram a participação do Estado na economia. Por isso, compreendemos que muitas dessas reformas, embora fossem aspirações antigas dos aroeirenses, faziam parte de um projeto maior de urbanização que estava sendo implantado nas cidades de médio e pequeno porte em todo o estado. Nessas cidades não tão desenvolvidas, é possível pensar sobre a experiência moderna a partir do impacto provocado por ícones do moderno, como, por exemplo, transportes e comunicações (sistema telegráfico, telefone, trem, automóveis), bem como equipamentos de higiene e conforto (água encanada, esgoto, iluminação pública e privada) e a construção de prédios destinados ao lazer ou passeios (clubes, cinemas, parques praças) (ARANHA, 2005).

A instalação de equipamentos urbanos, de uso coletivo, em uma cidade, fosse qual fosse o seu porte, possibilitavam que, de algum modo, ela estivesse em sintonia com o mundo moderno (ARANHA, 2005, p. 80). Contudo, o citado autor considera também que a ideia de modernização não pode ser associada à experiência processada nas grandes metrópoles europeias.<sup>92</sup> Planos de reformas urbanas, em muito, são oriundos de projetos de modernização que o poder vigente tenta implantar nas cidades, em diversos momentos históricos. Por isso, a concepção de estudo adotada por Aranha é elucidativa para possamos compreender aspectos relacionados à ideia de moderno, ao processo de modernização das cidades, pensado a partir de certas experiências mais pontuais, responsáveis apenas por imprimir certas sensibilidades modernas no viver urbano.

---

<sup>92</sup> Para entender melhor experiência moderna dessas grandes cidades europeias, sugerimos ver em: BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo* (Obras escolhidas, v. III). Tradução José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Batista. São Paulo: Brasiliense, 1991.

Diferentemente de sua proposta de trabalho, ao longo desta escrita, refletimos sobre a inserção de alguns equipamentos urbanos, alguns considerados símbolos do moderno. Esses elementos, ao serem inseridos na cidade de Aroeiras, mesclaram-se com a realidade local. São recepcionados com certo encantamento/estranhamento pelos moradores, por meio de uma inserção pontual que não possibilitou que a cidade de Aroeiras vivenciasse uma experiência moderna, nos moldes apresentados por Aranha (2005). A cidade recepcionou alguns ideais de modernização vigentes ao longo das décadas que a estudamos, mas esse processo era externo a Aroeiras, ainda que tenha redefinido os espaços do urbano.

Em meio a esse processo, acabou passando por algumas redefinições devido a tais influências. Essas transformações alteraram a materialidade de alguns espaços, redefiniram aspectos da vida cotidiana, modificaram a paisagem de uma urbe pacata, que continuou com o seu ritmo lento e com seus tantos aspectos rurais imersos em seu interior. Tais compreensões tornam-se possíveis através da trajetória que realizamos por alguns espaços reconfigurados. Guiados pelas lembranças dos nossos colaboradores, tornou-se possível realizar tal passeio. Ainda “caminhando” com essas pessoas pelos espaços do urbano, priorizamos também alguns elementos das vivências desses sujeitos, para elaborarmos significações sobre como viviam e se divertiam os moradores de uma cidade em transformação.

As reformas, ao serem significadas pelas memórias dos moradores, permitem-nos compreender as transformações do urbano a partir da visão das pessoas comuns, sujeitos que viveram, sentiram e construíram representações para as reformas que, de forma gradativa, ocorreram na cidade onde viviam. Sentidos estes que os relatos de memória trazem, com o que nos permitem ir ao encontro do vazio, do ausente, de homens e mulheres aroeirenses, sujeitos responsáveis por elaborar significações que nos possibilitam compreender os espaços praticados, lidos, sentidos e, em certa medida, também significados e reinventados pelo homem comum.

### 3 NOS MEANDROS DAS VIVÊNCIAS: LEMBRANÇAS DOS MODOS DE VIVER E SE DIVERTIR NA CIDADE DE PEQUENO PORTE

Ah! Aroeiras têm muita história, né? Essa cidade tem muita história. A gente vai conversando e vai lembrando, e as coisas vão aparecendo. É! É história de um município, de pessoas que trabalham na agricultura e também tem seus divertimentos (senhor Manoel Francisco de Andrade).

Os cidadãos que habitam e fazem usos dos espaços do urbano, em contato com as transformações da cidade onde vivem, modificam hábitos cotidianos, pois vivenciam as redefinições de aspectos da vida cotidiana em sua face coletiva. Sabe-se então que, nos espaços de Aroeiras, as experiências cotidianas se processam; ali, elas se manifestam e se transformam. Para compreender esses aspectos, nada melhor do que as lembranças dos moradores relatando e significando as relações sociais. Assim, pretendemos lançar nosso olhar sobre as formas de viver e se divertir na cidade de Aroeiras.

Para tanto, buscamos contemplar as diversas relações relatadas e significadas por homens e mulheres que viviam e ainda vivem em Aroeiras. A esse respeito, consideramos que “o cotidiano se inventa com mil maneiras de *caça não autorizada*” (CERTEAU, 1994, p. 38, grifos do autor). Nos estudos de Certeau, o homem comum é percebido como criativo e inventor do seu cotidiano, dribla constantemente o poder estabelecido, graças às “artes de fazer”, criadas para subverter os códigos e permitir uma apropriação do urbano, conforme interesses individuais. Em outras palavras, são as reinvenções do homem comum nascidas da criação anônima dos sujeitos.

Sendo assim, buscaremos problematizar as relações desencadeadas no cenário urbano. Para tanto, utilizaremos as fontes orais como evidência principal, a fim de analisarmos os processos de constituição dessas memórias. Acreditamos, a partir do que sugere Alberti (2004), que o depoimento oral fornece os subsídios necessários para essa pretensão, pois é também um instrumento de compreensão das relações humanas na sociedade, compreendendo as sociabilidades e os processos que formam o ambiente onde as pessoas convivem. Isso posto, esclarecemos que, ao longo deste capítulo, ganham visibilidade os relatos de homens e mulheres que, nas suas falas, discorreram sobre os modos de viver e se divertir na cidade, aspectos que estão diretamente relacionados à vida no cotidiano e à quebra do cotidiano.

Para Certeau (1994), o cotidiano é o dia a dia do homem comum. Nele, estão inseridos homens e mulheres, pois o cotidiano se relaciona à vivência humana, já que, as pessoas se relacionam nos espaços que assumem a conotação de lugar, de lugar onde a vida cotidiana se desenvolve. Nesse sentido, a cidade de Aroeiras também pode ser compreendida como um espaço de vivências, onde as experiências vividas foram desencadeadas e transformadas, à

medida que o espaço urbano foi sendo alterado, pois, de maneira cotidiana, os indivíduos vivenciam e redimensionam o espaço urbano. Assim, no que se referem às questões que permeiam o dia a dia, aspectos referentes ao trabalho e às diversões ganharam ênfase nos relatos de memória dos moradores da cidade.

### 3.1 “EU TRABALHEI, EU TRABALHEI MUITO. A MINHA VIDA TODA FOI O TRABALHO”: MEMÓRIAS SOBRE O TRABALHO EM AROEIRAS

Quando eu vim morar aqui, em 1970... Antes eu residia em Massaranduba, no sítio. Eu fiz a casa aqui, mas eu continuava indo e voltando, ia para lá. Era trabalhando lá, no sítio Massaranduba. Eu ia e voltava todo dia. Eu tenho uma casa lá e botava roçado, cuidava do gado, ficava trabalhando lá, né? Porque eu sou agricultor, sempre fui, sempre trabalhei na agricultura. A mulher não gostava, não, até hoje não gosta, porque diz que a vida no campo é muito trabalho. Lá no meu sítio, nem rádio pegava. Mas eu gosto, gosto muito do trabalho.<sup>93</sup>

Personagens como o senhor Manoel Andrade, autor desse relato, podiam ser vistos morando e circulando pelas ruas de Aroeiras. Muitas das pessoas que viviam na cidade, à época, sobreviviam principalmente do trabalho na agricultura. Entre os anos 1970 e 1990, muitas transformações foram desencadeadas no urbano, mas as demarcações das fronteiras entre o urbano e o rural continuaram fluidas. Permaneceram as dificuldades para separar esses dois espaços. Nesse contexto, a fim de sobreviver, muitas pessoas possuíam uma moradia no perímetro urbano e, com frequência diária, deslocavam-se até as áreas rurais, para trabalhar na agricultura.

Mesmo diante da dificuldade dessa demarcação de fronteiras em uma cidade com uma população eminentemente pobre, os moradores compreendem que viver na cidade, em muitos aspectos, é diferente das formas de viver no sítio. A zona rural é significada como um local de muito trabalho e de um modo de vida mais isolado. O espaço urbano é compreendido como mais propício a interações, a relações de sociabilidade. A comunicação nos parece ser mais fácil, diferentemente do que ocorre nas comunidades rurais, mais isoladas à época.

Separar os espaços delimitados como perímetro urbano e áreas de sítio é estabelecer uma separação entre algo tão próximo e que, na nossa compreensão, pouco se diferencia, mas apresenta-se como distinto nos relatos dos entrevistados. Do ponto de vista destes, viver na cidade é diferente de viver na zona rural, pois percebem um modo de vida urbano nas relações

---

<sup>93</sup> Manoel Francisco de Andrade. Concedeu-nos entrevista no dia 20 de outubro de 2013.

que estabelecem, ainda que tenham o seu cotidiano permeado por elementos rurais, como o trabalho na agricultura, como é o caso do senhor Manoel Andrade.

Nos relatos de memória desse entrevistado, ao remeter-se à questão do trabalho, é recorrente as memórias que versam sobre a agricultura como um dos principais meios de sobrevivência dos moradores. Compreende-se que, em Aroeiras, no recorte temporal outrora já anunciado, trabalhava-se muito nesse tipo de atividade, agrícola. Os trabalhadores que desempenhavam tal função moravam na zona urbana e na zona rural do município. Essas pessoas trabalhavam, sobretudo, na agricultura de subsistência, o que nos permite concluir que o principal objetivo do trabalho era a colheita para o consumo das famílias. Observemos o relato do senhor José Fernandes:

Uma vez, eu estava numa seca muito grande. Eu acordei num dia de sábado, de 7h da manhã, e o menino disse: “Seu Fernando, tem um pessoal ali, na sala”. Era o pessoal do sítio Nogueira, dizendo que ia invadir a feira. Realmente, não tinha trabalho, tava todo mundo sem trabalho. Eu disse: A partir de segunda-feira, todo mundo vai ter serviço. “Mas não tem serviço”, eles disseram. Lá não tem uma barragem, não tem lagoa? Vocês vão limpar. “Mas a gente não tem ferramenta.” Você usa sua carroça, seu banguê, sua enxada e, sexta-feira, eu mando pagar. Mande fazer as feiras, saiu todo mundo com sua feira, foram trabalhar e, na sexta-feira, eu mandei pagar.<sup>94</sup>

Sabe-se que a atividade agrícola, como o cultivo de milho e feijão, assim como a produção de algodão (até meados da década de 1970), era uma das principais fontes de renda das famílias aroeirenses. Em tal cenário, o campo parecia estar imerso na urbe. No projeto de Lei nº 08, de 1987, aprovado pelo legislativo municipal, consta uma medida para determinar o horário de funcionamento do Banco do Brasil na cidade. Segundo esse projeto, o atendimento deveria iniciar-se às oito horas. Uma das justificativas era o novo horário em vigor desde o plano cruzado.

Contudo, percebe-se nos argumentos de justificativa do projeto, principalmente, uma preocupação com 90% dos moradores do município que, segundo o documento, ou residiam ou trabalhavam na zona rural, e deslocavam-se muitas vezes a pé até o banco, para valerem-se de algum serviço. Compreende-se que a população rural era expressiva ainda no final da década de 1980. Nas ruas de Aroeiras, sem dúvida, à época, transitavam muitos agricultores que experimentaram os espaços e utilizavam os equipamentos urbanos que a cidade possuía.

---

<sup>94</sup> José Fernandes de Melo. Concedeu-nos entrevista no dia 12 de maio de 2013.

Assim, vivia-se praticamente da agricultura enquanto fonte de subsistência. Muitos dos cidadãos que moravam em Aroeiras nesse período deslocavam-se diariamente de suas residências até a zona rural do município, para trabalhar na agricultura e/ou cuidar da criação de animais como bovinos, caprinos e suínos. No caso de um morador com maior poder aquisitivo, era provável que, além da moradia na cidade, ele possuísse um sítio na zona rural, para onde se deslocava contidamente. As pessoas muito pobres não dispunham desses dois bens, ou seja, a casa na cidade e uma propriedade rural para o trabalho.

Para sobreviver, essas pessoas trabalhavam nas terras de outros proprietários e recebiam pagamentos diários pelos serviços. Quando não, faziam suas plantações nas terras de algum dono de propriedade, com o qual, através de uma negociação, obtinham terras férteis em abundância para o cultivo. Muitas eram porções de terras de grandes proprietários que não as utilizavam para outra finalidade. A esse respeito, a senhora Maria Amaro, contou-nos:

Eu ia apanhar algodão lá em Seu Manoel Marculino. Eu botava um roçado, lucrava muita fava e muito feijão. Eu plantava muito algodão e vendia a seu Antonio Pedro. Trabalhei muito na terra de Seu Biu Felipe. Hoje, eu moro aqui, na rua, mas as pessoas que é saudável, os velhos, tudo trabalha aqui na rua, as pessoas de idade enchem a casa de lucro.<sup>95</sup>

Percebe-se que muitos dos moradores de Aroeiras trabalhavam na agricultura. Buscavam, através dessa atividade, obter o seu sustento e de sua família. Nesta mesma perspectiva, o senhor Manoel Andrade falou-nos sobre as atividades nas quais os moradores trabalhavam e, assim como os demais entrevistados, destacou o papel da agricultura e das criações de animais:

Vivia mais da agricultura. Era a agricultura, criando. O comércio era muito pequeno, muito pouco; não é como é hoje, esse comércio monstro. Porque hoje, à vista de 70, é um comércio monstro. Era tudo atrasado, tinha bodega, tinha bar, mas tudo simples, sabe? Bem simples! Não é como é hoje, não. Hoje, a gente tá numa coisa dessa, pensa que tá em Campina Grande, mas era muito atrasado. Era tudo umas merceariazinhas. As merceariazinhas era tudo muito, mas não eram bem avançadas, não. Aí veio o povo novo, com ideias novas, aí melhorou muito. Muito mesmo!<sup>96</sup>

O sustento das famílias, para este senhor, era oriundo da atividade agrícola. Mas, a partir do seu relato, também se compreende o papel do comércio enquanto fonte de renda.

---

<sup>95</sup> Maria Amaro de Souza. Concedeu-nos entrevista no dia 13 de maio de 2013.

<sup>96</sup> Manoel Francisco de Andrade. Concedeu-nos entrevista no dia 20 de outubro de 2013.

Contudo, na sua memória, o comércio tornou-se, gradativamente, uma atividade importante nos dias mais atuais. Nas décadas passadas, o comércio é compreendido como uma atividade pouco desenvolvida, bem menos relevante que a agricultura, apesar da diversidade de produtos vendidos, como elucida o senhor Manoel Andrade.

Ao ser indagado sobre os meios de sobrevivência, o senhor Gilberto Bezerra também enfatizou a importância da agricultura. “Era mais a agricultura, o comércio era muito pouco”. Fizemos a mesma pergunta ao senhor José Severino, que igualmente afirmou que a principal forma de trabalho era o trabalho agrícola. Mas também destacou, no seu relato, a importância econômica da atividade comercial. Em suas palavras:

O comércio de Aroeiras era muito ligado à estivas. Eu me lembro. E a miudezas, e também a tecidos. Nós tínhamos o comércio de Zé Caminhão, um dos maiores comerciantes de tecidos. Tínhamos algumas padarias nessa rua que hoje é a Antônio Gonçalves [antiga Rua do Comércio]. Tivemos o Seu Trajano, que se destacava no comércio de miudezas. [...] Não existiam essas casas comerciais, como hoje, que quebraram em muito a feira. Tudo era na feira. A feira tinha de tudo. [...] Hoje, a feira modernizou-se. Eu recordo bem. Nós tínhamos os baleeiros, que carregavam nossas feiras. Minha mãe fazia a feira e tinha aquela pessoa que trazia a feira para nossa casa. O comércio de hoje modernizou-se, nós temos a feira livre, que, na minha opinião, na minha visão, está diminuindo, está se extinguindo, porque o grande comércio tá tomando os espaços que existiam anteriormente. Nós tínhamos o tecido na rua, a costureira era uma pessoa de casa, e o que eu acho mais interessante é que nós tínhamos o alfaiate, e tínhamos quem consertava os sapatos. Hoje, nós não temos mais!<sup>97</sup>

Segundo o depoente, o comércio era uma atividade desenvolvida, diferentemente do que foi dito pelos demais entrevistados. Nota, então, que, na narrativa desse senhor, há uma tentativa de engrandecimento de certos aspectos, inclusive do comércio. Não se pode deixar de problematizar tal questão, pois se trata do discurso de um poeta, que, assim como os discursos políticos, deve ser compreendido como uma fala interessada. Tais discursos buscam construir certas imagens para as cidades que são representações particulares sobre uma dada realidade, neste caso, construída como uma visão engrandecedora de um poeta que diz “amar e querer o crescimento da cidade”.

Além disso, compreendemos que as casas comerciais existentes ao longo das ruas não eram muitas, pois as pessoas “faziam feira”, isto é, o que era compreendido como quantidade e diversidade, no contexto local, só poderia ser encontrado aos sábados, em dias de feira. Acredita-se que, por isso, a feira é lembrada como mais expressiva do que nos dias atuais. À época, certamente, assim como na casa do senhor José Severino, muitas famílias abasteciam

---

<sup>97</sup> José Severino da Costa Barbosa. Concedeu-nos entrevista no dia 21 de maio de 2013.

suas residências apenas aos sábados, diferentemente do que ocorre nos dias atuais, uma vez que, apesar de ser um comércio de uma cidade de pequeno porte, nele era possível encontrar uma diversidade maior de mercadorias escassas ao longo da semana.

Assim como o senhor José Severino, o senhor Manoel Andrade, relembrou aspectos relativos ao comércio. Nos seus relatos, ganharam ênfase as diversas mercadorias vendidas na feira. Destacou os produtos utilizados na alimentação das famílias (como o feijão e a farinha), os animais vendidos (como porcos, vacas, galinhas e bodes), as outras mercadorias (como tecidos para fazer vestimentas), e chamou a atenção para o fato de que, naquela época, os frequentadores da feira eram, sobretudo, pessoas do sexo masculino. O depoente entende como um fato “curioso” a grande presença de homens nas feiras de então.

Acredita-se que, talvez, no seio das famílias patriarcais da época, ir à feira, poderia ser incumbência dos homens. Mas há um dado que não se pode deixar de lado nessa reflexão: as pessoas vinham para a feira a pé, ou montados em animais. Eram essas as formas habituais de transportes. As pessoas percorriam grandes trajetos, enfrentavam longas distâncias, condições climáticas adversas. Por essa razão, “a feira começava às seis da manhã e ia até as quatro da tarde”<sup>98</sup>. A distância, as adversidades enfrentadas e as dificuldades de transporte eram um os fatores que contribuíam para que os homens se arriscassem, fossem até a feira, enquanto as mulheres cuidavam da família.

Essa compreensão tornou-se possível a partir de relatos como o da senhora Maria Amaro:

Moça não andava só, não. Tinha governo. Pai de família governava. Num saía de casa só, não. E saía assim: se fosse com outra dona de casa. Mas uma dona de casa, viu? E tem uma coisa: onde tava uma, tava tudo. Não saía de perto, não. Era tudo aquela tuia, num canto só. Se quisesse namorar, era com a velha do lado mesmo, porque os namorados desse tempo num pegava nem na mão. Ficava ali perto, depois falava com o povo de casa.<sup>99</sup>

Pelas imposições sociais vigentes na sociedade de Aroeiras à época, compreende-se que, para as mulheres, não era conveniente andarem desacompanhadas. Diferentemente das moças solteiras, as senhoras casadas tinham um pouco mais de liberdade. Podiam até se tornar responsáveis pelas mulheres mais jovens, acompanhá-las nos espaços públicos. No entanto, entende-se, sobretudo, que era mais conveniente para os homens do que para as mulheres o

---

<sup>98</sup> Gilberto Bezerra de Souza. Concedeu-nos no dia 12 de maio de 2013.

<sup>99</sup> Maria Amaro de Souza. Concedeu-nos entrevista no dia 13 de maio de 2013.

deslocar-se até a feira. Pode ser, também, que no seio das relações familiares não fosse aceito a mulher ir sozinha até a feira e o homem ficar mais restrito ao convívio familiar.

O que existia, então, era uma convivência estabelecida nas relações sociais na cidade. Contudo, o relato dessa senhora nos fornece alguns indícios dos códigos sociais vigentes, o que não implica dizer que eram homogêneos, nos moldes do que nos informou essa depoente. Sabe-se que muitas famílias vivenciavam momentos de sociabilidades, deslocavam-se de suas casas até a feira. Uma atividade comercial que, para a população local, também significava um espaço de sociabilidade.<sup>100</sup>

Naquele contexto, acredita-se que grande parte dos frequentadores da feira eram agricultores que trabalhavam a semana inteira e, aos sábados, podiam beber, conversar, fazer amizades, provocar conflitos e, simplesmente, comunicarem-se, visto que, em Aroeiras, a comunicação era tão difícil. Até a década de 1980, escrever cartas e bilhetes era a forma possível de comunicação. Naquele contexto, não somente os fregueses eram agricultores e, em sua grande maioria, pessoas pobres, como também

[m]uitos dos que trabalham vendendo cereais e verduras são agricultores, que plantam e, após colherem, vêm negociar o que lucraram nos roçados. Escolhem para vender mercadorias sobre as quais sabem argumentar melhor, por conhecerem de perto as mercadorias que estão vendendo. Escolhem os produtos com os quais se identificam, com os quais lidam frequentemente.<sup>101</sup>

Na feira ou na agricultura, as pessoas mais pobres trabalhavam muito para conseguir o seu sustento, o pão de cada dia. Por isso, a agricultura, assim como a feira, configura-se como importantes para essas pessoas. Para muitas delas, o trabalho deve ter sido muito marcante na sua vida. Sendo assim, acredita-se que a feira se configura como um espaço de sociabilidade, sobretudo para as pessoas mais pobres, que trabalhavam muito e, devido ao tempo dedicado a essa atividade e aos seus poucos recursos financeiros, desfrutavam de poucos espaços de sociabilidade.

Os locais pra onde eu ia quando era moça era a feira aqui. Era muito difícil ir a uma festa. No tempo que meu pai adoeceu, no tempo de seu João de Brito [gestor duas vezes; a primeira, de 1963 a 1968; a segunda, de 1973 a 1976], eu panhava café. Depois era panhando mato e plantando nos sítios. Tudo isso era o trabalho. Eu nunca estudei. Toda a vida, o meu estudo foi o cabo da enxada, arrancar mato. Meus pais nunca estudaram. Depois de eu casada, eu mais meu marido arrancava mato no

---

<sup>100</sup> Cf. SILVA, Aparecida Barbosa da. *Entre trocas, divertimentos, e laços de amizade*: abordando a feira como um espaço de sociabilidade para os aroeirenses. Campina Grande: UFCG, 2010 (Monografia de licenciatura em História).

<sup>101</sup> Ibidem, p. 47.

verão. Aí, eu também ficava em casa pra cuidar do almoço, ajeitar as vacas. A gente tinha umas vaquinhas. Aí, o resto da tarde, eu ia roçar mato. Ele não exigia, não, mas eu mesma queria ajudar. Toda a vida, minha vida foi o trabalho. Eu achava melhor do que ficar em casa. A gente era muito pobre, por isso nunca estudou. Quando eu era solteira, a gente vinha aqui, pra feira de Aroeiras, tudo de pé. Eu comecei a andar de carro depois de casada [diz ter casado no final da década de 1970]. Aí, era que a gente apanhava um carro e vinha aqui, pra cidade. Porque, no tempo em que eu era solteira, carro não tinha, não, nesse tempo. Aí, fizeram essas reformas, mas a gente continua trabalhando no cabo da enxada. O povo diz assim: “mora na rua”. Mas, por aqui, todo mundo tem seu roçado. E lucra, viu?<sup>102</sup>

Um relato de uma vida sofrida, marcada por privações, atravessada pelo trabalho. Morando na zona rural, mais especificamente do Sítio Chã Grande, a senhora Maria Amaro contou-nos um pouco sobre a sua trajetória de vida. Ao relacionar aspectos de experiências individuais com a cidade, contou-nos que, à época, vivia na zona rural e, sobre os momentos de sociabilidade, relembra apenas das idas à feira, pois, como esclarece, precisava trabalhar na roça e cuidar da criação de animais. Na infância, trabalhando com sua mãe; depois de casar-se, ao lado do marido. Sem dúvida, uma vida marcada pelo trabalho não deixava margem para outras atividades, pois a pobreza não permitia, era necessário sobreviver. A senhora Maria Amaro nos diz:

Quando eu morava no sítio, eu trabalhava muito, trabalhava o dia todo. No sábado e no domingo, eu cuidava do serviço de casa, lavava roupa, barria terreiro. Os cinco dias da semana era no roçado. Toda a vida meu trabalho foi no roçado, no cabo da enxada. Era minha família toda. Tanto fazia ser no roçado da gente, como no dos outros. O sustento vinha desta plantação. O milho, o feijão, a fava, a gente tudo era pobrezinho, né?

No que se refere à obtenção do pão de cada dia, para consegui-lo, tanto os moradores da zona rural quanto os da zona urbana precisavam trabalhar na agricultura. A agricultura era a principal fonte de renda do município. Nesse sentido, no que se refere ao trabalho, não existia um distanciamento significativo entre a principal fonte de renda da grande maioria dos moradores e da população do campo, pois, em ambos os espaços, vivia-se prioritariamente da atividade agrícola, fosse através dos produtos colhidos para o consumo ou da renda obtida em troca da mão de obra vendida para o trabalho nessa atividade.

Nessa perspectiva, a senhora Raimunda Maria, moradora da cidade de Aroeiras, também fez referência a aspectos referentes ao trabalho, sobretudo, as atividades que teria desempenhado ao longo da vida. Para obter o seu sustento diário, bem como o dos seus filhos pequenos, trabalhava prioritariamente na agricultura, como nos contou:

---

<sup>102</sup> Maria Amaro de Souza. Concedeu-nos entrevista no dia 13 de maio de 2013.

Eu trabalhei muito, apanhando algodão. Foi. Trabalhava, plantava, era cada saco de algodão e de fava, eu me alembro. Até hoje eu sinto saudade. Eu trabalhei muito! Eu chego a sonhar. Eu sonho com eu dentro daquele roçado, com aqueles milhos tudo verdinho. Armaria! Eu tenho muita saudade. Eu chego a sonhar. Eu me vejo assim, dentro do roçado. Aí, quando eu me acordo, eu vejo que eu tava sonhando.<sup>103</sup>

Para essa senhora, o trabalho ocupou um espaço de tamanha relevância na sua vida que as lembranças sobre as vivências na cidade estão permeadas por esse sentimento. O trabalho teria sido tão importante e ganha tanto destaque em sua narrativa, ao ponto de ser rememorado com intenso saudosismo. Essa senhora rememora o trabalho como algo tão imprescindível para sua vida que o “não trabalhar mais” é uma situação expressa com muita dor. Compreende-se que essa mulher dedicou grande parte de seu tempo a uma atividade árdua, muito cansativa. A sua vida foi marcada pelo trabalho, e ela não consegue se dissociar das lembranças dessa atividade.

Percebe-se então que, naquele contexto urbano, de muitas privações, os moradores carentes tendem a valorizar o trabalho, associam-no a virtudes como a honestidade. Muitos trabalhadores alternavam entre o trabalho na roça e o trabalho na feira. Muitas pessoas se tornavam feirantes (pessoas que compravam na feira) nos dias de sábado, ao passo que outras se aproveitavam da realização do evento para tornarem-se vendedores. Com o desempenho dessa atividade, aos sábados, exerciam um tipo de trabalho que complementaria a renda, garantiria o sustento através do trabalho na feira.

A feira quebrava um pouco o ritmo lento de Aroeiras, e, nos dias de sua realização, o espaço urbano, principalmente a Rua Grande (atual Rua Antônio Gonçalves), ganhava mais movimento. A referida rua era o espaço que abrigava casas comerciais e as moradias das famílias mais abastadas. Contudo, naquela espacialidade, as pessoas mais simples faziam usos e se apropriavam do espaço urbano. Sobre isso, é muito elucidativa a fala do senhor Manoel J. da Silva, que diz:

[E]u vendia feijão e farinha. Retalhava essas mercadorias que eu ia buscar em Matinadas, vendia em umas caixas que a gente chegava e colocava ali, em um lugarzinho pela rua. Eu também vendia para os outros retalhar. Comprava de saco, vendia tudo por quilo e cuia. E também tinha muita camaradagem. Se eu não tivesse uma mercadoria, eu pegava com os amigos e, no fim do dia, a gente dividia o dinheiro.<sup>104</sup>

<sup>103</sup> Raimunda Maria da Conceição. Concedeu-nos entrevista no dia 13 de abril de 2013.

<sup>104</sup> Manoel José da Silva. Concedeu-nos entrevista no dia 20 de Maio de 2010.

A ajuda mútua em um momento aparentemente de competição, de muita disputa por fregueses, pode estar relacionada aos padrões e códigos de comportamentos que criam as condições necessárias para o viver coletivo, em especial nas pequenas cidades. Nas vivências dos pequenos aglomerados populacionais, o reconhecimento, as relações de amizade, são mais propícias de acontecerem, até mesmo nos espaços de competitividade, diferentemente do que ocorre nas cidades de médio e grande porte, onde as indiferenças das relações suplantam essas ações das pessoas comuns. Para esses feirantes, a feira não é apenas um espaço de trocas comerciais. Nela, são realizadas diversas outras interações.

Assim, o viver urbano da cidade de Aroeiras está muito ligado às práticas do campo. Sem dúvida, a principal forma de trabalho era a agricultura. Da agricultura advinha o sustento para as famílias. Sendo assim, o trabalho também assume uma importância muito grande na vida dos entrevistados. Muitos visualizam a feira com uma das opções de diversão existente na cidade. Para aqueles cidadãos, a feira não se configurava apenas como um espaço de trocas comerciais.

### 3.2 “NÃO ERA SÓ ISSO DE TRABALHAR, NÃO. A GENTE TAMBÉM SE DIVERTIA”: AS DIVERSÕES EM AROEIRAS

Enveredar pelos espaços das ruas centrais, nos quais estava localizada a feira da cidade de Aroeiras também era encantar-se com um evento onde se desencadeiam relações que estavam muito longe de se restringirem às trocas mercantis. Visitá-la era adentrar um universo de ricas práticas culturais, local bastante propício para a emergência de conflitos e interação dos indivíduos. A feira assumia esse papel pelo fato de a cidade não possuir muitos locais capazes de reunir, com frequência e de forma rotineira, uma grande quantidade de pessoas.

Sabe-se que a feira acontece semanalmente, aos sábados, e atrai para as principais ruas aroeirenses com o objetivo de comprar mercadorias, passear, conhecer pessoas. Essa atividade comercial se apresenta a tais indivíduos como propícia para o desencadeamento dessas sociabilidades. Partindo desse entendimento, a feira é compreendida como um local também de diversão para os moradores de Aroeiras. Por isso, pode ser entendida como um evento que acontece semanalmente e é responsável por atrair muitas pessoas.

Não era só isso de comprar não. É lógico que o povo se divertia na feira. Passava o dia todo trabalhando, no sábado procurava também se divertir. Ali, podia comprar, andar, espiar, peitar uns nos outros. Eu namorava mais que a bexiga taboca [risos]. Era nesse dia que a gente via as moças.<sup>105</sup>

A partir do relato de Manoel José da Silva, observamos a importância da feira como espaço de diversão para os moradores do município. Nesse sentido, a diversão nesse relato não é compreendida como uma ruptura. Era possível vender ou comprar e, ao mesmo tempo, divertir-se. A diversão configura-se como um complemento a outras atividades, como nos contou a senhora Adailza de Arruda. Para ela o trabalho na feira “é bom demais, porque eu me divirto. Eu acho ótimo [risos]. Eu acho muito divertido trabalhar aqui. [...] Já arrumei tanto freguês e tanta amizade boa”<sup>106</sup>. Assim, aquele local de trocas comerciais, em Aroeiras, também assumia a conotação de espaço de diversão.

Nas entrevistas dos moradores, outras diversões também foram assuntos recorrentes. A senhora Severina Muniz, no que se refere às diversões, destaca as festividades realizadas pela Igreja durante o mês de maio. O mês de rezas dedicadas a Nossa Senhora do Rosário, padroeira da cidade, é lembrado também como um momento de diversão para as famílias, à época. Ao longo de maio, em todas as noites, rezava-se ao lado dos moradores e dos “noiteiros” — pessoas que eram convidadas para doar alguma oferta em prol da Igreja ou da animação da festividade daquela noite. Todas as noites, uma família ou um grupo social de pessoas era chamado para ser responsável por contribuir com as rezas e a animação da noite mariana. A depoente descreve esse cenário:

Tinha o mês de maio, que o pessoal vinha rezar. Tinha a noite das crianças. Tinha a noite dos solteiros. Toda noite, tinha uma festa. Cada rezador. As famílias que vinham rezavam e comemoravam depois, com retreta. Retreta, nessa época, era banda de música, tocando na rua para o pessoal passear.<sup>107</sup>

---

<sup>105</sup> Manoel José da Silva. Concedeu-nos entrevista no dia 20 de maio de 2010. Esse senhor de mais de sessenta anos diz sempre ter frequentado a feira (*apud* SILVA, Aparecida Barbosa da. *Entre trocas, divertimentos, e laços de amizade*: abordando a feira como um espaço de sociabilidade para os aroeirenses. Campina Grande: UFCG, 2010, p. 32 [Monografia de licenciatura em História]).

<sup>106</sup> Adailza de Arruda. Concedeu-nos entrevista no dia 09 de agosto de 2010 (*apud* SILVA, Aparecida Barbosa da. *Entre trocas, divertimentos, e laços de amizade*: abordando a feira como um espaço de sociabilidade para os aroeirenses. Campina Grande: UFCG, 2010, p. 51 [Monografia de licenciatura em História]).

<sup>107</sup> Severina de Souza de Muniz. Concedeu-nos entrevista no dia 12 de maio de 2013.

Nessa passagem, estão registrados elementos alusivos às diversões. Percebe-se que a Igreja, através das atividades realizadas no mês de maio, configurava-se como uma opção de diversão para os habitantes. Promovia comemorações que reuniam as pessoas que iam às atividades religiosas, no âmbito da Igreja, e, depois, aglomeravam-se na parte externa, para apreciar a “queima de fogos” e ouvir as bandas de música que tocavam para embalar os passeios das pessoas, indo de um lado a outro, vivenciando momentos de entretenimento.

Para outros depoentes, como o senhor José Severino, ao remeter-se às diversões, ganharam destaques os bares, que se configuraram nas narrativas como um espaço de diversão. Os bares, importantes espaços de diversão, são significados por esse depoente como lugares frequentados por boêmios da cidade de Aroeiras. Na sua narrativa, um bar ganha visibilidade e se diferencia dos demais. Nesse sentido, atribui muita importância ao Bar e Restaurante Glória. Ele nos conta:

Nós levávamos o violão. Não conto os finais de semana que nós chegávamos no bar de dez da manhã e saíamos às sete da noite. Tocando violão, conversando sobre o cotidiano de cada um. Na época, nós éramos a maioria estudantes. Trabalhávamos na CIT, que era a Companhia Inimiga do Trabalho [risos], era assim que nós falávamos. Era um divertimento muito grande. Era ele [Zezé do Bar] e toda uma equipe que trabalhava com ele e que também era receptivo, que era: Didi, João Raimundo, e tinha duas Maria; uma era a Maria pequena e a outra, a Maria Grande. [...] Era um bar como se fosse a Flórida, como fosse a antiga Samba de Campina Grande. Todo mundo que se dirigia aqui, era o Bar e Restaurante Glória. O Bar e Restaurante Glória era um ponto comercial receptivo a todos do município. O pessoal que vinha da Serra, que vinha de Massaranduba, de Gado Bravo, de todos os cantos do município; o pessoal que vinha de Boa Vista... Quem adentrava em Aroeiras procurava o Bar e Restaurante Glória, que era o Bar do Zezé. Era um bar muito sortido. Naquela época, ele servia almoço, e Zezé... E o bar tinha uma coisa interessante: ele servia água gratuitamente para o pessoal. Todo mundo tinha acesso a beber água. Poucas pessoas gostavam de fazer a doação da água, e Zezé, ele não negava isso a ninguém. E era um bar muito sortido e, além disso, havia uma versatilidade muito grande, porque os boêmios da época, os jovens no meu caso, no caso de Francisco Guedes, do professor Oldair, do professor Lamartine, nós fizemos muita farra nesse bar. Eu me lembro. Eu me lembro que a gente se reunia muito nas sextas-feiras. Das sextas para o sábado e nos finais de semana, sábado e domingo.<sup>108</sup>

Esse bar abarcava muitas funções no município. Dentre elas, destacamos a sua importância como espaço de diversão. É descrito como um ponto de encontro para os mais jovens, que tocavam violão e ouviam músicas, enquanto bebiam e conversavam com seus amigos que se reuniam frequentemente aos finais de semana. Configura-se, na memória desse senhor, como um bar frequentado pelos boêmios à época, e muito provavelmente é também significado a partir de certo engrandecimento feito pelo entrevistado, pois não há dúvida de

<sup>108</sup> José Severino da Costa Barbosa. Concedeu-nos entrevista no dia 21 de maio de 2013.

que, possivelmente, o Bar do Zezé era um ponto de encontros, mas era um local pequeno e modesto, como foi dito por tantos outros entrevistados.

Além disso, no relato, percebe-se o Bar e Restaurante Glória como o único local na cidade que servia almoço e também água, embora a água, diferentemente do almoço, fosse servida gratuitamente. Percebe-se que esse aspecto ganha ênfase no relato. O entrevistado considera curiosa essa postura do dono do bar, acredita-se que, ancorada no tempo presente, onde a água precisa ser comprada nos bares da cidade. À época, era cedida por esse senhor. Possivelmente, no contexto de uma cidade pacata, com grande parte da população constituída por pessoas pobres, um lugar para beber água gratuitamente se configura como um aspecto importante.

As pessoas da zona rural que percorriam grandes distâncias, ao adentrarem a zona urbana, poderiam contar com um local que oferecia água gratuitamente. Percebemos que, de certo modo, esse é um dos aspectos que contribui para que o simples costume de ceder água ganhe importância na descrição funcional do bar, assim como o destaca o depoente ao ser questionado sobre os espaços de diversão. Nesse sentido, complementado os elementos já apresentados pelo senhor José Severino, o senhor Manoel Andrade chamou a atenção para outro ponto:

Bar era pouco bar, né? Hoje é bar, hoje é restaurante, é bar e restaurante. Hoje, é tudo misturado. Os bar era umas bodegas, umas barraquinhas pequenas. Uns lugar simples. Quase todo bar tinha uma sinuca para chamar mais, né? Para a turma se divertir.<sup>109</sup>

Compreende-se a partir do relato de memória desse entrevistado que não existia uma quantidade expressiva de bares. Os poucos que existiam à época são apresentados nos relatos dos entrevistados como espaços comerciais pouco desenvolvidos. Nota-se uma diferença clara entre o relato desse senhor e o do poeta, que prima por enaltecer a importância do bar, por conferir-lhe aspectos de grandiosidade. Nas lembranças do senhor Manoel Andrade, tais espaços eram pouco atrativos. Neles, fazia-se necessária a existência de mesas de sinuca, compreendidas como o elemento integrante daquele ambiente, responsável por divertir a população.

Além do Bar e Restaurante Glória, nas memórias do senhor José Severino, também ganhou destaque o bar do senhor Biu Borges. O bar do senhor Biu Borges e o do senhor Zezé

---

<sup>109</sup> Manoel Francisco de Andrade. Concedeu-nos entrevista no dia 20 de outubro de 2013.

são os principais bares lembrados pelas pessoas entrevistadas. Sobre esse bar (o de Borges), o senhor José Severino teceu algumas considerações:

Havia também um outro bar. Havia também um outro bar de renome aqui, que era o bar de Biu Borges. O bar de Zezé era mais visitado porque servia almoço. O bar de Biu Borges era apenas um bar. Tinha muita bilhar e mesas de sinuca. Havia muito quem jogasse bilhar, e era um bar visitado também pelos jogos da sinuca e do bilhar, e músicas, né? No player, ou música ao vivo pelo violão.<sup>110</sup>

Como já havia relatado o senhor Manoel Andrade, nos bares existia outro aspecto que integrava as diversões. As diversões nesses dois espaços também se associavam às músicas tocadas nos ambientes e aos jogos praticados, registrados nas memórias dos depoentes como importantes momentos de entretenimento na cidade. Além dos jogos de sinuca, nos terrenos desocupados, sem configuração urbana, realizavam-se partidas de futebol, divertimentos para aqueles que jogavam e para os que assistiam e torciam pela vitória de algum dos times. Contudo, no que se refere a essa opção de diversão, o que ganhou destaque na memória dos entrevistados não foram os times mais tradicionais como o Esporte e o América<sup>111</sup>, mas sim o futebol informal jogado todos os finais de semana pela população local.

Os depoentes nos relatos atribuem destaque ao futebol das pessoas comuns, jogado aos domingos, e não o dos times, dos jogadores profissionais, no contexto local. O futebol desencadeava sociabilidades para aqueles que participavam da realização desse esporte. Portanto, os jogos que ganharam destaque nas memórias dos moradores foram os jogados nos campos improvisados, por amadores, pessoas comuns que encontravam no esporte uma forma de entretenimento, de diversão.

Aqui, onde hoje é essa rodoviária, era um campo de futebol. Eu assistia, mas assistia mais pouco, porque o futebol, o futebol era assim: improvisado, né? Era só um campinho ali, perto do riacho, e o pessoal jogava no domingo para se divertir. Era mais assim, também, mais as crianças que jogavam sempre no campinho, brincavam né? Aí, depois fizeram essa rodoviária [já na década de 1990], aí se acabou. Não brincaram mais, não.<sup>112</sup>

<sup>110</sup> José Severino da Costa Barbosa. Concedeu-nos entrevista no dia 21 de maio de 2013.

<sup>111</sup> O América Futebol Clube foi fundado em 09 de Novembro de 1969, pelos desportistas Luís Barbosa Aguiar, Manoel Siqueira Luna, José Assis dos Santos, Antônio Gomes, Francisco de Paula Barbosa, Severino José do Nascimento e outros, na presença do árbitro Aluizio Lira, da Federação Paraibana de Futebol. A reunião de fundação realizou-se em uma das salas do Grupo Escolar Major José Barbosa. Ver em: AROEIRAS, Dudé das. *Pedras de Riachos*. João Pessoa: Ideia, 2003, p. 174.

<sup>112</sup> Severina de Souza de Muniz. Concedeu-nos entrevista no dia 12 de maio de 2013.

Percebe-se a partir do relato da senhora Severina Muniz que, para ela, as partidas de futebol não se configuravam como uma diversão atrativa. Não era necessário sair de sua residência para olhar os jogos, pois eles “eram os mesmos” e proporcionavam divertimento, sobretudo, para as crianças. Contudo, nos relatos dos demais entrevistados a ausência de uma configuração urbana na cidade de Aroeiras contribuía para que, em muitos espaços, fossem montados campos improvisados. Muitos logradouros não possuíam calçamento. Partidas de futebol eram jogadas por crianças e adultos, que chutavam a bola por ruas desfiguradas e que, aos poucos, foram sendo coloridas por outros tons, e o futebol foi ficando restrito a outros locais.

Foram construídos locais específicos para a realização das partidas de futebol, como é o caso do estádio João de Brito Lira. Mesmo assim, o futebol informal continuou sendo um elemento de constituição da paisagem, dos tantos espaços que ainda permaneceram sem configuração urbana. Assim, após as transformações do urbano que aconteceram de 1970 a 1990, as ruas centrais, ao que parece, já não constituíam mais espaços propícios para tais sociabilidades, uma vez que, à medida que na cidade aconteciam alterações no urbano, outros espaços de sociabilidade iam sendo configurados.

Para exemplificar, citamos o caso da Praça Souto Maior, construída na década de 1950. Edificada com o propósito de encobrir uma pedreira existente no centro de Aroeiras, configurou-se como um espaço de sociabilidade para os aroeirenses, moradores de uma cidade pacata, de pequeno porte, com hábitos rurais. O senhor Severino diz:

Na minha juventude... Eu tive uma juventude maravilhosa! Eu namorava nas praças. Nessa época, Aroeiras já possuía praças. Nós namorávamos nos bancos das praças, nas festas de rua. Os casais caminhavam, indo e voltando, passando um pelo outro, e a coisa mais interessante era a pureza. Eu me lembro de quando eu recebia bilhete, os casais mandavam bilhetes. Hoje, você vê a promiscuidade, naquela época, não, nós tínhamos os bares e o mais interessante na minha juventude: existia a presença assídua da família aroeirense no clube, onde as famílias, mesmo tradicionais, participavam da festa. Nós tínhamos a festa da padroeira, que ainda hoje existe, mas que não é mais uma festa de verdade como na minha juventude.<sup>113</sup>

Assim, para o depoente, a Praça configura-se como o lugar dos namoros, dos passeios, da troca de bilhetes. Para o senhor Severino, sua juventude foi uma época sem promiscuidade, ao nos contar sobre a temporalidade da década de 1970, que ele faz referência como sendo a época de sua juventude. O entrevistado apresenta bares e praças como os principais espaços

---

<sup>113</sup> José Severino da Costa Barbosa. Concedeu-nos entrevista no dia 21 de maio de 2013.

de sociabilidade para os moradores de Aroeiras. Além disso, também demarca uma divisão social, pois, ao fazer referência a famílias tradicionais, sugere a existência de uma elite local.

Sobre a referida praça, o senhor José Severino ainda nos contou:

Existia uma praça, era a Praça Desembargador Souto Maior. Namorávamos nas praças, marcávamos encontros nas praças. Nós dizíamos assim: Hoje tem encontro na praça! A praça era um local reservado para os namoros e para os encontros. Tinha eventos na praça. Aí, se colocou a televisão na praça. As pessoas, nós íamos para a praça assistir a televisão. As pessoas do sítio vinham para a cidade, porque a praça fazia com que as pessoas tivessem acesso à televisão.<sup>114</sup>

A televisão foi instalada na Praça construída para encobrir a pedreira. Com essa inserção, novos hábitos surgiram. As pessoas de Aroeiras dirigiam-se até o local para assistir a programação e passaram a se deslocar de suas residências para ir à praça em virtude do acesso a esse aparelho. A princípio, a curiosidade deve ter sido o elemento motivador, pois não é a programação, não são os programas exibidos, o que se configura como importante. Nos relatos de memória dos aroeirenses, o “principal” personagem é a própria televisão. Com relatos permeados pelo encantamento, as pessoas representam a TV como um elemento novo que havia adentrado a vida urbana ao ser instalada na Praça, no âmbito público, onde se fez acessível àqueles que não dispunham de posses para adquirir o aparelho.

As pessoas relembram com entusiasmo a aquisição da televisão. Manifestam seu encantamento diante daquela caixa em que “a pessoa via o sujeito assim, cara a cara”. Sem dúvida, pode-se afirmar que a televisão pode ser compreendida como uma novidade que gerou fantasia, encantamento, na população local, pois aguçou a imaginação e proporcionou conhecer outros espaços. Por isso, muitos devem se ter dirigido àquele local só para “tirar a prova”, conferir, vê com os próprios olhos o já tão falado aparelho, de cuja existência muitos devem até mesmo ter duvidado.

Eu lembro que Kleber um dia me disse, na casa de Daniel. Daniel morava ali, onde é Eduardo hoje, onde é o comércio dele. Daniel morava ali, morava e costurava, e ele tinha um rádio, e eu, de nove horas eu vinha para assistir a novela no rádio. Chega esse menino ali... Ele tá vivinho pra contar a história. Aí Kleber chegou e disse: “Olhe, a gente tamo assistindo aqui, mas lá no Rio de Janeiro, eu vi lá, o aparelho lá em cima da mesa, o cara falando e a gente vendo lá a cara dele.” E o povo ficou meio assim, né? E eu também não acreditava! Aí depois apareceu a televisão, e a gente vimos que ele estava certo. A gente não sabia, né? Aqui era novidade. Quando pensou que não, todo mundo tinha.<sup>115</sup>

<sup>114</sup> José Severino da Costa Barbosa. Concedeu-nos entrevista no dia 21 de maio de 2013.

<sup>115</sup> Manoel Francisco de Andrade. Concedeu-nos entrevista no dia 20 de outubro de 2013.

Percebe-se, a partir do relato do senhor Manoel Andrade, que, enquanto não existia o aparelho de TV como elemento atrativo, o rádio na cidade chamava a atenção do público, atraía espectadores que dizem ter escutado muitas novelas através daquele aparelho. Souza (2006), ao estudar o rádio na cidade de Campina Grande, nas décadas de 1940 e 1950, nos informa que,

[a]o contrário do jornal escrito, que pressupunha o letramento e o hábito de leitura, ou do teatro e do cinema, que exigiam a presença física do espectador numa sala destinada à suas apresentações, o rádio conseguia passar suas mensagens apenas através da voz, podendo ser encontrado em qualquer lugar, até nos bairros mais pobres da cidade. E mesmo quando este não existia em todos os lares, sempre havia a possibilidade de ouvir-se “a caixa falante” no vizinho, na mercearia, no boteco, no quartel, no hospital e até mesmo nos bailes e nos cabarês.<sup>116</sup>

Assim, o rádio existente nas casas em Aroeiras, era responsável por proporcionar entretenimento. A televisão, instalada naquele espaço da praça, sem dúvida permitiria a construção de novas práticas. De certo, ir até a casa do senhor Daniel ouvir o rádio não deveria ser mais tão atraente quanto já fora antes da chegada e posterior instalação da TV na Praça. O aparelho de TV foi instalado em algumas casas privadas, por volta de 1960. As casas nas quais a televisão foi colocada eram residências de pessoas com certo poder aquisitivo. Segundo Gomes (2012), uma das casas em que a televisão fora instalada pertencia, à época, ao vereador Neco Luna.<sup>117</sup>

A televisão era restrita a uma pequena parcela da população, pois se acredita que a maioria das pessoas não dispunha de recursos suficientes para comprar tal aparelho, o que não era o caso do citado vereador, que, naquele período, deveria ser alguém com mais poder aquisitivo. Não há dúvida de que, para a cidade daquela época, a televisão era uma novidade. Instalada na casa do vereador, um homem público, deve ter atraído muitos curiosos. Como relembra o senhor Manoel Andrade, um dos entretenimentos dos moradores de Aroeiras era os rádios instalados no âmbito das residências de algumas famílias. Ele relembra que se dirigia a casa do senhor Daniel para assistir as novelas no rádio. Por certo, alguns moradores também devem ter feito muitas visitas ao vereador Neco Luna, aguçados pela curiosidade, pelo desejo de desfrutar dos momentos de entretenimento proporcionados pela televisão.

<sup>116</sup> SOUZA, Antônio Clarindo de. O Mundo que se houve e o mundo que se vê: o rádio e os auditórios em Campina Grande. In: SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa; OLIVEIRA, Flavianny Guimarães; FREITAS, Goreti Maria Sampaio de. *História da mídia regional: o rádio em Campina Grande*. Campina Grande, PB: EDUFPG/EDUEP, 2006, p. 26.

<sup>117</sup> GOMES, Jordan Queiroz, *op. cit.*, p. 213.

Seu Joaquim Leonardo era prefeito [foi gestor durante os anos de 1959 a 1963 e de 1969 a 1972]. Comprou uma televisão e botou na praça para o povo assistir. Eu mesmo fui muito assistir, minha esposa foi, porque ninguém tinha televisão. A gente fomos para lá. Mas era ruim a televisão, era aquele chuveiro danado. Mas a gente assistia jornal, o Jornal Nacional. E muita gente ficava ali na praça. Era assim: tinha dois bancos, os bancos de cimento para assistir, e era uma novidade!<sup>118</sup>

Como dito, a instalação da TV imprime novos hábitos ao viver urbano de Aroeiras. A programação da televisão decerto emocionava, provocava risos, angústias, trazia divertimento à população. A praça, espaço de lazer, tornara-se mais frequentada por homens e mulheres moradores do município. A essas pessoas, foi dada a oportunidade de ter acesso àquele aparelho. Sobre isso, não é possível precisar ao certo quando a televisão fora instalada, mas acredita-se que, no início da década de 1970, estava ocorrendo a sua instalação na praça. Pode ser que tenha ocorrido antes ou um pouco depois; porém, a nossa hipótese é a de que a data da instalação não se distancia muito do ano de 1970.

O senhor Manoel Andrade lembra:

Ele botou [se referindo a Joaquim Antônio de Andrade] a televisão na praça e botou umas pessoas para tomar conta. Aqui, era novidade. Quando pensou que não, todo mundo tinha. [...] Eu me lembro quem era [que vigiava o aparelho]. Ele botou Mané Pineco. Naquela hora, ligava para o povo assistir e, quando não queria mais, que fosse embora, desligava. Tinha um quartinho com uma janelinha. O aparelho ficava dentro do quartinho e a pessoa ficava lá em frente assistindo. Aí, depois, acabaram esse quartinho. Aí, depois, foram comprando. Seu Miné, Severino dos Santos, foram comprando; aí o povo assistia televisão em pé, pela janela. Enchia de gente! Ali em Seu Miné mesmo enchia de gente, ficava cheio de gente olhando a televisão. Foi Neco Luna quem comprou a primeira. A televisão era preto e branco.

Percebe-se que, assim como na praça, as residências de outros moradores também eram frequentadas pelos que ainda não haviam comprado o aparelho. Nos fins de tarde, muitas famílias saíam de suas casas e se dirigiam para a de vizinhos, a fim de acompanharem a programação daquele aparelho que adentrou Aroeiras, enquanto o seu acesso ainda era restrito a poucos. A partir das lembranças do senhor Manoel Andrade, nota-se que assistir televisão na praça era um hábito mais recorrente no momento, quando poucos possuíam o aparelho. Sem dúvida, a instalação na Praça não suplantou o hábito de assistir TV na casa dos vizinhos.

À medida que outros moradores foram comprando, as casas particulares também se tornaram espaços de sociabilidade para a coletividade. A televisão passou a ocupar o lugar do rádio, aparelho por meio do qual os moradores do município seguiam as novelas. Contudo,

<sup>118</sup> Manoel Francisco de Andrade. Concedeu-nos entrevista no dia 20 de outubro de 2013.

durante um longo período que não é possível precisar ao certo, grande parte da população continuou sem possuir esse bem em suas casas. As pessoas mais pobres “continuaram com seus rádios, principalmente as [...] dos sítios, onde a televisão foi instalada mais tardiamente”. Quando não era possível dispor desse aparelho em casa, era possível “espiar” da janela, ficar ali, assistindo, viajando para outras espacialidades, o que sem dúvida também sugere relações amigáveis entre os vizinhos.

Compreende-se que, na praça, novos espaços também vão se constituindo, pois novas práticas estavam adentrando e, com elas, outros sentimentos, outras significações, outras formas de viver nos espaços e neles divertir-se, encontrar pessoas, desencadear sociabilidades. Assim, além da televisão instalada na praça e dos aparelhos de TV das casas particulares de alguns moradores, em Aroeiras também existiu o cinema; instalação improvisada, funcionou no Mercado Municipal. Nas memórias dos nossos depoentes, não importava a improvisação do lugar, o cinema era um local atrativo. Assistir aos filmes exibidos era um divertimento para a população nos finais de semana. Sobre isso, relembra o senhor José Severino:

Existia um cinema em Aroeiras. Funcionava no Mercado Público Municipal. Um senhor, por nome de João Velez, ele ia de pé [sic] buscar a fita em Umbuzeiro. [...] A fita torava, eles emendavam e começava outro filme. O filme começava com a paixão de cristo e terminava com o faroeste caboclo [risos]. Mas não importava! O que importava pra gente era fazer algo diferente. Levávamos nossas cadeiras, nossos tamboretas. Aquilo pra gente era um divertimento fenomenal. Levava a namorada. Antes do filme, ficavam tocando umas músicas, Nelson Gonçalves; então ficávamos aguardando o começo. [...] Terminava o filme, pegávamos nosso banco, nossa cadeirinha e íamos pra casa. Todo final de semana tinha filme. Muita gente do sítio vinha para casa de algum parente e de lá ia. Alguns ficavam de pé, mas a grande maioria levava sua cadeira, seus tamboretas.<sup>119</sup>

Muitos leem o cinema como um ícone moderno. Porém, percebe-se que, em Aroeiras, não existia um local “luxuoso” destinado a ser o espaço que abrigaria o cinema. As exhibições eram feitas em um ambiente improvisado, acontecendo na mesma edificação que, nas manhãs de sábado, sediava a feira. A experiência de Aroeiras com esse equipamento moderno se deu em um espaço precário, onde as famílias sentavam em seus tamboretas e, quando acabava o filme, levavam-nos de volta para suas residências, já que na próxima semana, essas pessoas com seus assentos contribuiriam para reconfigurar um dos espaços de sociabilidades da cidade, improvisado, sem conforto, mas que proporcionava momentos de diversão para os moradores.

---

<sup>119</sup> José Severino da Costa Barbosa. Concedeu-nos entrevista no dia 21 de Maio de 2013.

### 3.3 A CIDADE ALEGRE: AS DIVERSÕES ENTRE RUAS E PAVILHÕES

Outra forma de divertimento para os moradores de Aroeiras eram as principais festas de rua que aconteciam no espaço da cidade, a exemplo das festividades da Festa da Padroeira Nossa Senhora do Rosário, as festas de Natal e de Carnaval, muito recorrentes nas memórias dos entrevistados. Essas festas eram responsáveis por atrair as pessoas para os espaços em que estavam acontecendo. Em tais dias existia uma quebra do que era habitual na cidade.

A festa da Padroeira (Nossa Senhora do Rosário) era composta por missas e novenários. Após essa programação religiosa, as pessoas se divertiam na área externa, nas proximidades do templo, no pavilhão montado no período dessas festividades. Muito próximo a esses locais existiam carrosséis, balanços e rodas-gigantes. Barracas eram montadas para a venda de bebidas; também existiam as barracas de jogos nos espaços em que se realizavam esses divertimentos, nas ruas que ganhavam outras conotações, pois a cidade parecia estar mais alegre.

A festa da padroeira era uma festa de verdade, muito melhor que a de hoje. Se fazia um pavilhão, naquela época, em benefício da Igreja. Nós elegíamos a rainha, o azul e o encarnado, e começávamos a arrecadar as coisas. As pessoas doavam galinhas e aqueles que arrecadassem mais dinheiro era a rainha vencedora. Arrematava galinhas, arrematava porcos. Tinha os pastoris. Se conversava nas calçadas de Aroeiras. As pessoas tinham tempo umas pras outras. As famílias botavam as cadeiras para bater papo, as pessoas se falavam mais. Na Rua Antônio Gonçalves, fazia-se um pavilhão, sempre fazia um pavilhão com arremates de galinha, coco verde, caixas de queijo, de manteiga de gado. Acontecia a festa religiosa, e, à noite, tinha o azul e encarnados para eleger a rainha em prol da Igreja.<sup>120</sup>

No pavilhão, construído nos dias em que tal festa se realizava, a população de Aroeiras divertia-se. O cotidiano da pacata cidade era suspenso. A atual Rua Antônio Gonçalves se transformava em um outro território. Nele, as pessoas se alegravam e faziam arremates de galinhas com a pretensão de arrecadar dinheiro para a Igreja. Escolhiam a rainha da festa. As rainhas eram, geralmente, moças tidas como bonitas — deveriam ser oriundas das famílias com mais posses — com trajes nas cores azul ou vermelho. Estas deveriam utilizar toda a sua simpatia para encantar ao público que daria dinheiro à cor daquele partido que mais lhe agradasse. Como conta Severina de Souza Muniz:

[T]inha o azul e o encarnado, quem vendesse mais era o que ganhava. Era uma teima. Era o vermelho e o azul. [...] Seu Antônio Pedro, esse pessoal tudo ia para as mesas beber, e quem servia era as garçonetes. Tudo com avental azul e outras com o

<sup>120</sup> José Severino da Costa Barbosa. Concedeu-nos entrevista no dia 21 de maio de 2013.

avental vermelho. Eu servi muito também, eu fui garçomete. A gente trabalhava a noite toda servindo bebida e, no outro dia, dizia quem ganhou. Era aquela festa.<sup>121</sup>

A questão não era somente angariar fundos para a Igreja. As pessoas se envolviam na disputa, torciam, emocionavam-se. As garçonetes, geralmente as moças candidatas à rainha, serviam as mesas. Sem dúvida, nesse momento deveriam esbanjar sorrisos para conquistar o público; súditos servidos por sua rainha durante a festa. Contudo, existiam aqueles que não caíam nas graças dessas moças. Não se deixavam conquistar pela beleza e pela simpatia. Eram torcedores de uma das cores, ou eram “do partido vermelho” ou do “partido azul”. Contribuíam com doações, torciam pela vitória dessa mesma cor ao longo dos anos. Nas palavras de outro entrevistado:

Era uma disputa do azul e do vermelho. Tinha duas bandeiras que subiam e desciam. Tinha como ficar acompanhando. Tinha leilão. Leiloava o frango, a galinha, era o leilão. Um botava dez, botava vinte, era o que queria, né? E o dinheiro ia para a Igreja. Tinha a filarmônica tocando. Vestidas de vermelho e azul. E o passeio dos namorados, o passeio dos namorados que subia e descia. Era uma época boa, era uma época muito boa.<sup>122</sup>

Percebe-se que era possível acompanhar qual cor que estava liderando a disputa, que já obtivera mais arrecadação. Como é possível observar no relato do senhor José Severino, assim como no dos demais entrevistados, o passeio dos casais, das pessoas indo e voltando, são lembranças lembradas com certo saudosismo. É como se essas relações não existissem mais, a essência dessas vivências se perdera, os espaços já não são mais os mesmos, não abrigam as mesmas relações. À medida que a cidade foi mudando, isso foi se perdendo. As festas ganharam uma outra dinâmica; as relações sociais teriam se transformado, as pessoas deixaram de realizar os passeios de ir e vir ao longo das ruas. O senhor José Fernandes relembra:

Os músicos era sopro, aquelas músicas bem bonitas. Era como uma retreta. Antigamente se chamava retreta. O pessoal dançava, passeava muito, a gente subia e descia. Briga? Ninguém ouvia falar. Confusão de tamanho nenhum. Tinha as pastorinhas dançando num coretezinho. Aí, ela oferecia um cravo a fulano de tal, um oferecia a um, outro oferecia a outro. Aí, quando terminava, contava o dinheiro e quem tivesse mais dinheiro era quem ganhava. Aí era aquela festa. Na época, as bandas eram muito bonitas. [...] O pessoal tudo se emocionava, era uma festa, não era como hoje não. Era trombone, trompete, essas coisas. [...] Seu Jucá era um cidadão rico, era um fazendeiro de café. Tava a festa, quando ele chegava. Eita, o

<sup>121</sup> Severina de Souza Muniz. Concedeu-nos entrevista no dia 12 de maio de 2013.

<sup>122</sup> Gilberto Bezerra de Souza. Concedeu-nos entrevista no dia 12 de maio de 2013.

encarnado ganha! Ele era do encarnado. Aí ele arrojava dinheiro, às vezes dava uns cem pro encarnado, pra dançar, era muito bacana [risos]. O pessoal dos sítios vinha, saía de manhã a pé. O pessoal ficava passeando na rua, ficava tipo uma retreta. E tinha o pavilhão, a disputa entre o azul e o encarnado. O povo gostava muito.<sup>123</sup>

Observa-se, portanto, no que diz respeito à festa da Padroeira, que o caráter profano ganha ênfase. Junto com ele, os passeios dos cidadãos nos espaços da festa e as bandas de músicas significadas como responsáveis por emocionar a população. Além disso, as disputas para eleger a rainha da festa atravessam os relatos dos entrevistados. Estes, por sua vez, idealizam que, em meio às danças, aos passeios e às disputas simbolizadas pelas cores, não existiam conflitos. A cidade calma, pacata, mesmo nos dias de quebra do seu cotidiano permanecia em uma calmaria que não possibilitava a existência de brigas.

Assim como a festa da Padroeira, o Natal também era outra festa de cunho religioso que adentrava pelos espaços das ruas de Aroeiras. Essa festividade que comemora o nascimento de Cristo também era responsável por trazer diversões para os moradores. Nessa comemoração, também se fazia um pavilhão para a apresentação dos pastoris. Os pastoris eram “umas meninas vestidas de anjo, que cantavam e dançavam. Era muito bonito”<sup>124</sup>. É a configuração atribuída àquela festividade pela senhora Maria Amaro, que comparecia as missas e às festas de Natal. Ainda muito encantada com os pastoris, ela nos contou que “eram muito bonitos, tinha as moças mais velhas de seu Manoel Marculino, que cantava as músicas no mês de dezembro”. E acrescentou a depoente:

As festas desse tempo eram tudo calmas, não era igual hoje, não. As festas não eram de toque, como é hoje, não. Era festa de gente, daquela multidão de pessoas. Eu fui ver essas festas de cantor depois que eu casei, mais antes era só a festa do povo na rua. Eu assistia Santa Missa e festa dos pastoris no Natal.<sup>125</sup>

Nos relatos de memória do senhor José Severino, a festa de Natal era

belíssima. Eu me lembro dos carrosséis do pão com gelada. Sempre se fazia um pavilhão na Rua do Comércio, atual Rua Antônio Gonçalves. Dalí, de Socorro Caminhão até Biu Borges, se fazia um pavilhão. Fazia um arremate de galinha, manteiga de gado. Isso na festa profana para arrecadar dinheiro para Igreja. Tinha os pastoris, os pastoris eram muito bonitos.<sup>126</sup>

<sup>123</sup> José Fernandes de Melo. Concedeu-nos entrevista no dia 12 de maio de 2013.

<sup>124</sup> Maria Amaro de Souza. Concedeu-nos entrevista no dia 13 de maio de 2013.

<sup>125</sup> Maria Amaro de Souza. Concedeu-nos entrevista no dia 13 de maio de 2013.

<sup>126</sup> José Severino da Costa Barbosa. Concedeu-nos entrevista no dia 21 de maio de 2013.

Tal como acontecia durante a Festa do Rosário, nas festas de Natal os moradores da cidade divertiam-se nos pavilhões e nos parques, e também participavam das missas. “As missas eram muito bonitas”<sup>127</sup> De cunho religioso, o caráter profano dessas duas festividades ganhou visibilidade nos relatos de memória dos entrevistados. Eles rememoram momentos de divertimento, de alegria nas ruas. Espaços utilizados para o comércio ganhavam então outra configuração. Pessoas do sítio e da cidade dançavam, passeavam ao longo daquela rua. Nela, em épocas de Carnaval, alguns personagens adentravam e, com eles, outras cores passavam a colorir aqueles espaços.

Sobre o Carnaval, contou-nos a senhora Severina Muniz:

Eu sei que existia muito papangu. Bloco, nessa época, juntava Seu Manoel Pineco, que era o animador, o dono do Clube. Mas os carnavais eram assim. Tudo fantasia. Eu mesma já me fantasiei de fantasia de papel, de papel crepom. A gente franzia, vestia uma roupa por baixo e dançava. Aí, como a roupa era de papel, jogavam água, jogavam muita água [risos]. O pessoal dançava muito, muito frevo, muita coisa, muita fantasia. Hoje, é só bloco, bloco. Nesse tempo, o pessoal passeava muito para cima e para baixo. À noite, era a banda, e tinha também candidata a rainha. Escolhia a rainha, escolhia a rainha e ia coroar a rainha no Clube. Aí, era outra festa. Ave-Maria! Era gente demais nesse Clube, viu? Nesse clube pequenininho.

Neste relato da senhora Severina Muniz, percebe-se o Carnaval como uma festividade capaz de provocar emoções, proporcionando diversões, aguçando os sonhos dos cidadãos que elaboravam fantasias e as concretizavam no período carnavalesco, período de inversão do cotidiano, da “ordem” social estabelecida. Nesse contexto de fantasias, as roupas de papel crepom ajudavam a colorir as ruas, pois se tornavam as vestimentas das jovens da época, que dançavam, dançavam muito, fantasiadas, no Clube Recreativo Aroeirense.

Naquele espaço, eram promovidos bailes carnavalescos aguçados pela fantasia, como nos informa o relato da entrevistada. Assim como o Carnaval, a festa de coroação da rainha de tal festividade também ganha destaque na sua narrativa, uma vez que o Clube ficava pequeno para comportar tantas pessoas naqueles dias festivos. Contudo, aquele espaço, fisicamente, já é muito pequeno.

O Clube Recreativo Aroeirense, hoje denominado de Clube Velho, sediava os bailes e também outras festividades que viessem a ocorrer na cidade. Esses bailes são lembrados com muito saudosismo por algumas narrativas dos depoentes. Certamente, eram importantes para uma dita elite local à época. Não sabemos qual era o seu valor, mas compreendemos que, para as famílias tradicionais, deveria ser o momento de reafirmar seu valor enquanto segmento

---

<sup>127</sup> Raimunda Maria da Conceição. Concedeu-nos entrevista no dia 13 de abril de 2013.

mais abastado daquela sociedade. Acredita-se que, por tais questões, nos relatos, esses bailes são expressos com tanto saudosismo.

Na década de 1970, o Carnaval teria ganhado outras configurações. Segundo o senhor José Severino “existia a presença assídua das tradicionais famílias aroeirenses no Clube, mas isso se perdera”<sup>128</sup>. Os blocos carnavalescos, como o Zé Pereira, adentram as ruas da cidade e se expressam através de diversas outras denominações, popularizando essa festa na cidade, que deixa de realizar-se prioritariamente naquele espaço projetado, de outros tempos, mais distante dos olhos e das práticas das pessoas comuns.

O Clube Recreativo, enquanto espaço de sociabilidade para os moradores da cidade, foi substituído por outra construção, inaugurada na gestão de Carlos Pessoa Filho (1989-1992). O Clube Novo, como se tornou conhecido, passou a desempenhar as funções do outro pequeno Clube, situado na área Central de Aroeiras. Contudo, os Carnavais rememorados pelos nossos entrevistados perderam a sua essência. A cidade foi sendo carnavalizada pelos blocos de rua, pela graça dos papangus, pessoas mascaradas com fantasiadas improvisadas, que batiam de porta em porta, pedindo um “dinherin”.

Pode-se concluir, então, que, em Aroeiras, os moradores passaram a conviver com novas formas de vivenciar o espaço urbano. Sobre a cidade e essas vivências, buscamos encontrar alguns vestígios de suas transformações no tempo. Essas marcas nos permitiram ler alguns aspectos da cidade. Feito isto, ao que nos parece, as transformações do urbano não conferiram a Aroeiras ares urbanos de uma cidade desenvolvida.

---

<sup>128</sup> José Severino da Costa Barbosa. Concedeu-nos entrevista no dia 21 de Maio de 2013.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na cidade de Aroeiras, a partir de 1970, algumas reformas foram realizadas, na nossa visão, para conferir-lhe ares urbanos. Essas transformações dos espaços acabaram por trazer uma nova configuração para a cidade. Contudo, Aroeiras continuou pequena, pacata, com seu ritmo habitual de dias tranquilos. Representada pelas memórias dos moradores, a nós coube a tarefa de conferir mais uma visão e significação sobre a cidade, a partir de escolhas teóricas e metodológicas que nos guiaram nessa trajetória, ante tantos possíveis caminhos alternativos. Esperamos que este estudo inspire outros, que outras tantas visões e significações sobre esta e tantas outras cidades possam ser elaboradas.

Nesse sentido, compreendemos que, nas cidades, ao longo do tempo, são processadas transformações que alteram as características de sua paisagem. Essas mudanças ocorrem graças às ações e aos desejos individuais e coletivos daqueles que vislumbram, nas reformas, a possibilidade de construir aprimoramentos materiais que possam trazer melhores condições de vida à população e, sobretudo, promover desenvolvimento, embora essas mudanças não se processem em toda a cidade, nem sejam todos os moradores contemplados, favorecidos com tais melhorias, de alguma forma. Mesmo aos que o são, nem sempre isso representa a criação de melhores condições de vida. Todavia, compreende-se que, de algum modo, as reformas impactam o cotidiano dos moradores.

Para refletir sobre tais aspectos, tornou-se viável estudar a cidade de Aroeiras por meio de uma diversidade de indícios históricos fornecidos pelos relatos de vivências de pessoas que experimentaram o urbano nas mais diversas formas possíveis, pois se acredita que a cidade não existe em si mesma. Ela também se cria na interação daqueles que a habitam, nas vivências de seus cidadãos (PESAVENTO, 2004). Ademais, o espaço urbano possui uma materialidade erigida pela ação do homem sobre a natureza, o que nos permite reconhecer que estamos na presença do urbano, que é bem distinto da realidade rural, muito embora interaja, precise do rural, às vezes de forma muito imbricada em seu próprio interior.

No caso da cidade de Aroeiras, no transcurso até a década de 1970, deparamo-nos com um espaço construído, mas com muitas características rurais. A partir desse período, a cidade passa a vivenciar um significativo processo de urbanização, de crescimento do perímetro urbano, quando esforços para lhe conferir atribuições anteriormente não existentes foram postos em prática, principalmente em função de um projeto maior de urbanização que estava sendo implantado no estado da Paraíba, durante o período do Regime Militar (1964-1985). Nessa temporalidade, aquele pequeno aglomerado populacional recebeu a chegada do

abastecimento de água, a construção de um sistema de esgoto nada complexo e a ampliação do abastecimento de energia elétrica para todo o espaço urbano e algumas localidades da zona rural com uma população mais expressiva, como é o caso de Gado Bravo e Pedro Velho.

Verificamos ainda que foi construído o primeiro hospital, denominado de Hospital e Maternidade José Marinho, construção iniciada durante a gestão do então prefeito João de Brito Lira (1973-1976). Destacam-se ainda a chegada do Branco do Brasil e a construção do Matadouro Público Municipal, durante a gestão de José Fernandes de Melo (1977-1982). Além disso, também foram realizadas obras para melhorar a infraestrutura. Dentre elas, destacamos obras de calçamento, a construção de uma Avenida na Rua Zeferino de Paula com canteiros arborizados, rede elétrica ampliada e várias luminárias “modernas”, instaladas nos canteiros. Essa primeira avenida é emblemática para podermos refletir sobre as pretensões de desenvolvimento que estavam sendo recepcionadas em Aroeiras.

A avenida embelezava a entrada principal daquele espaço urbano, que outrora estava pouco configurado, com ruas insalubres, iluminação precária, sem alinhamento. Sem dúvida, pouco se distanciava de uma paisagem rural. Além desse desejo de embelezamento, nas principais obras realizadas durante a temporalidade em estudo, também vimos a concretização de algumas melhorias para que os cidadãos contassem com o mínimo de infraestrutura e não precisassem enfrentar mais os transtornos que, antes, atormentavam o viver urbano. Para exemplificar, citamos a construção da ponte no cruzamento do Riacho do Aricuru com a Rua Zeferino de Paula, antiga Rua dos Coqueiros, e a atual Rua Antônio Gonçalves.

A construção dessa obra teve início durante a gestão do então prefeito José Fernandes de Melo (1977-1982) e foi inaugurada durante a gestão de Gilberto Bezerra de Souza (1983-1988). Após ser erguida, essa ponte de concreto armado possibilitaria a travessia de carros e pedestres que seguissem da Rua Zeferino de Paula em direção à Rua Antônio Gonçalves, ou o inverso, diminuindo os transtornos dos dias de cheias do riacho, já que muitos habitantes poderiam retornar às suas residências. Carros poderiam seguir seu percurso, pois a cidade passou a dispor de uma ponte para auxiliar na travessia desse ponto do urbano.

Depois dessa construção, a principal via de circulação de Aroeiras, agora mais bem estruturada, tornou-se menos insalubre. Seu espaço foi redesenhado e ganhou os contornos de uma paisagem urbana. Da mesma forma, durante a gestão de Carlos Pessoa Filho (1989-1992), foi dada continuidade ao serviço de alinhamento com a construção de um trecho de calçamento que uniu a atual Rua Zeferino de Paula à atual Rua Antônio Gonçalves. Durante essa temporalidade, também foi construído o Clube Municipal de Aroeiras, e obras de esgoto

sanitário foram realizadas. No segundo mandato de José Fernandes de Melo (1993-1996), foi construído o Terminal Rodoviário Municipal.

Assim, em 1990, Aroeiras não era mais a urbe de duas décadas antes. Ao longo dos anos, a cidade foi mudando e se redefinindo. A inserção de um maior número de transportes motorizados, sobretudo na década de 1980, e a construção de uma rodovia asfaltada tornaram mais fácil o contato com outros municípios. O isolamento fora quebrado, o que implicou mudanças no modo de viver e experimentar o urbano. Contudo, as reformas trouxeram mais traços de urbanidade. O advento dos transportes, de serviços e equipamentos urbanos confluíram para a urbanização.

Em face disso, no presente trabalho, buscamos refletir a respeito das configurações do espaço urbano, do cotidiano e das suas práticas, assim como das reconfigurações dos espaços — as alterações da paisagem que, na nossa compreensão, acabaram por redefinir as práticas cidadinas, pois impactaram o cotidiano nos modos de viver em Aroeiras. Para lembrar esses momentos, recorreremos a experiências vividas por alguns cidadãos entrevistados, a diversos olhares que ressignificaram essa época, os quais permitem vislumbrar aspectos de uma temporalidade transcorrida, apresentada e também significada pelos relatos de memória de pessoas comuns, pois priorizamos as significações daqueles que viviam no município. Essas diferentes pessoas contribuíram para a realização desta escrita.

Nesse sentido, as lembranças, transformadas em fontes, assumiram lugar de destaque, e a cidade foi apresentada pelas memórias de aroeirenses que, nos seus relatos, contemplaram o espaço físico, assim como as formas de viver, de experimentar o urbano. Esses depoentes que tornaram possível a concretização deste estudo são moradores de uma cidade de pequeno porte, localizada no agreste paraibano, a qual, assim como outras de grande e médio porte, também passou por um processo de crescimento e urbanização, o que ocorreu a partir da segunda metade do século XX. A cidade emancipou-se politicamente em 2 de dezembro de 1953 e, durante a década de 1970, até o início da década de 1990, experimentou um processo relevante de urbanização e expansão, muito embora estejamos fazendo referência a reformas mais localizadas, porém significativas para o referido contexto.

Portanto, construímos este trabalho, guiados pelo desejo de estudar as mudanças no perímetro urbano de Aroeiras, priorizando como as memórias dos moradores entrevistados apresentam essas reformas materiais e significam as novas formas de experimentar o espaço urbano. Na nossa compreensão, uma possibilidade de leitura, dentre tantas possíveis, e uma visão elaborada para tornar possíveis as reflexões sobre uma cidade de pequeno porte.

## **FONTES**

### **Entrevistas realizadas:**

- Gilberto Bezerra de Souza. Concedeu-nos entrevista no dia 12 de maio de 2013.
- João Alves Pereira. Concedeu-nos entrevista no dia 15 de maio de 2013.
- José Fernandes de Melo. Concedeu-nos entrevista no dia 12 de maio de 2013.
- José Severino da Costa Barbosa. Concedeu-nos entrevista no dia 21 de maio de 2013.
- Manoel Francisco de Andrade. Concedeu-nos entrevista no dia 20 de outubro de 2013.
- Maria Amaro de Souza. Concedeu-nos entrevista no dia 13 de maio de 2013.
- Raimunda Maria da Conceição. Concedeu-nos no dia 13 de abril de 2013.
- Severina de Souza Muniz. Concedeu-nos entrevista no dia 12 de maio de 2013.

### **Outras fontes consultadas:**

- Documentário fotográfico das obras realizadas na administração do prefeito Joaquim A. de Andrade (31/01/69-31/01/73).
- Esboço Geográfico – Histórico do Município de Aroeiras – PB. Agosto de 1972.
- Revista especial dos 50 anos de Aroeiras-PB. Dezembro de 2003.
- Cartilha **Você precisa conhecer a vida e a história do seu município** (1977-1983).

### **Arquivos e bibliotecas:**

- Arquivo da Câmara Municipal de Aroeiras.
- Arquivo da Prefeitura Municipal de Aroeiras.
- Acervo fotográfico da Biblioteca Pública Municipal.

### **Acervos particulares:**

- Acervo pessoal de José Severino da Costa Barbosa.
- Acervo Pessoal de José Fernandes de Melo.
- Acervo Pessoal de Severina de Souza Muniz.

## REFERÊNCIAS

- ADILSON FILHO, José. *A cidade atravessada: velhos e novos cenários na política belo-jardinese*. Recife: COMUNIGRAF, 2009.
- AGRA; Giscard F. *A modernidade aos goles: a produção de uma sensibilidade moderna em Campina Grande, 1904 a 1935*. Recife: UFPE, 2008 (Dissertação de mestrado em História).
- ALBERTI, Verena. Fontes orais: histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, p. 155-233, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Manual de história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- ANDRADE, Pedro Paulo. *Aroeiras sua história*. Campina Grande: Editora e Gráfica Santa Fé Ltda., 1981.
- \_\_\_\_\_. *Aroeiras sua origem*. A União Cia. Editora, 1984.
- ARANHA, Gervácio Batista. Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925). In: Ó, Alarcon Agra do et al. *A Paraíba no império e na república: estudos de história social e cultural*. 3. ed. João Pessoa: Ideia, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925)*. Campinas, SP: Unicamp, 2001 (Tese de doutorado em História).
- BARROS, José D'Assunção. *O campo da história – especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Cidade e história*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- BARROS, Vilarin Barbosa. Facetas de cidades nos (des) caminhos de Quixadá-São Paulo: “Uns se dão bem e outros não” (1980-2000). In: DAMASCENO, Francisco José Gomes; SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. (Org.s). In: *Cidades (re) inventadas: sujeito(s), fonte(s), história(s) na Paraíba e no Ceará*. Fortaleza/Campina Grande: EDUECE/EDUFCG, 2010.
- BERGSON, Henri. *Memória e vida: textos escolhidos por Gilles Deleuze*. Tradução Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BOSI, Ecléa. A pesquisa em memória social. *Revista de Psicologia da USP*, São Paulo, v. 4, p. 277-284, 1994.

\_\_\_\_\_. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

\_\_\_\_\_. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 15 ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

BRESCIANI, Maria Stella. As sete portas da cidade, *Espaço & debates*, n. 34, São Paulo: NERU, p. 10-15, 1991.

\_\_\_\_\_. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcus César de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, p. 237-238, 1988.

CABRAL FILHO, Severino. *A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)*. João Pessoa: UFPB/PPGS, 2007 (Tese de doutorado em Sociologia).

\_\_\_\_\_. *A cidade revelada: Campina Grande em imagens e história*. Campina Grande: EDUFPG, 2009.

\_\_\_\_\_. *O pão da memória: velhos padeiros, lembranças, trabalho e história*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Univ., 2002.

\_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano, 2: morar, cozinhar*. Tradução Ephraim Ferreira Alves e Lúcia Endlich Orth. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

\_\_\_\_\_. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CORBIN, Alain. "Do Limousin às culturas sensíveis". In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, p. 97-110, 1998.

CITTADINO, Monique. A política paraibana e o Estado autoritário (1964-1986). In: *Estrutura de poder na Paraíba*, v. 4. João Pessoa: EDUFPB, 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Espaços entrecruzados na história: práticas de pesquisa e escrita. In: MONTENEGRO, Antônio Torres et al. (Orgs.). *Histórias: cultura e sentimento: outras histórias do Brasil*. Recife: Editora Universitária/ UFPE/ EDUFMT, 2008.

\_\_\_\_\_. Memória e relato histórico, *CLIO: revista de pesquisa histórica*, n. 23, Recife, 2007. Programa de Pós-Graduação em História, UFPE. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Apresentação Carlos Alberto Cunha Miranda. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

\_\_\_\_\_. A cidade simbólica: inscrições no tempo e no espaço, *Estudos ibero-americanos*, PUC-RS, v. XXXII, n. 1, p. 143-155, jun. 2006. Disponível em <<http://revistas.eletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/1306>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

GINZBURG, Carlo. Controlando a evidência: o juiz e o historiador. In: NOVAIS, Fernando Antonio; SILVA, Rogério Forastieri da (Orgs.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, p. 341-358, 2011.

\_\_\_\_\_. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. Tradução Eduardo Brandão. 3. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 143-180, 1989.

GOMES, Iordan Queiroz. *Sensibilidades e representações na construção do espaço urbano aroeirense: entre sonhos, desejos e práticas (1920-1960)*. Campina Grande: UFCG, 2012 (Dissertação de mestrado em História).

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

\_\_\_\_\_. *A memória coletiva*. 3 ed. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. A dimensão metodológica da história oral. *A oralidade dos velhos na polifonia urbana*. Fortaleza: Imprensa Universitária, p. 40-56, 2003.

\_\_\_\_\_. O alcance da oralidade como opção metodológica. In: VASCONCELOS, José Geraldo; JUNIOR, Antônio Germano Magalhães, (Orgs.) *Linguagens da história*. Fortaleza: Impreca, 2003.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão et. al. 5. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

LIMA, Elizabeth Cristina de A. *A Fábrica de Sonhos: a invenção da festa junina no espaço urbano*. 2. ed. Campina Grande: Ed. UFCG, 2008.

LORIGA, Sabina. A tarefa do historiador. In: GOMES, Angela de Castro; SCHIMIDT, Benito Bisso (Orgs.). *Memórias e narrativas (auto) biográficas*. Rio de Janeiro: FGV, p. 13-38, 2009.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MELLO, José Octávio de A. *História da Paraíba: lutas e resistências*. 3. ed. João Pessoa: Ed UFPB, 1995, p. 201, *apud* ARAÚJO, Railane Martins de. *O governo de Pedro Gondim e o Teatro do poder na Paraíba: imprensa, imaginário e representações (1958-65)*. João Pessoa: UFPB, 2009 (Dissertação de mestrado em História).

MONTE, Regianny L. Memórias e (res)sentimentos em torno do processo de modernização de Teresina durante a década de 1970. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides. *Sentimentos e ressentimentos em cidades brasileiras*. Teresina: EDUFPI; Imperatriz, MA: Ética; 2010.

MONTENEGRO, Antônio Torres. História oral, caminhos e descaminhos, *Revista brasileira de história: memória, história, historiografia*, São Paulo, ANPUH/Ed. Marco Zero, v. 13, n. 25/26, p. 55-65, set. 1992/ago. 1993.

\_\_\_\_\_. *História, metodologia, memória*. 1. Ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. Memórias, percursos e reflexões, *Revista Saeculum*, v. 18, João Pessoa, jan.-jun., p. 187-218, 2008. Entrevista concedida a Elio Chaves Flores e Regina Behar.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury, *Projeto história*, n. 10, São Paulo, p. 7-27, dez. 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano, *Estudos históricos*, n. 16, Rio de Janeiro, p. 279-290, 1995.

\_\_\_\_\_. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 53, p. 11-23, jun. 2007.

\_\_\_\_\_. Crônica: a leitura sensível do tempo, *Anos 90*, Porto Alegre, n. 7, p. 29-37, jul. 1997.

\_\_\_\_\_. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

\_\_\_\_\_. História, memória e centralidade urbana, *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, Debates, 2007b. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org>>. Acesso em: 14 fev. 2013.

\_\_\_\_\_. Sensibilidades no tempo, tempo de sensibilidades. *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, I Journée d'Histoire des sensibilités, EHESS, Materiales de seminários, n. 4, 2004. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/document229.html>>. Acesso em: 14 fev. 2013.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

PINTO, Júlio Pimentel. Os muitos tempos da memória, *Projeto história: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, São Paulo, n. 17, p. 203-211, nov. 1998.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio, *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais, *Revista tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

PROST, Antoine. Social e cultura indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 123-137.

REZENDE, Antônio Paulo. *(Des) encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*. Recife: FUNDARPE, 1997.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução Alain François et. al. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007.

ROLNIK, Raquel. História urbana: história na cidade? In: *Cidade e história*. FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de F. (Orgs.). Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, ANPUR, 1992, p. 27-29.

\_\_\_\_\_. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. 5. ed. São Paulo: Ed. USP, 2008.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio. In: \_\_\_\_\_ (Org.) *História da vida privada no Brasil república: da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das letras, 2008, p. 513-620.

SILVA, Aparecida Barbosa da. *Entre trocas, divertimentos e laços de amizade: abordando a feira como um espaço de sociabilidade para os aroeirenses*. Campina Grande: UFCG, 2010 (Monografia de licenciatura em História).

SILVA, Helenice R. da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 425-438, 2002.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. *Territórios de confronto*. Campina Grande: EDUFCEG, 2006.

SOUZA, Antônio Clarindo de. O Mundo que se houve e o mundo que se vê: o rádio e os auditórios em Campina Grande. In: SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa; OLIVEIRA, Flavianny Guimarães; FREITAS, Goreti Maria Sampaio de. (Orgs.) *História da mídia regional: o rádio em Campina Grande*. Campina Grande: EDUFCEG/EDUEP, 2006, p. 7-69.

\_\_\_\_\_. Os clubes sociais em Campina Grande: espaços de sociabilidades, lugares de exclusão. In: ANDRADE, Joel Carlos de Souza; DANTAS, Eugênia Maria; BURITI, Iranilson Oliveira; SOUZA, Antônio Clarindo B. (Orgs.). *Cultura e cidades*. 1. ed. Campina Grande: EDUFCEG, 2009, p. 69-98.

\_\_\_\_\_. Apresentação: experiência moderna e cidades. In: SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de; FERNANDES, Paula Rejane (Orgs.). *Cidades e experiências modernas*. Campina Grande, UDUFCEG, 2010.

\_\_\_\_\_. *Lazeres permitidos, prazeres proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965)*. Recife, UFPE, 2002 (Tese de doutorado em História).

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WANDERLEY, Helmara Giccelli F. No rastro do monstro de ferro: tramas políticas, comunicação e cultura na cidade de Pombal (1932-1959). In: DAMASCENO, Francisco José Gomes; SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de (Orgs.). *Cidades (re)inventadas: sujeito(s), fonte(s), história(s) na Paraíba e no Ceará*. Fortaleza/Campina Grande, EDUECE/ EDUFCEG, 2010.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Tradução Paulo Henriques Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

## **ANEXOS**

**ANEXO 1** – Foto da Rua Zeferino de Paula, calçada e contemplada com a construção de uma avenida com canteiros, iluminarias de ferro e meio-fio, durante a gestão de José Fernandes de Melo (1977-1982).



Fonte: *Aroeiras 50 Anos* – Revista especial: emancipação política: prestando contas. Dez. 2003.

**ANEXO 2** – Rua Padre Leonel França, calçada durante a gestão de José Fernandes de Melo (199-1996)



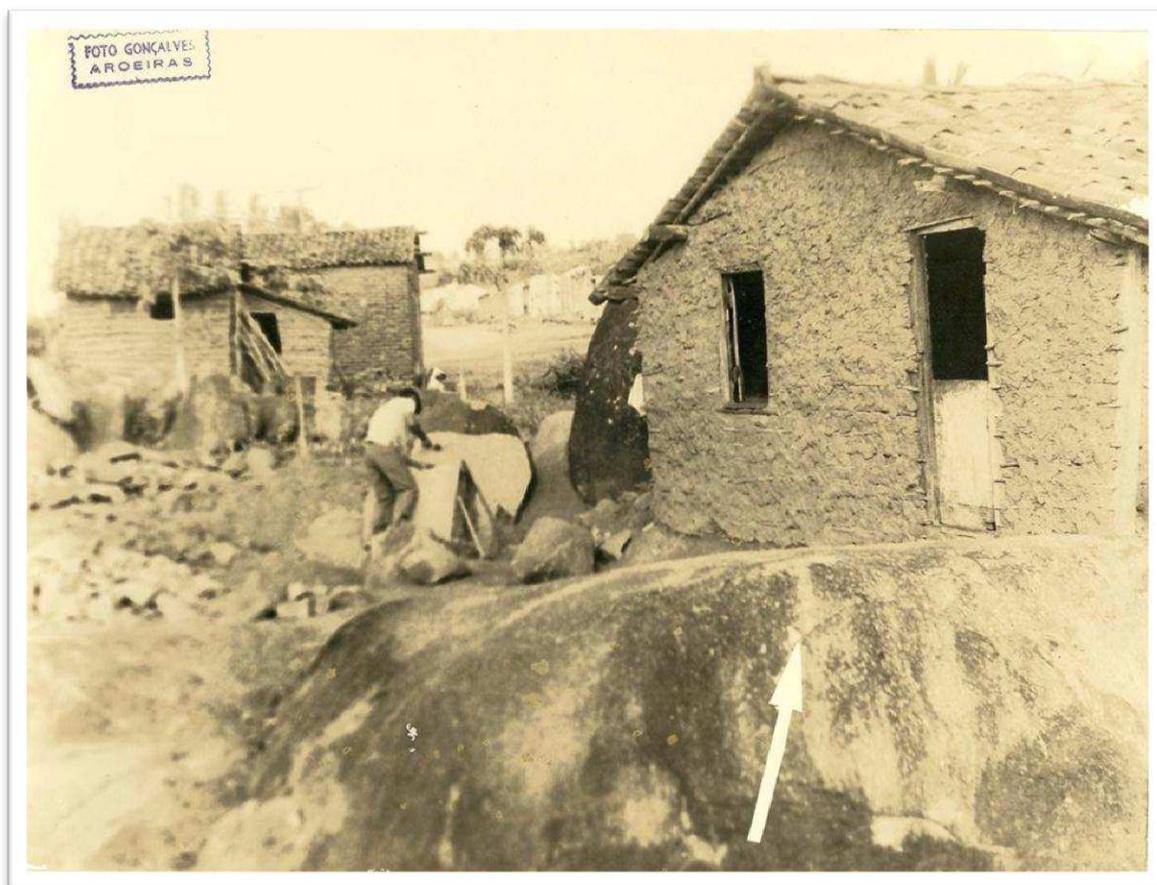
Fonte: Acervo pessoal do senhor José Severino da Costa Barbosa.

**ANEXO 3** – Imagem da Rua Antônio Gonçalves, década de 1980. Área central de Aroeiras. Esse trecho do urbano abrigava os principais pontos de comércio da cidade. Em evidência, visualizamos uma carreta, cujo motivo é a chegada de Frei Damião, conhecido religioso, então em visita à cidade. A foto é uma representação do ritmo lento da cidade de pequeno porte.



Fonte: Acervo pessoal do senhor José Severino da Costa Barbosa.

ANEXO 4 – Imagem do local onde foi construída a ponte. Década de 1970.



Fonte: Acervo Biblioteca Pública Municipal.

**ANEXO 5** – Imagem de casas situadas nas proximidades do riacho que corta o cruzamento da Rua Zeferino de Paula com a Rua do Comércio (atual Rua Antônio Gonçalves). No local, foi edificada a ponte.



Fonte: Acervo Biblioteca Pública Municipal.

**ANEXO 6** – Imagem do local onde funciona a Prefeitura Municipal de Aroeiras, desde a gestão de Carlos Pessoa Filho (1989-1992). Localizada na Rua Zeferino de Paula, nesse local funcionou, anteriormente, o Ginásio Municipal, quando a Prefeitura estava localizada na Rua Antônio Gonçalves (antiga Rua Grande). Anos 2000.



Fonte: Revista especial dos 50 anos de Aroeiras-PB.

**ANEXO 7** – Inauguração do Hospital de Aroeiras. Na imagem, visualiza-se (discursando) o deputado estadual Valdir dos Santos Lima; ao seu lado, o senhor Clóvis Bezerra (Secretário de Saúde), e, um pouco mais em segundo plano, o gestor José Fernandes de Melo.



Fonte: Acervo pessoal do Senhor José Fernandes de Melo.

**ANEXO 8** – Terminal rodoviário, construído durante a segunda gestão de José Fernandes de Melo (1993-1996). Desativado, foi ampliado durante a gestão de Gilberto Bezerra de Souza (1997-2004). Nos dias atuais, abriga a feira de frutas e verduras, e as festas de São João da cidade.



Fonte: Acervo pessoal Aparecida Barbosa da Silva.

**ANEXO 9** – Imagem do (antes) terminal rodoviário Antônio Tavares. Desativado, a coberta foi ampliada e o local tornou-se o galpão da Feira Livre. Anos 2000.



Fonte: *Aroeiras 50 Anos*. Dez. 2003.

ANEXO 10 – Imagem da feira de frutas e verduras, em Aroeiras. Anos 2000.



Fonte: *Aroeiras 50 Anos*. Dez. 2003.

ANEXO 11 – Imagem do Matadouro Municipal, inaugurado em 1º de dezembro de 1978.



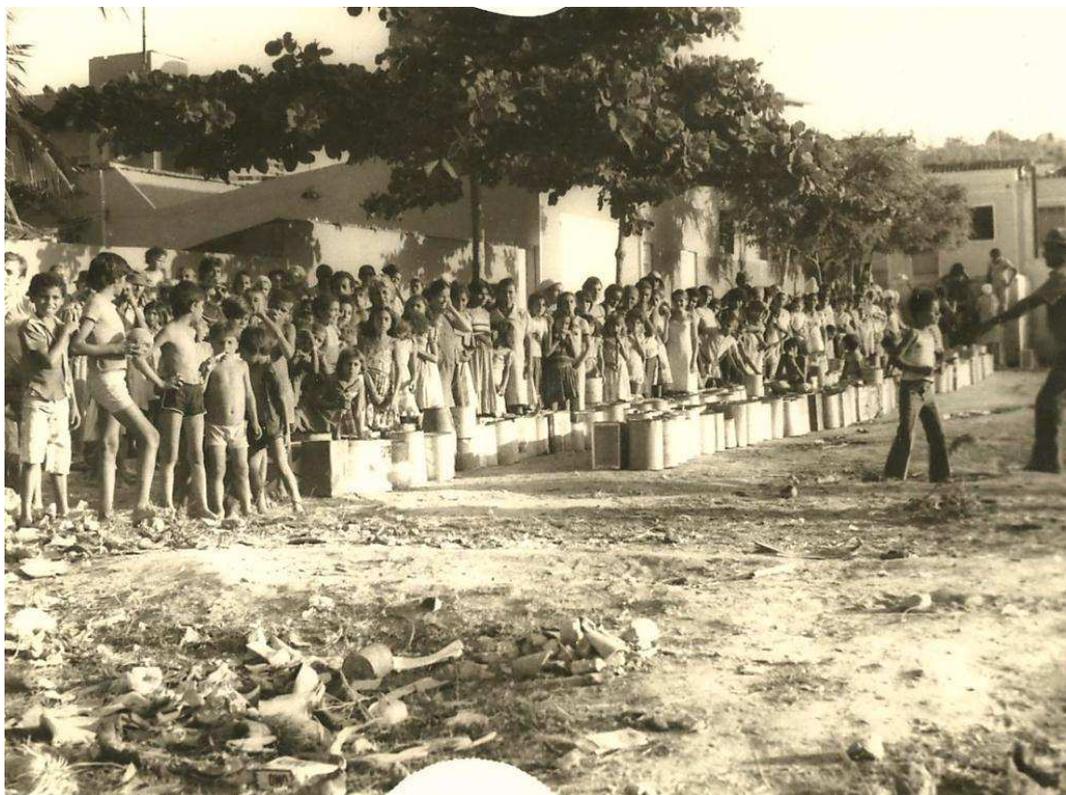
Fonte: AROEIRAS, Dudé das. *Pedras de Riachos*. João Pessoa: Ideia, 2003, p. 12.

**ANEXO 12** – Mercado Público Municipal, fundado em 1929. À direita da fotografia, está a parte da construção erguida primeiro. À esquerda, a construção é uma ampliação do mercado. Embaixo deste prédio, foi construída uma cisterna para o abastecimento de água na cidade. A cisterna contava com um sistema de canos que permitia à população encher seus recipientes em uma torneira na fachada do mercado.



Fonte: AROEIRAS, Dudé das. *Pedras de Riachos*. João Pessoa: Ideia, 2003, p. 161.

**ANEXO 13** – Moradores de Aroeiras enfileirados com suas latas e baldes, à espera de água para encher seus recipientes. A água era retirada da torneira de uma cisterna. Provavelmente, a foto foi retirada em um período de estiagem, visto que essas pessoas, provavelmente, esperavam a cisterna ser abastecida por um caminhão-pipa. Bem próximo, do lado esquerdo da fotografia, é o local utilizado como campo de futebol, onde, na década de 90, foi construído o terminal rodoviário.



Fonte: Acervo pessoal do senhor José Fernandes de Melo.

**ANEXO 14** – Autoridades políticas e aroeirenses reunidos no Clube Recreativo. Da esquerda para direita: Fernando Pedro e sua esposa Edinalva, sentada ao lado da esposa do Deputado Valdir dos Santos Lima, em um momento de aparente descontração, ao lado de alguns amigos.



Fonte: Acervo pessoal do senhor José Fernandes de Melo.

## ANEXO 15 – Bar e Restaurante Glória.



Fonte: Acervo do senhor José Severino da Costa Barbosa.